

**ATA DA TERCEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁDIA DE 2013
DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE CAMPINAS.** Aos dezessete dias do mês de

dezembro do ano de dois mil e treze, às nove horas, reuniu-se o Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da Reitoria II, Cidade Universitária "Zeferino Vaz", em Barão Geraldo, Campinas, sob a presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor JOSÉ TADEU JORGE, e com o comparecimento dos seguintes conselheiros: Adalberto Bono Maurizio Sacchi Bassi, Adilton Dorival Leite, Adriana Zerlotti Mercadante, Alberto Soares da Silva, Alexandre Eugênio Serpa, Alvaro Penteado Crósta, Américo Garcia Filho, Ana Maria Fonseca de Almeida, Caio José Colletti Negreiros, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José Servato, Daniel Pereira, Diana Nascimento Moraes Novaes, Esdras Rodrigues Silva, Fernanda Aparecida Cintra, Fernando Sarti, Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, Francisco Hideo Aoki, Gabriela Zanotto Bosshard, Gláucia Maria Pastore, Guilherme Araújo Wood, Icaro

Diagonel Turci, Isabela Cristina Rigonato Amante, Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano, Iuriatan Felipe Muniz, Jacks Jorge Junior, Jenifer Clarisse Pereira da Silva, Jessé Targino da Silva, João Frederico da Costa Azevedo Meyer, João Raimundo Mendonça de Souza, Joaquim Antônio Graciano, Jorge Sidney Coli Junior, Jorge Megid Neto, José Antenor Pomilio, José Ellis Ripper Filho, José Geraldo Pena de Andrade, José Teixeira Filho, José Vitor Vieira Salgado, Léo Pini Magalhães, Liliane Maria Ferrareso Lona, Luis Alberto Magna, Luiz Carlos de Freitas, Luiz Carlos Zeferino, Luiz Fernando Milanez, Manoel Barros Bértolo, Marcelo Knobel, Maria Silvia Viccari Gatti, Mario José Abdalla Saad, Matilde Virginia Ricardi Scaramucci, Paulo Ferreira de Araújo, Paulo Mazzafera, Paulo Sérgio Franco Barbosa, Paulo Sérgio Graziano Magalhães, Paulo Sérgio Saran, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rachel Meneguello, Ricardo da Silva Torres, Roberto de Alencar Lotufo, Roberto Perez Xavier, Roberto Teixeira Mendes, Rodnei Bertazzoli, Rodolfo Jardim de Azevedo, Sedi Hirano, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Silvio Antonio Sachetto Vitiello,

Teresa Dib Zambon Atvars, Vivaldo Silveira Junior, Walkiria Hanada Viotto e Watson Loh. Como convidados especiais, compareceram os professores: Armando José Geraldo, Carlos Eduardo Pereira, José Marcos Pinto da Cunha, Jurandir Zullo Junior, Osvaldir Pereira Taranto, Paulo César Montagner, Paulo Ademar Martins Leal e Teresa Celina Meloni Rosa; o doutor Octacílio Machado Ribeiro; os senhores Antonio Félix Duarte, Clayton Bianchini Levy, Edna Aparecida Rubio Coloma e Maria Aparecida Quina de Souza. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: José Claudio Geromel, sendo substituído pelo conselheiro Luiz Carlos Zeferino; Gastão Wagner de Souza Campos, sendo substituído pelo conselheiro Paulo Sérgio Graziano Magalhães; Euclides de Mesquita Neto, sendo substituído pela conselheira Ana Maria Fonseca de Almeida; e Claudiney Rodrigues Carrasco. Havendo número legal, o MAGNÍFICO REITOR dá início à Terceira Sessão Extraordinária de 2013 do Conselho Universitário, informando que o conselheiro José Alexandre Pio Magalhães, representante titular dos servidores técnico-

administrativos, solicitou desligamento da representação em decorrência de afastamento, a partir do dia 02 de janeiro de 2014, por um ano, para desenvolver projeto de pós-doutorado nos Estados Unidos. Assim, o servidor Américo Garcia Filho, o primeiro suplente da bancada, passa à qualidade de membro titular. O professor André Leon Sampaio Gradwohl, representante titular da bancada da representação docente, solicitou afastamento no período de 15.12.2013 a 15.12.2014, para realizar programa de pós-doutorado na França. Nesse período, o professor Jorge Megid Neto o substituirá. Em seguida, passa a palavra aos conselheiros inscritos no Expediente. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES registra que no dia 05 de dezembro aconteceu o I Seminário de Construção do Plano de Segurança da Unicamp. O objetivo desse seminário foi dar início às discussões com a comunidade sobre um novo projeto de segurança da Universidade e foi bastante motivado pela mobilização dos estudantes, através do processo de ocupação do prédio da Reitoria e pelo processo de mobilização nas

unidades, com as diversas greves, paralisações, assembleias e discussões. Esse é um tema de extrema importância para os estudantes, cujo envolvimento, desde o início, foi bastante grande. De acordo com o compromisso de desocupação do prédio da Reitoria, teoricamente esse espaço deveria servir para que fosse construída uma alternativa à militarização do *campus* no quesito segurança, e também para pensar em um novo projeto de vivência. Mas, surpreendentemente, o seminário teve uma série de problemas. Para começar, ele aconteceu na semana de provas, e a maior parte dos estudantes sentiu bastante dificuldade em participar. Outro ponto, que considera ainda mais problemático, é que ele foi construído sem a participação da comunidade discente e da comunidade acadêmica como um todo. A mesa de abertura foi composta por dois policiais militares, e acredita que não seja possível pensar em alternativa para a militarização do *campus* convidando, para contribuir com essa reflexão, dois policiais militares, representando a instituição que tem menos interesse nessa discussão. O DCE encaminhou para a Reitoria

um ofício colocando que os estudantes desejam participar da construção desse espaço. Há uma série de convidados que a categoria estudantil gostaria de ter chamado para contribuir com o debate: a senhora Elisabete Gomes da Silva, esposa de Amarildo, o pedreiro que foi morto pela Polícia; a família de Douglas Rodrigues, estudante da periferia de São Paulo, que foi morto pela Polícia sem sequer saber o que estava acontecendo. Mas a categoria não teve como opinar sobre a organização do evento. Outro ponto bastante problemático, que é importante registrar também, é que, teoricamente, esse espaço deveria ouvir o posicionamento da comunidade universitária. Mas não houve chance. Mesmo tendo sido marcado para uma data ruim, mesmo com uma divulgação muito aquém do ideal, ainda houve participação razoável dos estudantes, embora com pouquíssimo espaço para que se colocassem. O único espaço destinado a ouvir a comunidade foi a última mesa do seminário, composta pelas entidades representativas DCE, STU e Adunicamp. Achou bastante curioso que, no momento dessa mesa, o seminário já estava

totalmente esvaziado, sendo possível contar nos dedos de uma mão os representantes da Reitoria, os representantes da Universidade que ainda estavam presentes. Então, além de haver um espaço muito reduzido para a comunidade se posicionar, isso somente foi possível através de suas entidades representativas, sendo que, naquele momento, a Administração não estava presente para ouvir suas propostas, colocações e críticas. Deixa um apelo para que nos próximos espaços de debate, nos próximos fóruns, haja, de fato, a chance de uma participação mais democrática, em que todos possam pensar o formato e o conteúdo a ser discutido. A indicação que havia sido feita era no sentido de discutir a contratação de seguranças por concurso público. Esse debate não aconteceu. É preciso discutir uma alternativa à militarização do *campus*, e esse debate também não se deu no seminário. Pelo contrário, ouviram dos dois policiais militares que estavam à mesa o quanto a Universidade precisa garantir a ordem, o quanto é preciso colocar a Polícia dentro do *campus*. Então, os estudantes, com certeza, irão se

organizar, se mobilizar, para que nos próximos espaços tenham, de fato, voz e não fiquem apenas em uma mesa para cumprir o protocolo. O Conselheiro RICARDO DA SILVA TORRES informa que o Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação do IC passou do nível 6 para o nível 7 na Capes. Parabeniza toda a comunidade do IC e agradece à comunidade da Unicamp por todo o apoio na trajetória do programa. Aponta que esses resultados são decorrentes da dedicação e do empenho de professores, funcionários e alunos do IC diante de condições que ainda se apresentam bastante desafiadoras. A manutenção do Programa de Pós-Graduação no nível 7 dependerá de uma série de investimentos. O IC está entre as unidades com menor área construída, com um dos menores orçamentos e menor número de funcionários por docente, o que os faz acreditar que a manutenção dessa condição de excelência necessitará de uma série de investimentos. Agradece o apoio de todos por essa conquista. O Conselheiro JOSÉ ANTENOR POMILIO diz que na semana passada uma colega, docente da Feec, teve

um problema sério de saúde e houve dificuldade de pronto atendimento, de remoção para o Hospital. Através do professor Léo Pini recorreram ao professor Paulo César no Gabinete, que fez os contatos necessários junto à área de emergência do HC, e a professora pôde ser conduzida e foi excelentemente atendida por toda a equipe do Hospital. O colega do Consu, professor Aoki acompanhou a entrada da professora, que, felizmente, recebeu alta no início desta semana. Registra a mobilização das diversas pessoas, o que permitiu o excelente atendimento e tratamento recebido. Agradece também à Superintendência do HC. Agradece especialmente ao professor Aoki, que fez um atendimento de recepção excepcional. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que irá se referir à divulgação da avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes. O curso de pós-graduação em Engenharia Mecânica é um dos quatro cursos nota 7 no Brasil. Esse conceito foi mantido nessa Avaliação Trienal 2013 pelo esforço e dedicação de todos os docentes da Faculdade. Mas pela divulgação na página da Unicamp, é possível verificar

que há aqui apenas três programas com nota 3 e, por incrível que pareça, dois deles são da Faculdade de Engenharia Mecânica, que às vezes peca um pouco pelo pioneirismo. Um desses cursos é o Mestrado Profissional em Engenharia Automobilística. Quando a Capes criou os mestrados profissionais – a quem a FEM atendeu, inclusive com um apoio substancial da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da época, que tinha como pró-reitora a professora Teresa –, foi com o compromisso de autossuficiência, mas há algumas limitações jurídicas que impedem um pouco esse aspecto. Esse programa funcionou com duas turmas, teve bastante sucesso, mas, em um determinado momento, seguindo os pareceres da PG que o impossibilitavam de funcionar, a FEM suspendeu o programa. Esperaram que o último estudante apresentasse sua dissertação de mestrado profissional e suspenderam o curso na Capes. Esse é um programa nota 3, até porque, nos últimos três anos, no período de avaliação, ele não estava em atividade. Causa estranhamento que ele tenha sido avaliado e recebido nota. E tendo em vista que a universidade pública

não pode cumprir o compromisso de autossuficiência preconizado pela Capes em relação aos mestrados profissionais, uma das providências a ser tomada é, de fato, solicitar a extensão desse programa. De fato, ele já está funcionando como curso de extensão universitária em substituição ao mestrado profissional. Há também o programa de pós-graduação em Planejamento de Sistemas Energéticos, criado na década de 1990, uma difícil experiência interdisciplinar acolhida pela FEM. Na década de 1990, o programa possuía dez credenciados, professores da FEM e outros, evidentemente, como credenciados de outras unidades, ou mesmo de instituições externas. Com o tempo, o número de credenciados plenos foi diminuindo, e, apesar do acolhimento dessa experiência interdisciplinar, ela veio reduzindo suas atividades. No ano de 2008, havia quatro credenciados plenos da Faculdade de Engenharia Mecânica; em 2010, quatro também, dos sete plenos totais; em 2011, mantiveram-se quatro docentes. Nessa época, resolveram fazer um investimento e conseguiram colocar mais dois

docentes da Faculdade. Um deles se aposentou e hoje o programa funciona com apenas cinco docentes da FEM e 10 docentes plenos de outras unidades, da CPFL etc. Ou seja, desde 2008 o programa vem sofrendo quedas sucessivas de notas. Na avaliação passada ele já era 3, foi mantido em 3, fez um recurso para ir para 4 e não conseguiu e, provavelmente, entrará com recurso novamente. Apesar de todo o acolhimento de experiência interdisciplinar que foi feita na década de 1990, chegou o momento necessário de avaliar a pertinência de manter um programa com nota 3. O que a Faculdade de Engenharia Mecânica fez foi oferecer a criação no curso de Engenharia Mecânica, nota 7, de uma área de concentração para que essas pessoas do Planejamento de Sistema Energético pudessem participar, manter a sua identidade, a sua autonomia, e manter essa experiência interdisciplinar, que é um grande desafio que é preciso estimular sempre. Mas não parece que vai ser essa a direção. O que queria colocar, na verdade, é que as unidades devem ter alguns instrumentos de gestão dos cursos de pós-

graduação, mas que nem sempre correspondem às decisões internas da congregação, porque ela também não é a última instância. É sempre um desgaste muito grande colocar isso em debate, tomar algumas resoluções de congregação que, em outras instâncias, eventualmente, podem não ser aceitas. Deixa registrado que existe a necessidade de a Unicamp definir para si própria que cursos de pós-graduação ela quer manter e com quais conceitos. Há momentos em que ter um curso de pós-graduação nota 3 nem sempre é algo tão bom. De qualquer forma, deixa registrado que, apesar de todo o acolhimento, não houve progresso nos últimos anos. Está fazendo essas colocações porque as Administrações mudam, e parte das informações acaba, muitas vezes, indo embora com as pessoas. Reforça a necessidade de a Unicamp definir quais cursos de pós-graduação ela quer manter. Isso seria um instrumento de gestão bastante importante para as unidades. E, finalmente, registra também que o Programa de Engenharia de Petróleo, Ciência e Engenharia de Petróleo também teve sua nota rebaixada, de 5 para 4. Até 20 anos

atrás, quando era coordenador de pós-graduação, com 20 anos de existência esse programa possuía quase setecentas dissertações de mestrado apresentadas; no entanto, vinte doutorados, ou seja, uma média de um por ano. E isso tem uma razão de ser. Toda mão de obra formada no mestrado do curso de Engenharia de Petróleo é imediatamente absorvida pelo mercado e não fica para fazer o doutorado. Então, ele tem um atenuante, e considerando que a atividade do programa multiunidades, uma parceria entre o IG e a FEM, considerando também que a grande quantidade de conclusões é de mestrado, o conceito 4 é um bom conceito, e está fazendo todo o esforço possível para tentar aumentar os ingressos para o doutorado. A Conselheira SHIRLEI MARIA RECCO-PIMENTEL solicita uma correção no item 1 do Expediente. Houve um equívoco no enunciado da pauta, onde consta a indicação da professora Clarice Arns para substituir o professor André Freitas na CCP; entretanto, o professor André se mantém como suplente, e quem a professora está substituindo é o professor Paulo Mazzafera. Os documentos

que a professora Gláucia encaminhou estão corretos, o que está equivocado é somente a chamada da pauta. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD informa e lamenta dois falecimentos ocorridos neste final de semana: do professor Urbano Morato Ferraz Meirelles, docente aposentado do Departamento de Farmacologia, e do professor Luiz Jacintho Silva, aposentado do Departamento de Clínica Médica. Esses professores marcaram história na Faculdade de Ciências Médicas. Apresenta condolências às famílias e registra o ocorrido neste Conselho. Em seguida, diz que houve a revogação da Resolução GR-26, de 2012, que instituiu o Programa de Incentivo ao Pós-Doutorado no Exterior, que previa a substituição de docente afastado. No momento, a FCM está tramitando os processos de três de seus docentes, dois do Departamento de Saúde Coletiva, e um do curso de Fonoaudiologia. Isso foi programado já há algum tempo. Quando as pessoas se programam para ir para o exterior sabendo que poderão ser substituídas, fica tudo mais fácil. Esse programa é de muita importância para a

Faculdade. Nessa era de internacionalização, afastar um docente para fazer pós-doutorado no exterior é considerado bastante importante. Pergunta em que situação esses processos que estão tramitando irão ficar, e se seria possível concluí-los. Pergunta, ainda, se seria possível rever a revogação, porque essa resolução estava funcionando muito bem, estimulando as pessoas a estudarem no exterior. Outra questão a tratar é a respeito de uma solicitação da Comissão Setorial de Avaliação da FCM. Os funcionários estão lamentando que o processo avaliatório de 2013 tenha sido bem inferior ao de 2012, quando, de 244 funcionários avaliados da Faculdade, 73 foram contemplados, o que corresponde a 30%. No processo de 2013, dos 268 servidores avaliados, apenas 41 serão contemplados, o que corresponde a aproximadamente 15%. Ou seja, caiu pela metade o número de funcionários com possível contemplação. Então, solicita que isso seja registrado e que possam, pelo menos para 2014, superar esse problema. E, por fim, diz que não teve a oportunidade de conversar com o professor Magna,

mas irá apresentar aqui um problema de que foi comunicado ontem. O Conselho Federal de Farmácia baixou uma resolução que atribui como privativo do farmacêutico o magistério superior de disciplinas ou componentes curriculares de 24 disciplinas, dentre as quais várias são ministradas por docentes da FCM, e às vezes por médicos, dos departamentos de Saúde Coletiva e de Farmacologia. Consideram isso uma questão retrógrada e absurda contra a multidisciplinaridade. Acredita que a Universidade deva tomar uma posição séria contra essa resolução. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que irá se referir ao grupo de trabalho instituído pelo Consu para tratar da formulação dos Estatutos. O DCE considera que a organização da reformulação apenas pelo Conselho Universitário, e junto com todos os problemas da representação dos estudantes e dos trabalhadores, que têm só um quinto de representação, é bem problemática. Até porque esse é um assunto que tem uma pauta histórica dos estudantes e dos trabalhadores, que reconhecem que os Estatutos contêm trechos bem problemáticos, principalmente

no que diz respeito ao regime disciplinar, que é uma cópia do Decreto Lei 477, que é conhecido como o AI-5 das universidades. Inclusive, o DCE conseguiu um documento junto à Comissão Nacional de Justiça que determina que os Estatutos devem ser reformulados. E faz essa restrição. Diminuindo muito a participação dos estudantes e dos trabalhadores nessa reformulação, ela é antidemocrática e não combina com o espaço democrático que deve ser uma universidade. Então, tanto a legislação antiga quanto sua reformulação são antidemocráticas. Inclusive, essa pauta foi uma das principais durante as mobilizações na Unicamp em outubro, tanto na ocupação da Reitoria, quanto nas greves nas unidades. Deveria estar acontecendo uma ação coletiva em relação a esse assunto, com a participação dos estudantes, trabalhadores e professores, tanto para a organização, quanto para a própria reformulação. O formato do GT, que possui dois estudantes e um trabalhador, é bem problemático. Deveria ser aberta a toda a comunidade a possibilidade de emitir opiniões, formular os Estatutos, e

organizar esses trabalhos. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES junta-se ao professor Pomilio, agradecendo ao professor Paulo César, Chefe de Gabinete, pelo esforço em ajudar a socorrer uma colega da Feec; ao professor Aoki, colega do Consu, que, contatado pelo professor César, fez os primeiros encaminhamentos. Em nome deles, agradece a todo o Hospital de Clínicas. Em particular, agradece à equipe da Neurologia, que tratou com tanto carinho a colega. Em seguida, diz que fará um comentário com relação ao Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), que tratou da avaliação dos estudantes brasileiros, constatando que seu desempenho em leitura piorou em relação a 2009, e não tiveram um desempenho aceitável para um país que pretende chegar a um patamar mais promissor. O Brasil está na posição 58 em Matemática; para comparar, o Vietnã, um país que foi destruído por uma guerra há cerca de 30 anos, está na posição 17. Em leitura, o Brasil ocupa a posição 55; o Vietnã, a 19. Média em Ciências, o Brasil está na posição 59; o Vietnã na 9ª. Comentou isso

para ligar com a questão do GT que está estudando a questão da inserção de políticas públicas na Unicamp e da importância do posicionamento da Universidade que acaba demonstrando para os governantes que às vezes o caminho mais fácil não é o melhor caminho. O melhor caminho aqui é investir pesadamente em educação. Tem uma pequena proposta, que tenta mostrar isso a partir de um trabalho sério que é feito com os colégios técnicos que talvez pudesse servir como exemplo para o governo, na questão da estruturação de uma carreira dos professores. Esse é um assunto importante e que, certamente, exige muito investimento. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que irá comentar sobre um programa com o qual vem trabalhando há algum tempo com a professora Ítala e, em particular, com o apoio do senhor Reitor, que é uma nova forma de trabalhar com a pós-graduação. Na verdade, talvez seja o conceito exatamente oposto ao mestrado profissionalizante. Considera que a visão do mestrado profissionalizante demonstra falta de conhecimento do que a empresa, de fato, deseja. Como

empresário, pode dizer que prefere uma pessoa bem formada, com uma boa base, a uma pessoa que venha com conhecimento específico, já que ela vai adquirir isso na empresa. Existe uma diferença muito forte, e a primeira pessoa que apontou isso foi o professor Brito, entre o conceito de pesquisa, principalmente a pesquisa no nível acadêmico, e o conceito de desenvolvimento, que ocorre, em particular, em empresas, mas também em instituições de P&D, como CPqD, CTI. O desenvolvimento é uma atividade inerentemente coletiva. Não adianta ter alguém que seja um grande líder, porque tudo tem de acontecer ao mesmo tempo; não adianta ter um pedaço do projeto lá na frente e o resto atrasado. Esse projeto tem como conceito tentar primeiramente atrair pessoas que trabalham em instituições da região de Campinas, e já existe apoio do CPqD, do CTI. A Unicamp tem completa autonomia para aceitar ou não os indicados por essas instituições, os requisitos gerais seriam idênticos aos da pós-graduação, disciplinas obrigatórias, exame de qualificação. A única diferença é que a tese seria feita dentro

da instituição de origem, com relação a um trabalho de desenvolvimento coletivo. Obviamente, dali sairia algum projeto específico para o indivíduo poder ser julgado. Isso ocorre até em algumas áreas supostamente acadêmicas. Já há apoio de um grande número de programas de pós-graduação da Universidade, e a decisão de participar dos projetos cabe a cada programa. Há o compromisso da Capes também, não somente de apoio, mas de que esse projeto não venha a prejudicar a avaliação dos programas de pós-graduação. Obviamente, uma pessoa que trabalha em tempo integral levará mais tempo para elaborar o seu projeto do que um bolsista em tempo integral. Então, há o compromisso formal da Capes de que isso será tratado; inclusive seu presidente, Jorge Guimarães, está interessado em eventualmente reproduzir essa experiência em outros lugares. Acredita que isso terá um impacto grande com um custo bastante reduzido, porque não será necessário investimento em laboratório, nem precisarão de bolsas específicas. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ solicita informações a

respeito do auxílio-alimentação do final de ano. Na última Sessão do Consu, foi colocada a questão de uma décima terceira parcela, e a dúvida se ela vai ocorrer permanece. O Conselheiro LUIS ALBERTO MAGNA informa que está agendada ainda para este ano reunião com os três coordenadores do curso Interdisciplinar de Farmácia para tratar de vários assuntos. Não é a primeira vez que enfrentam situações decorrentes de atuações de conselhos que regulamentam as profissões. Tiveram problemas com o Conselho Federal de Enfermagem, com o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, e, agora, com o Conselho Federal de Farmácia. Acredita que, com a postura firme e a demonstração dos méritos inegáveis e reconhecidos dos cursos e da interdisciplinaridade como uma mola mestra da manutenção dessa excelência, irão conseguir avançar positivamente e estabelecer um diálogo. Dessa forma, apesar de a situação inicialmente ser relativamente preocupante, coloca-se otimista em relação ao encaminhamento dessa questão. De qualquer maneira, agradece ao professor Mario

por ter trazido esse assunto à ciência do Conselho e tratarão dele a partir deste ano ainda. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE, inicialmente, parabeniza os cursos que tiveram avaliações muito positivas da Capes. A PRP congratula e está à disposição de todos aqueles que desejarem desenvolver ainda mais os seus cursos e solicitarem a participação da pró-reitoria. Em seguida, diz que a Unicamp é a décima melhor universidade dos *Brics* – bloco de países emergentes formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – de acordo com o *ranking* QS, divulgado ontem, logo depois da USP, que ficou em oitavo lugar. Trata-se de um índice muito respeitado, embora sempre haja restrições aos *rankings* de forma geral, mas esse é bastante considerado; acredita que seja importante sempre verificar a posição da Unicamp frente ao mundo. Esse é um trabalho, um esforço da Universidade, então, também parabeniza todos os colegas por essa posição de muito destaque. Em seguida, diz que tiveram um começo de dezembro bastante auspicioso no que se refere à realização de atividades de pesquisa, simpósios e reuniões.

Parabeniza, inicialmente, o professor Daniel Pereira, pelo Simpósio Reator Multipropósito Brasileiro, evento organizado pelo Fórum Pensamento Estratégico – Penses, órgão coordenado pelo professor Julio Hadler; foi brilhante e atraiu grande número de pessoas. Estiveram presentes representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI. O evento foi um marco bastante importante dessas atividades no Instituto de Física. Houve também um *workshop* sobre desafios e tendências em nanotecnologias, com apresentação do Sistema Nacional de Laboratórios em Nanotecnologia – SisNANO; parabeniza o Instituto de Química e o Centro de Componentes Semicondutores – CCS, que foram os organizadores desse evento. Esse foi o primeiro simpósio que ocorreu aqui e foi coordenado pelo professor Oswaldo Alves, do IQ. Contou com um grande número de participantes, inclusive representantes do MCTI e grande número de empresas ligadas à área de Nanotecnologia. O V Congresso BrMASS, organizado pelo professor Marcos Eberlin, do Instituto de Química, foi um enorme sucesso, tendo em

vista o grande número de participantes do exterior tanto como palestrantes quanto como participantes do evento. Excelente também a participação na 2ª Jornada Utalca-Unicamp e 1ª Jornada Utalca (Chile) - UNcuyo (Argentina), evento ocorrido nos dias 04 e 05 deste mês, organizado pela PRP e coordenado por Ana Maria D'Ávila, diretora do Cepagri, com a participação especial do professor Jurandir Zullo. O evento foi bastante importante no sentido de abrir várias possibilidades de cooperação entre as diversas áreas daqui e os grupos dessas duas universidades: Utalca e UNcuyo. Em março haverá mais informações, terão outra missão mais próxima para detalhamento das linhas de trabalho, que foi bastante produtivo; eles ficaram muito impressionados com o trabalho desenvolvido aqui, e serão estabelecidas cooperações bem definidas. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS informa que, no âmbito da PRDU, nos últimos três meses, vem ocorrendo um trabalho intenso para iniciar um sistema de informações gerenciais da Unicamp com os dados localizados em um único local, que será denominado

Sistema Integrado de Dados Institucionais – S-Integra. Este sistema, que deve ir ao ar esta semana ainda, contém dados consolidados de duas grandes áreas da Universidade, a área de recursos humanos, com dezenas de tipos de informações, e a área acadêmica, com os dados, basicamente, da DAC: número de alunos, formandos, cursos etc. Estão trabalhando na disponibilização de outros tipos de dados, em particular dados de pesquisa, e isso poderá ser acessado através do site da PRDU, no ícone S-Integra. Esse sistema terá duas áreas: uma de consulta aberta e outra de consulta restrita. A área de consulta restrita será acessada por cadastros específicos, onde dirigentes poderão decompor aquele dado macro, chegando ao nome dos indivíduos. Então, no caso de funcionários, professores, pesquisadores e alunos, através da área restrita, os dirigentes das unidades poderão chegar à informação específica de que indivíduo faz parte daquele número consolidado na área pública. Esperam, com isso, dar um passo importante para que a Universidade possa tratar suas informações de maneira mais organizada e centralizada,

não em termos dos bancos específicos, que continuarão sendo gerenciados por cada uma das áreas. Então, a DAC continua com o banco DAC, DGRH continua com o banco DGRH, e assim por diante, mas vários desses indicadores importantes para tomada de decisão serão trazidos desses bancos, de modo automático, para dentro do S-Integra. É justamente esse banco que está alimentando o processo de avaliação institucional com o qual estão trabalhando também intensamente para deixar disponível ao longo do mês de janeiro, para que as unidades de ensino e pesquisa e os colégios técnicos possam utilizá-lo no processo de avaliação institucional que terá início nos meses de fevereiro e março. E sendo um sistema ainda em construção, críticas e sugestões serão bem-vindas, e qualquer demanda por indicadores que não estejam ainda disponibilizados poderão ser feitas diretamente à PRDU, que trabalhará para fornecê-los, quer no âmbito restrito, quer no âmbito público, dependendo da conveniência do órgão e da conveniência institucional. O Conselheiro JOÃO FREDERICO DA COSTA AZEVEDO MEYER

secunda as palavras do professor Mario Saad sobre a tristeza que muitos aqui sentiram com o falecimento do professor Luiz Jacintho. Sua cooperação com ele, em diversos aspectos, começou quando era coordenador do SAE, e continuou depois, como diretor do Imecc. A ação do professor foi decisiva, em alguns casos difíceis, e também em alguns casos bastante críticos para a comunidade, tanto discente, no SAE, como para a comunidade acadêmica do Imecc. Para ele, pessoalmente, que desenvolveu com o professor uma amizade, foi uma perda pessoal. Em seguida, informa que na sexta-feira passada foi realizada uma reunião com as televisões universitárias públicas do Estado de São Paulo, USP, Unesp e Unicamp, junto com a TV Cultura, que já vem utilizando, a cada duas semanas, uma matéria científica feita pela RTV da Unicamp, e agora tem esperança de incluir nessa programação tanto a USP quanto a Unesp. Ou seja, matéria produzida pela RTV está sendo levada ao ar pelo Jornal da Cultura. Informa, ainda, que há um novo programa sendo feito pela RTV Unicamp, chamado Memória Científica, que

entrevista professores aposentados, em três blocos, em programas de até uma hora. Primeiramente a pessoa fala sobre dados biográficos, início de sua vida, depois sobre o momento da escolha profissional, e o terceiro bloco é sobre a trajetória acadêmica a partir de sua chegada à Unicamp. Então, desejam que essa seja uma importante menção da vida acadêmica de cada um, para que haja o registro de onde vieram. Em seguida, diz que realizaram uma feira junto com o Movimento de Economia Solidária, que é uma organização externa à Unicamp, mas que tem autorização para fazer aqui suas vendas e promoções. Inclusive eles produzem canetas cuja parte plástica é feita com três copinhos Dixie de café e a carga fornecida pela Bic. A feira aconteceu entre o prédio da Engenharia Básica e o Restaurante Administrativo. Por último, informa que estão trabalhando com a reforma do piso do Centro de Convenções, já existe a praça de obras, sendo que toda a equipe da CDC se mudou para o andar de cima. Agradece ao professor Paulo César, ao professor Paulo Leal, à senhora Margareth Junqueira e à arquiteta Renata Marangoni,

pelo esforço de fazer um projeto e executá-lo de maneira rápida e segura. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que, com muita alegria, traz somente boas notícias. A maior parte delas já conhecida, mas, como responsável pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, precisa fazer um resumo das últimas conquistas da Pós-Graduação da Unicamp. Tiveram a satisfação de participar, na semana passada, da outorga do *Prêmio Capes de Tese 2013*. A Unicamp concorreu com cinquenta teses e ganhou 19 prêmios. Receberam oito prêmios de melhores teses nas áreas de Antropologia e Arqueologia, através do IFCH; Ciência de Alimentos, da FEA; Ciências Ambientais, programa do IFCH e Nepam; Ciências Biológicas I, do IB; Engenharias IV, da Feec; Geociências, IG; Geografia, IG; e Química, do IQ. Receberam nove menções honrosas, nas áreas de Artes/Música, do IA; Ciência de Alimentos, FEA; Economia, IE; Engenharias III, da FEM; Interdisciplinar do IG; Matemática/Probabilidade e Estatística, do Imecc; Medicina I, da FCM; e Odontologia, da FOP, que recebeu duas menções

honrosas. Mas tiveram a grata satisfação e ficaram muito orgulhosos quando receberam a notícia que o *Prêmio Especial Capes Instituto Paulo Gontijo*, atribuído na área de Química, foi concedido para o aluno Marco Antonio Barbosa Ferreira, do programa de Química, do Instituto de Química; o estudante é orientado pelo professor Luiz Carlos Dias. E foram agraciados com o *Grande Prêmio Capes de Tese* na área de Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Multidisciplinar, este ano homenageando Zeferino Vaz, ex-reitor e um dos criadores da Unicamp, e o prêmio foi atribuído a Priscila Pini Zenatti, orientada pelo professor José Andrés Yunes, do Programa de Genética e Biologia Molecular, do Instituto de Biologia. Dessa forma, a Unicamp foi agraciada com um dos grandes três prêmios, e com o *Prêmio Instituto Paulo Gontijo*, que é muito considerado também. Na verdade, recebeu nove menções honrosas, mas uma delas, da área de Biodiversidade, foi uma tese da Unesp que também teve orientação de um professor do Instituto de Biologia da Unicamp. Também possuem ligação com três outros prêmios

Capes. O Prêmio Capes Interfarma de Inovação e Pesquisa, que foi atribuído na área de Odontologia a uma tese defendida na Universidade Federal do Ceará, cuja orientadora é uma jovem, recém-doutora pela FOP da Unicamp. E o segundo grande prêmio Capes na grande área de Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar, este ano em homenagem a Darcy Ribeiro, e o agraciado com o prêmio defendeu sua tese de História na USP, mas hoje é estudante de pós-doutorado do IFCH, sob supervisão da professora Leila Algranti. Então, dois dos grandes prêmios e uma das menções honrosas também têm uma forte relação, hoje, com a Unicamp. O segundo assunto, também gratificante, é em relação ao resultado do processo avaliatório Capes. Houve uma melhoria no grau de avaliação em 11 dos programas. Haverá um processo de recursos ainda. Vários programas vão recorrer da decisão da Capes. Mas, hoje, dos 74 programas, 33, portanto, quase 47%, são considerados de excelência, com nota 6 e 7; 56 dos 74 programas, portanto, quase 76%, são considerados bons com

nota 5, 6 ou 7. Para o ano de 2014, a Unicamp está implantando três novos programas: um de doutorado em Tecnologia, pela FT; um de mestrado na FCA; e já houve o processo seletivo finalizado para o programa de Bioenergia, que é um programa piloto que envolve as três universidades públicas do Estado de São Paulo. Inscreveram-se 46 estudantes, dos quais foram selecionados 41, e 25, inclusive do exterior, ser inscreveram para cursar o programa na Unicamp. Encontram-se em uma situação mais confortável relativamente a bolsas, pois obtiveram um número de bolsas maior do que o regular da Capes, inclusive para a própria Unicamp. Haverá uma reunião nesta semana com o professor Aragão, porque talvez consigam bolsas vindas via Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais – CNPEM também. Outro programa bastante inovador que estará sob responsabilidade organizacional e sediado na Unicamp, um programa piloto, também EM nível nacional, é o Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular. Ele foi desenvolvido pela Sociedade Brasileira de

Bioquímica e Biologia Molecular, cuja presidente é uma professora do IB; ele será iniciado nas categorias mestrado e doutorado, e é um programa muito inovador na sua constituição, aprovado pela Capes. Há seis instituições que são consideradas nucleadoras, responsáveis pela direção e organização acadêmica do programa: UFMG, UFRGS, UFRJ, Unifesp, USP e Unicamp, por meio do seu Programa de Biologia Funcional e Molecular. Esse novo programa, através dessas seis instituições, será o responsável pelo desenvolvimento da pós-graduação em dez instituições brasileiras que não têm ainda condições de sediarem, e estão sendo chamadas de instituições associadas; a responsabilidade da titulação será das dez instituições sob a coordenação das seis outras, mas, na verdade, a sede do programa será a Unicamp, Instituto de Biologia. Esse programa está sendo considerado, na verdade, como uma incubadora de programas. Quando cada uma das nove instituições associadas tiver condições de sediar seu próprio programa, as instituições nucleadoras poderão indicar que

aquela instituição poderá passar a ser responsável pelo seu próprio programa em Bioquímica. Uma última informação se refere à fala do professor Ripper. A sugestão inicial já é uma proposta antiga do professor que resolveram encampar e discutir. Houve várias reuniões com coordenações de pós-graduação de várias unidades e com apoio veemente da Capes, da Coordenação de Avaliação e do próprio professor Jorge Barbosa Guimarães. Será implantado na Unicamp o que será chamado de Programa Integrado em Pesquisa e Desenvolvimento. Na verdade, não será um programa novo de pós-graduação, mas dez unidades da Unicamp, mais especificamente em áreas de Tecnológicas, aderiram e receberão nos programas de pós-graduação, como alunos regulares, pesquisadores de instituições de pesquisa e desenvolvimento, inicialmente da região de Campinas, prioritariamente públicas, mas já há duas instituições não públicas interessadas em participar. Haverá acordos, deverão ter coorientadores das instituições, que poderão ser formalmente credenciados pelos programas que assim

desejarem; os estudantes desenvolverão o seu projeto em interação entre a unidade de ensino e pesquisa da Unicamp e as instituições de pesquisa da região. A grande preocupação das unidades é a possibilidade de que esses estudantes desenvolvam seus trabalhos de mestrado ou doutorado em tempo maior do que o médio regular determinado pela Capes, ou seja, a possibilidade de que isso possa prejudicar a avaliação dos programas tem sido a preocupação constante. E esse assunto foi discutido pessoalmente, conversou com o professor Jorge Guimarães, e receberam uma manifestação formal da Capes de que haverá um critério especial na análise dos relatórios trienais dos cursos que estiverem envolvidos no programa. Essa será a novidade instituída na Universidade a partir de 2014. Então, são todas notícias muito importantes para os programas, para a pós-graduação da Unicamp, que indicam a qualidade do trabalho desenvolvido pelas unidades, pelas coordenações de pós-graduação e que indicam boas perspectivas e horizontes para os próximos anos. O Conselheiro LUIZ CARLOS DE FREITAS salienta, na mesma

linha que defendeu o professor Léo Pini, que unidades como a Faculdade de Educação possuem uma interação muito grande com a rede pública. Ou seja, trazem das escolas da rede pública profissionais a serem formados, e todo o impacto que esse programa pode ter também deveria gerar uma preocupação da Universidade com essa relação, porque estão formando pessoas para aparatos públicos que não são as empresas, mas são igualmente importantes. E, obviamente, muitos desses professores que vêm para a Universidade não são liberados do seu trabalho, eles têm de atuar na rede pública e fazer o seu doutorado ou o seu mestrado aqui na Universidade. Caberia uma preocupação, portanto, semelhante nessa relação com os aparatos públicos, no sentido de que a Capes também levasse em conta essa relação com os órgãos que enviam seus profissionais para serem qualificados aqui. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO agradece a grande ideia do professor Luiz Carlos. Diz que conversarão a seguir e talvez incorporarem em um programa único as atividades da

Faculdade de Educação e de outros órgãos nesse sentido. Inicialmente pensaram em áreas mais relacionadas com pesquisa em Tecnologia, mas, talvez, possam pensar em uma ampliação em educação ou ensino, pesquisa e desenvolvimento e já colocariam as áreas nesse programa para terem uma abordagem equivalente da Capes. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA, como já comentou a professora Gláucia, diz que receberam a nova classificação do ranking QS dos países emergentes do bloco dos *Brics*, em que a Unicamp ficou em décimo lugar, portanto, uma posição bastante destacada. Entre as dez primeiras, ficou em oitavo lugar a USP, mais as sete universidades chinesas e uma russa. Em vista dos investimentos que a China está fazendo em algumas das suas universidades, considera que esse é um posicionamento muito honroso para a Unicamp, décimo lugar, com destaque também para o item produtividade, que é medido pelo número de artigos por docente, onde a Unicamp figurou inclusive à frente da USP. Portanto, estão todos de parabéns pelo excelente desempenho. Em seguida, diz que o

I Seminário de Construção do Plano de Segurança da Unicamp, organizado pela CGU, ocorreu no dia 05 de dezembro, no Centro de Convenções. O evento teve expressiva participação, muitos dos conselheiros aqui do Consu lá estiveram. A programação incluiu uma abertura, que foi feita por ele, onde foram colocadas as diretrizes básicas de construção do plano. Como já havia sido comprometido com a comunidade, ele será debatido através de reuniões setoriais que pretendem fazer ao longo do primeiro semestre. Então, além da metodologia de construção, das diretrizes básicas, foi também apresentado um cronograma em que previram a realização de reuniões em unidades e órgãos, ao longo do primeiro semestre, e a apresentação de uma proposta para debates aqui no Conselho Universitário em agosto de 2014. Tomarão todo o primeiro semestre nesse trabalho que deve ser bastante amplo. A programação teve uma primeira mesa, chamada Segurança, Policiamento e Sociedade, da qual participaram dois oficiais da PM, um da reserva, o Tenente Coronel Elson Servilha, que tem mestrado e doutorado aqui

pela Unicamp, na FEC; e o Capitão Ronilson Luiz, que tem mestrado em Educação pela PUC-São Paulo; e também duas acadêmicas, professora Jacqueline Muniz, da Universidade Cândido Mendes, e a doutora Patrícia Nogueira, coordenadora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Complementando a informação prestada pela conselheira Diana, tiveram uma visão sobre policiamento, que é o tema dessa mesa, segurança, policiamento e sociedade, oferecida tanto por oficiais da Polícia Militar quanto por acadêmicos que estudam esse assunto. E esse era justamente um dos objetivos dessa mesa redonda, trazer as diferentes visões para que possam debater. E assim será a construção do plano também, sempre oferecendo oportunidade de debater as visões contraditórias sobre um tema bastante controverso, polêmico, porém de extrema importância, não apenas para os estudantes, como mencionou a conselheira Diana, mas para todos os membros da comunidade. Uma segunda mesa tratou de experiência sobre segurança em *campi* universitários. Infelizmente, um dos convidados cancelou na última hora porque teve um

problema, era o responsável pelo programa de segurança da Universidade Federal de Pernambuco, onde existe um programa já implantado que gostariam de conhecer, e irão tentar trazê-lo em outra oportunidade. Mas tiveram a visão da professora Viviane Cubas, do Núcleo de Estudos da Violência da USP, e do professor Luiz de Castro Junior, superintendente de Prevenção e Proteção, também da USP. Então, foram mais visões dentro da ótica de um debate participativo. E, finalmente, para a terceira mesa foram convidadas as entidades representativas dos três segmentos, Adunicamp, DCE e STU, que puderam expor suas visões e eventuais sugestões para a construção do plano. A conselheira Diana fez referência à ausência de representantes da Reitoria, e precisa retificar essa informação. Na verdade, o seminário estava previsto para ser concluído às 16 horas. Como houve um número muito grande de intervenções, perguntas e questionamentos, feitos principalmente pelos participantes discentes do seminário, e não queriam limitar o tempo, abriram a palavra a todos e houve um atraso na

programação. Como ele tinha um compromisso em São Paulo, às 16h30min precisou se ausentar, isso depois de terminada a fala das três entidades. Explicou isso na mesa, acha que foi perfeitamente entendida sua ausência, mas os demais representantes da Administração ali estiveram até o final. E, finalmente, quanto à data, fato também comentado pela conselheira Diana, o dia 05.12 foi realmente a data possível para a realização do evento, porque havia o compromisso de realizarem este ano ainda. Um evento desse tipo, com muitos convidados externos, demanda um tempo e agenda de todos e essa foi a data possível. Acha que não houve qualquer prejuízo, porque a participação, como disse, foi bastante expressiva, o auditório do Centro de Convenções estava praticamente lotado. Considera que atingiram plenamente os objetivos e essa discussão continuará ao longo do primeiro semestre. O MAGNÍFICO REITOR diz que restaram poucas questões que ainda não foram abordadas. Em relação à manifestação do conselheiro Icaro, sobre o grupo de trabalho da Revisão dos Estatutos e Regimento Geral, diz que esse GT

foi implantado no último dia 12, em uma primeira reunião onde o grupo estabeleceu a sistemática de trabalho e o cronograma daquilo que será realizado. A ideia, bastante ambiciosa, é de que tenham, em março de 2015, a proposta dos novos Estatutos na pauta do Conselho Universitário. Portanto, as discussões se darão ao longo de todo o ano de 2014, com várias fases de discussão, de debates em toda Universidade, através da linha institucional, congregações, comissões, departamentos, havendo espaço também para manifestação individual, de grupos, audiências públicas, enfim, um grande debate discutindo a lei maior da Universidade. Essa comissão é presidida pela professora Rachel Meneguello, que é membro do Conselho Universitário e depois pode complementar suas observações. Os componentes são os seguintes: o professor Edson Bueno, da Faculdade de Ciências Médicas; o professor José Roberto Zan, do Instituto de Artes; o professor Oswaldo Giacoia Júnior, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; o professor Paulo Sollero, da Faculdade de Engenharia Mecânica; a procuradora

Fernanda Lavras Costallat Silvado, da Procuradoria Geral; representante dos servidores, Jessé Targino da Silva; representante discente da pós-graduação Gabriela Zanotto Bosshard; e o representante discente de graduação, Icaro Diagonel, que se manifestou sobre esse assunto. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que irá explicitar um pouco mais a sistemática de trabalho que foi definida na última quinta-feira. Como o professor Tadeu bem colocou, é uma ambição ter tudo pronto em março de 2015. Então, esse grupo, certamente, deverá ter alguma disciplina e algum esquema de trabalho que dê conta de que isso aconteça. Na última quinta-feira, apresentou uma sugestão de procedimentos, de tempo, de cronograma e de etapa de trabalho segundo os quais dariam conta. O que está incluído ali, de maneira que esse trabalho seja o mais amplamente participativo possível, porque o que se quer, desde o início, é que a comunidade, de fato, participe dessa revisão, é que para além dos modos formais e de participação através das vias institucionais, na medida em que as sistematizações

ocorrerem, haja audiências públicas. Ainda deverão definir se será com documentos completos ou se será por temas. E também pretendem abrir uma página na internet onde todos poderão enviar sugestões, quando o trabalho já estiver com determinado avanço na sua formulação. Então, já no dia 20 de janeiro, estará aqui com a doutora Fernanda Lavras sistematizando a primeira documentação, porque definiram um *workshop* inicial, em fevereiro, com todo o grupo, para a primeira intervenção realmente de conteúdo para fazer a nova constituição desse texto. Isso acontecerá entre fevereiro e março. Em seguida, irão desencadear um processo de discussão nas unidades. Depois, haverá nova sistematização, terão um novo documento, farão audiências públicas, abrirão essa página de ampla participação da comunidade. E entre dezembro, janeiro e fevereiro pretendem ter o documento já formatado para, em março de 2015, encaminhar ao Conselho Universitário. Os grupos de trabalho precisam ter uma forma de gestão e de trabalho que dê conta de fazer isso, então, haverá a representação de todo o corpo da Universidade,

funcionários, alunos e professores. Há a presença imprescindível da doutora Fernanda, da Procuradoria Geral, que certamente os orientará em boa parte desse trabalho, com o qual estão confiantes. O MAGNÍFICO REITOR, em relação às manifestações do professor Mario, lembra que o Professor Magna já comentou a questão relativa ao Conselho de Farmácia. Lembra que outros conselhos já demandaram questões muito parecidas em relação aos professores da Universidade. Recorda, em especial, o Crea e o CRQ que, por diversas oportunidades, questionaram que as disciplinas deveriam ser ministradas, dependendo do conselho, por engenheiros ou por químicos. E esse assunto tem sido bastante estudado pela PG e com pareceres que demonstram que não cabe esse tipo de exigência, havendo, inclusive, algumas manifestações jurídicas sobre o assunto defendendo a tese da não aplicação em educação das reservas de atribuições dos conselhos profissionais. Quanto à questão da CRH, que diminuiu o número de promoções, lembra que essa questão é oscilante, não há uma cota. A Universidade, quando

tinha a cota de 2% da folha, rechaçava e criticava enfaticamente a existência de um valor fixo. Isso foi abandonado, 1997 foi o último ano em que se estabeleceu cota. Em 1998, o sistema já operou com recursos verificados ano a ano. Desde então, esse valor já foi zero e também já foi suficiente para promover mais que 50% dos funcionários. Em relação a este ano, precisa checar esse detalhe, o professor Mario se referiu a 15%, e anunciaram que 20% dos funcionários seriam reclassificados, então, precisam conferir a conta, porque se não foram 20% há algo errado. Se quiserem fazer uma análise *stricto sensu*, 100% dos funcionários receberam uma referência, mas essa parte estava vinculada ao processo de isonomia. E além dessa referência para todos, o processo avaliatório beneficiaria mais 20% dos funcionários. Certamente, no ano que vem poderá ocorrer alguma diferença nesse percentual, mas isso depende de uma análise também dos recursos orçamentários, então, essa decisão só será tomada em meados do ano que vem e será devidamente anunciada. Em seguida, diz que a motivação para revogar a

Resolução GR-26/2012, referente ao Programa de Incentivo ao Pós-Doutorado no Exterior, foram os ajustes que se farão necessários, basicamente por dois fatores. Primeiro a expansão significativa do quadro docente. Em relação ao que vigia em 2012, quando a resolução foi colocada, haverá uma situação de maior flexibilidade em termos de cobrir eventuais afastamentos. Então, no mínimo, a resolução precisa ser ajustada. O segundo motivo diz respeito ao Inciso II do Artigo 2º da Resolução, em relação ao Faepex, que está passando por uma reformulação e os programas estão sendo adaptados para uma nova sistemática de operação, que será divulgada no início do ano que vem. Portanto, a ideia não é descontinuar o Programa de Incentivo, é necessário fazer uma reanálise e alguns ajustes. Quando fizeram a revogação, tomaram o cuidado de garantir as admissões que já tinham sido realizadas, sendo que elas seguiriam o processo até o final. Então, considera possível analisar, do ponto de vista desse espírito da resolução de revogação, todos os pedidos que tiverem tido tramitação. Por exemplo, para aqueles

aprovados na congregação antes da data da revogação são mantidos os benefícios da resolução até a sua finalização, assim não prejudicam nenhum encaminhamento que já tenha sido realizado, porque essa é a ideia. O objetivo não é eliminar o programa, é fazer com que os ajustes por uma nova realidade possam ser considerados na concepção do programa. O último assunto que ainda não foi comentado diz respeito a uma manifestação extemporânea do conselheiro Iuriatan, que acha importante se referir, porque a questão foi definida ontem. Concluíram que 13 parcelas de auxílio-alimentação é algo equivocado, e poderiam ter problemas do ponto de vista legal e jurídico. Hoje o valor do auxílio-alimentação é de R\$720, uma décima terceira parcela, que no entendimento da Administração é indevida, resultaria em algo como R\$60 por mês. Então, passaram a considerar 12 parcelas de R\$780 por mês, e aplicaram, sobre esse valor, o reajuste para vigorar a partir do próximo auxílio-alimentação; e passarão a ter, a partir de janeiro, um auxílio no valor de R\$850. Isso significa um aumento de quase 9%. Portanto, no

valor já estão incorporando os recursos de uma possível e equivocada décima terceira parcela. Terão sempre 12 parcelas e esse valor passa a ser de R\$850. A parcela que deveria ser liberada no dia 1º de janeiro de 2014 será liberada no próximo sábado, dia 21 de dezembro; e a parcela que seria liberada no dia 1º de fevereiro de 2014 será antecipada para o dia 25 de janeiro de 2014. Há algumas adições ainda no Expediente, em relação a prêmios, além daqueles que já foram mencionados por conselheiros e por membros da Mesa. Havendo a concordância do Plenário, deverão enviar votos de congratulações a todos. Os professores doutores Maria Ester Soares Dal Poz, da FCA, e José Maria Ferreira Jardim da Silveira, do IE, foram contemplados com o 1º lugar na 2ª edição do *Prêmio Ministério da Fazenda de Economia*, na área de Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições. A entrega do prêmio foi realizada no 41º Encontro Nacional de Economia, ocorrido em Foz do Iguaçu, de 10 a 13 de dezembro. O aluno de mestrado Cezário Benedito Galvão, da Feagri, teve seu

projeto de cooperação técnica internacional “Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Moçambique”, premiado na 8ª edição do *Prêmio CAIXA Melhores Práticas em Gestão Local 2013/2014*. A orientação foi feita pelos professores Antonio José da Silva Maciel e Antonio Ludovico Beraldo, ambos da Feagri. A partir desse reconhecimento, a prática está automaticamente inscrita no *Prêmio Internacional de Dubai para Melhores Práticas 2014* e concorrerá com projetos do mundo todo. O especialista em toxicologia analítica do Centro de Controle de Intoxicações – CCI, Rafael Lanaro, recebeu menção honrosa do Governo do Estado de São Paulo, juntamente com a Polícia Científica de Campinas, pela participação na solução do caso de mortes durante exames de ressonância magnética com uso de contraste no Hospital Vera Cruz. A cerimônia ocorreu no final do mês passado, no Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo. O aluno de graduação João Carlos Rocha, do IA, venceu a Edição 2012 do *Concurso Eleazar de Carvalho para Jovens Solistas e Regentes*, na categoria Regência. Como parte da premiação, regeu o

principal movimento da 4ª Sinfonia de Tchaikovsky, em concerto realizado no Palácio dos Bandeirantes, no dia 27 de novembro. A Camerata de Violões de Campinas, grupo formado por alunos e ex-alunos do curso de Música da Unicamp, Ana Lis de Nóbrega Marum, André da Silva Batiston, Camilla dos Santos Silva, Claryssa de Pádua Moraes, Felipe Lima Garcia Macedo, Helder Tomás Pinheiro, Jonas Pellizzari Correia e Stephen Bolis, conquistou o 1º lugar no 11º *Concurso Internacional de Violão do Uruguai "Raul Sánchez Clagett"*, na categoria Conjunto de Violões, realizado entre os dias 02 e 07 de dezembro. Nas reuniões de CAD e CEPE, informaram a premiação de várias pessoas do IC, com medalha de prata na *Maratona de Programação da Sociedade Brasileira de Computação* e enviaram congratulações a essas pessoas, no entanto, faltou mencionar o treinador da equipe, o aluno de mestrado Marcelo Galvão Póvoa, também do IC. O Centro de Integração, Documentação e Difusão Cultural – Ciddic, com a direção da compositora e professora Denise Hortência Lopes Garcia, do IA, conquistou o *Prêmio Especial*

na categoria Música Erudita da Associação Paulista de Críticos de Arte - APCA, divulgado no dia 09 de dezembro. A cerimônia de entrega acontecerá em março de 2014, no Teatro Paulo Autran, no Sesc Pinheiros, em São Paulo. Dois trabalhos elaborados pelos grupos de Fígado, Hipertensão Portal e Transplante Hepático, coordenados pela médica Ilka de Fátima Santana Ferreira Boin, e de Vias Biliares, Pâncreas e Obesidade Mórbida, coordenado pelo médico Elinton Adami Chain, ambos do Departamento de Cirurgia da FCM, receberam menção honrosa durante a XII Semana Brasileira do Aparelho Digestivo, ocorrida de 24 a 27 de novembro, em Goiânia - GO. Infelizmente, também há manifestações de pesar. Além dos dois professores citados pelo professor Mario Saad, há também o falecimento do professor Mário de Jesus Mendes, aposentado da Faculdade de Engenharia Química, que faleceu no dia 06 de dezembro. Enviarão votos de pesar às respectivas famílias em nome do Conselho Universitário. Em seguida, coloca para ciência o Expediente da Ordem do Dia dos seguintes assuntos: A - COMISSÃO CENTRAL DE

PESQUISA – CCP – Substituição de Membros - 01) PROC. Nº 01-P-20276/03 - IB - Indicação da Profa. Dra. Clarice Weis Arns, como membro titular, em substituição ao Prof. Dr. Paulo Mazzafera, para compor a CCP, com mandato até julho de 2014 – Of. PRP-296/13. B - COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL – COPEI - Indicação de Membros - 02) PROC. Nº 01-P-25640/01 - Indicação de membros para comporem a COPEI, conforme Deliberação CONSU-A-20/13 – Of. COPEI-212/13. Representantes Docentes - 1º Ano - Titulares: Prof. Dr. Paulo Sérgio Graziano Magalhães – FEAGRI e Prof. Dr. Júlio Cesar Hadler Neto – IFGW, Suplentes: Prof. Guilherme Araújo Wood – COTUCA e Prof. Dr. Luiz Carlos Zeferino – FCM; 2º Ano - Titulares: Profa. Dra. Ana Maria Fonseca de Almeida – FE e Prof. Dr. Júlio Cesar Hadler Neto – IFGW, Suplentes: Prof. Dr. Léo Pini Magalhães – FEEC e Prof. Dr. Christiano Lyra Filho – FECC; Representantes Discentes - Titular: Fabiano Oliveira Lucchese – FEEC, Suplente: Joni de Almeida Amorim – FEM; Representantes dos Servidores Técnicos Administrativos -

Titular: Roberto Carlos de Souza - GGBS, Suplente: Margarida Barbosa - CAISM; Representante da Comunidade Externa - Suplente: Alberto Soares da Silva - DIEESE. C - RELATÓRIOS DE ATIVIDADES - Ciência - 03) PROC. Nº 01-P-01598/10 - em nome do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e MINISTÉRIO DA SAÚDE - Executores: Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva e Carmen Cecília de Campos Lavras - Período: 31.12.09 a 01.04.12 - Resumo do Objeto: "Estruturação da linha de cuidado aos portadores de Diabetes Mellitus (DM) em 04 (quatro) regiões do Estado de São Paulo, considerando a atenção básica como gerenciadora e organizadora desse processo na rede regional de atenção à saúde"; 04) PROC. Nº 01-P-28015/12 - em nome do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e OPAS/OMS - Executores: Carmen Cecília de Campos Lavras e Renata Juliani Frascareli - Período: 06.06.12 a 30.07.13 - Resumo do Objeto: Estabelecer os termos e condições em conformidade com as partes sob os

quais a OPAS/OMS e a beneficiária cooperarão na implementação da seguinte iniciativa: apoio à reorganização dos processos de trabalho da coordenação-geral de assistência farmacêutica básica; 05) PROC. Nº 01-P-27272/12 - em nome do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e OPAS/OMS - Executores: Carmen Cecília de Campos Lavras e Renata Juliani Frascareli - Período: 14.11.12 a 30.05.13 - Resumo do Objeto: Estabelecer os termos e condições em conformidade com as partes sob os quais a OPAS/OMS e a beneficiária cooperarão na implementação da seguinte iniciativa: elaboração da linha de cuidado da criança da Secretaria de Estado de São Paulo; 06) PROC. Nº 01-P-19896/11 - em nome do Instituto de Geociências - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde - FIOTEC - Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Adriana Garutti Teixeira - Período: 16.09.11 a 15.03.12 - Resumo do Objeto: Prestar de Serviço de consultoria externa para apoio

em métodos e práticas de prospecção no Instituto Oswaldo Cruz, conforme RC 10011387-FIOTEC; 07) PROC. Nº 22-P-18997/10 - em nome do Instituto de Geociências - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA - Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Adriana Bin - Período: 30.07.10 a 29.01.11 - Resumo do Objeto: Prestar serviços técnicos profissionais especializados para a realização de consultoria para avaliação externa do sistema Embrapa de gestão - SEG, com foco nos macroprogramas; 08) PROC. Nº 22-P-28853/09 - em nome do Instituto de Geociências - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP - Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Adriana Bin - Período: 11.01.10 a 10.01.11 - Resumo do Objeto: Prestar serviços de engenharia de apoio à implantação de modelo corporativo organizacional de gestão de tecnologia e inovação na SABESP; 09) PROC. Nº 22-P-11601/08 - em nome do Instituto de Geociências - Relatório Final de Atividades - Partes: FUNCAMP e Companhia

de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP -
Executores: Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Maria Beatriz
Machado Bonacelli - Período: 21.07.08 a 20.07.09 - Resumo
do Objeto: Prestar serviços de engenharia de apoio à
estruturação e implantação de modelo corporativo de
tecnologia e inovação na SABESP. Nada mais havendo a tratar
no Expediente, o MAGNÍFICO REITOR passa à Ordem do Dia e
Adendo à Ordem do Dia. A Mesa destaca os itens 1 – Proc. nº
01-P-32027/13 –, que trata de proposta de distribuição
orçamentária; 2 – que trata da aquisição de gleba contígua à
Unicamp; e 3 – Proc. nº 01-P-23868/13 –, que trata de
distribuição de cargos de Professor Doutor, da Ordem do Dia;
e o item 1 – Proc. nº 01-P-19926/13 –, que trata do relatório
da Comissão de Acompanhamento de eleição, do Adendo à
Ordem do dia. Consulta se há outros destaques. Não
havendo, submete à votação todos os itens não destacados
da Ordem do Dia e Adendo à Ordem do Dia, sendo aprovados,
com 1 abstenção, os assuntos dos seguintes processos: D -
PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGOS OU FUNÇÕES DE

PROFESSOR TITULAR – Parecer exarado pela Comissão de Vagas Docentes - 04) PROC. Nº 01-P-23871/13 - Distribuição de cargos ou funções de Professor Titular – MS-6 para as Unidades de Ensino e Pesquisa – Parecer CVD-95/13. E - RECURSOS AO CONSU – Pareceres exarados pela Procuradoria Geral e Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão - 05) PROC. Nº 01-P-20611/10 – em nome de ANDRÉIA YUKIE URATSUKA – RA 096952 – IC – Recurso interposto pela interessada em face da decisão da CCG contrária a solicitação de reconsideração de matrícula – Deliberação CCG-127/13 (contrária) e Pareceres PG-2973/13 e CEPE-406/13; 06) PROC. Nº 01-P-19747/09 - em nome de RAFAEL LEDA MINETTO – RA 063844 – FEM – Recurso interposto pelo interessado em face da decisão da CCG contrária à solicitação de reconsideração de matrícula – Deliberação CCG-133/13 (contrária) e Pareceres PG-3126/13 e CEPE-407/13; 07) PROC. Nº 01-P-19481/12 – em nome de DENISE FUGIHARA – RA 090904 – IC – Recurso interposto pela interessada em face da decisão da CCG contrária à solicitação de

reconsideração de matrícula - Deliberação CCG-126/13 (contrária) e Pareceres PG-3127/13 e CEPE-408/13; 08) PROC. Nº 01-P-19273/12 - em nome de ALAN ALEXANDRE - RA 090216 - IMECC - Recurso interposto pelo interessado em face da decisão da CCG contrária à solicitação de reconsideração de matrícula - Deliberação CCG-125/13 (contrária) e Pareceres PG-3128/13 e CEPE-409/13. F - CONGREGAÇÕES - Pareceres exarados pela Procuradoria Geral - 09) PROC. Nº 36-P-24921/12 - FCA - 1) Homologada - Prorrogação do mandato dos Representantes Discentes para até 16.12.13; 2) Atas de Eleições de representantes Docentes e Discentes, realizadas em 31.10.13 - Homologadas pela Congregação em 06.11.13 e 04.12.13 - Parecer PG-3307/13; 10) PROC. Nº 17-P-04494/13 - IA - Atas de Eleições de representantes Docentes da Carreira MA, Carreira MS, Discentes e Servidores Técnico-Administrativos, realizada nos dias 18 e 19.09.13 - Homologadas pela Congregação em 03.10.13 - Parecer PG-3308/13. G - DELIBERAÇÃO CONSUA-22/13 - Retificação - 11) PROC. Nº 01-P-24138/12 -

Retificação da Deliberação CONSU-A-22/13, publicado no DOE em 08.11.13. Onde constou: Deliberação CONSU-A-22/13 que dispõe sobre o Processo de Certificação e Revisão de Certificação do Quadro PAEPE da Universidade, deverá constar: Deliberação CONSU-A-22/13 que dispõe sobre o Processo de Certificação e Revisão de Certificação do Quadro PAEPE e de Pesquisadores da Universidade. H - PÓS-GRADUAÇÃO – Deliberação da Comissão Central de Pós-Graduação - 12) PROC. Nº 33-P-26141/06 - FT – Proposta de Adequação do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia, no que concernem as áreas de concentração, linhas de pesquisa e disciplinas, ao Curso de Doutorado, conforme Deliberação CCPG-327/13 – Aprovada pela Congregação em 30.08.13 e CCPG em 30.10.13 - Parecer CEPE-405/13. I - ÁREAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – Abertura - Pareceres exarados pela Unidade - 13) PROC. Nº 02-P-23344/12 - FCM – Abertura da área de prestação de serviços de pequena monta intitulada: “Laboratório de Cultura de Células da Pele”, cujo objetivo

consiste no processamento e cultura de células humanas autólogas, da pele: queratinócitos, fibroblastos e melanócitos; de células mesenquimais e células de medula óssea; células de cartilagem: condrócitos, crio preservação das referidas células e processamento do sangue para separação de fibrina e trombina para selante de fibrina autólogo para terapia celular autóloga em humanos – Aprovado pela Congregação em 31.08.13 - Parecer: CAD-124/13; 14) PROC. Nº 07-P-22808/13 - IB – Abertura da área de prestação de serviços de pequena monta para a Fonoteca Neotropical Jacques Vielliard, cujo objetivo é contribuir com a sociedade desde a gravação dos animais até a edição final dos arquivos sonoros, incluindo serviços de identificação toxonômica e digitalização – Aprovado pela Congregação em 25.09.13 - Parecer: CAD-123/13. J - CONVÊNIOS, CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS – Homologados - 15) PROC. Nº 01-P-4575/08 – em nome da Agência de Inovação da Unicamp - Termo Aditivo Nº 01 ao Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Green Technologies Projetos Agroindustriais S/C Ltda. - Executores: Roberto

Alencar Lotufo e Patricia Tavares Magalhães de Toledo - Data de Assinatura: 16.05.11 - Recursos: R\$84,50 no primeiro ano e R\$94,50 no segundo ano - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Convênio até 30.07.13, bem como alterar os recursos para o novo período do Convênio que objetivou a regulamentação das relações entre a UNICAMP e a Empresa Associada estabelecendo, entre outros, as condições de participação nas atividades que a INCAMP propiciará no âmbito de convênios estabelecidos com Agências de Fomento e em especial com o SEBRAE-SP - Parecer: CAD-125/13; 16) PROC. Nº 11-P-27556/09 - em nome do Instituto de Química - 3º Termo de Aditamento ao Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Fazenda, por meio da Diretoria Executiva da Administração Tributária - DEAT - Executores: Watson Loh e Antonio Cláudio Herrera Braga - Data de Assinatura: 02.09.13 - Recursos: R\$1.987.480,65 - Resumo do Objeto: prorrogar o prazo de vigência por mais 15 meses, até 02.12.14, bem como, alterar o valor do contrato que objetivou a prestação

de serviços de análises químicas e físico-químicas de gasolina, álcool combustível e óleo diesel para apuração de sua conformidade com as especificações e termos das Portarias ANP - Parecer: CAD-126/13; 17) PROC. Nº 01-P-25931/11 - em nome do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - 1) Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Fundação do Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP - Executores: Daniela Magalhães Prates e Adriana Nunes Ferreira - Data de Assinatura: 27.12.11 - Vigência: 365 dias - Recursos: R\$409.950,00 - Resumo do Objeto: prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao projeto nº 100-2002 "Indicadores IESP" - 2) Primeiro Termo Aditivo ao Contrato - Data de Assinatura: 04.12.12 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Contrato supracitado por mais 65 dias, até 28.02.13 e aumentar o valor do contrato original em R\$100.000,00 - 3) Segundo Termo Aditivo ao Contrato - Data de Assinatura: 06.02.13 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Contrato supracitado por mais 92 dias, até 31.05.13 - Parecer: CAD-127/13 - 18) PROC. Nº 01-P-

13794/13 - em nome do Centro de Biologia Molecular e Engenharia Genética - Termo de Transferência de Material - Partes: UNICAMP e EMBRAPA - Executores: Anete Pereira de Souza e Sandra Luzia Scarano - Data de Assinatura: 08.05.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: remessa de patrimônio genético (amostras de DNA de seringueiras) para a execução do projeto "Avaliação da variabilidade alélica, estrutura populacional e desequilíbrio de ligação no germoplasma 'ex situ' de Seringueira (Hevea Brasiliensis)" - Parecer: CEPE-410/13; 19) PROC. Nº 01-P-06596/10 - em nome do Centro de Estudos de Petróleo - 2º Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e REPSOL Brasil S.A. - Executores: Antonio Carlos Bannwart e Vanessa Cristina Bizotto Guersoni - Data de Assinatura: 11.10.13 - Vigência: 54 meses - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência antes estabelecida, pela UNICAMP dos serviços relacionados às atividades do Projeto "Estudo termofluidodinâmico da garantia de escoamento de óleos parafínicos em dutos" - Parecer: CEPE-411/13; 20) PROC. Nº 01-P-22816/11 - em nome de

Centro de Estudos de Petróleo - Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Rubens Maciel Filho e Maria Regina Wolf Maciel - Data de Assinatura: 25.09.13 - Resumo do Objeto: dilatar o prazo, por mais 365 dias do Termo de Cooperação que objetivou a união de esforços das Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Desenvolvimento de Sistema Portátil para Inspeção de Falhas em Dutos e Chapas Metálicas" - Parecer: CEPE-412/13; 21) PROC. Nº 01-P-19354/13 - em nome do Centro de Estudos de Petróleo - Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Nilton de Oliveira Pinto Júnior e Philippe Remy Bernard Devloo - Data de Assinatura: 02.09.13 - Vigência: 545 dias - Recursos: R\$1.796.458,36 - Resumo do Objeto: participação da PETROBRAS na reforma e ampliação do Laboratório de Faturamento (LabFrac), nas instalações da UNICAMP, visando a capacitação da Universidade para realização de pesquisas/testes/estudos - Parecer: CEPE-413/13; 22) PROC. Nº 01-P-20769/13 - em nome do Centro de Estudos de

Petróleo - Termo de Cooperação - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Osvaldo Vidal Trevisan e Alexandre Campana Vidal - Data de Assinatura: 02.10.13 - Vigência: 180 dias - Recursos: R\$109.147,50 - Resumo do Objeto: participação da PETROBRAS na elaboração do Projeto executivo do Laboratório Multimeios e Multiescala, nas instalações do CEPETRO/UNICAMP, visando a capacitação da Universidade para realização de pesquisas/testes/estudos - Parecer: CEPE-414/13; 23) PROC. Nº 01-P-20464/13 - em nome da Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e Corporación Universitaria Empresarial Alexander Von Humboldt - Colômbia - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 13.09.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos

realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-415/13;

24) PROC. Nº 36-P-10244/13 - em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas - Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura Municipal de Limeira - Executores: Peter Alexander Bleinroth Schulz e Andrea Leda Ramos de Oliveira - Data de Assinatura: 05.08.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: "Ampla cooperação entre as partícipes, com a finalidade de realizar parcerias para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão" - Parecer: CEPE-416/13;

25) PROC. Nº 36-P-10245/13 - em nome da Faculdade de Ciências Aplicadas - Termo Aditivo Nº 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Prefeitura Municipal de Limeira - Executores: Josely Rimoli e Marcelo Zoéga Maialle - Data de Assinatura: 05.08.13 - Vigência: 01 ano - Recursos: R\$366.030,00 - Resumo do Objeto: Oferecimento de "Cursinho Pré-Vestibular", Colmeia - Jovens construindo seus projetos de futuro, na cidade de Limeira/SP para 200 (duzentos) alunos, conforme condições descritas no Plano de

Trabalho - Parecer: CEPE-417/13; 26) PROC. Nº 03-P-02882/10 - em nome da Faculdade de Ciências Médicas - Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Luz e Força Santa Cruz - Executores: Franco Giuseppe Dedini e Luiz Roberto Xavier Ribeiro - Data de Assinatura: 24.06.13 - Resumo do Objeto: estender a vigência para até 31.12.2013, do contrato que objetivou a prestação de serviços, pela Contratada à CPFL, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e desenvolvimento intitulado "DE 0015 - Roda Elétrica" - Parecer: CEPE-418/13; 27) PROC. Nº 19-P-19785/13 - em nome da Faculdade de Educação - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e UNIVERSITY OF SIEGEN (Alemanha) - Executores: Rogério Adolfo de Moura e Antonio Carlos Rodrigues Amorim - Data de Assinatura: 02.07.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos

realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-419/13;

28) PROC. Nº 19-P-19789/13 - em nome da Faculdade de Educação - Aditivo 01 ao Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e UNIVERSITY OF SIEGEN (Alemanha) - Executores: Rogério Adolfo de Moura e Antonio Carlos Rodrigues Amorim - Data de Assinatura: 02.07.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: estabelecer um programa de intercâmbio de estudantes, com o propósito de permitir aos estudantes regularmente matriculados em uma universidade fazerem cursos na outra universidade, com a finalidade de cumprir parte dos créditos requeridos na universidade de origem - Parecer: CEPE-420/13;

29) PROC. Nº 03-P-02881/10 - em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica - Aditivo 02 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL - Executores: Franco Giuseppe Dedini e Luiz Roberto Xavier Ribeiro - Data de Assinatura: 24.06.13 - Vigência: até 31.08.13 - Resumo do Objeto: estender a vigência para até 31.12.2013, do contrato

que objetivou a prestação de serviços, pela Contratada à CPFL, para o desenvolvimento do projeto de pesquisa e desenvolvimento "DE 0015 – Roda Elétrica", que consiste em desenvolver um sistema de motorização auxiliar que possa ser integrado aos veículos atuais sem nenhuma modificação mecânica expressiva - Parecer: CEPE-421/13; 30) PROC. Nº 03-P-30523/12 - em nome da Faculdade de Engenharia Mecânica - Aditivo 01 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Kátia Lucchesi Cavalca Dedini e Hélio Fiori de Castro - Data de Assinatura: 05.09.13 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Convênio que objetivou a união de esforços das Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Análise de Rotores de acordo com o API (American Petroleum Institute)" - Parecer: CEPE-422/13; 31) PROC. Nº 15-P-26170/11 - em nome do Instituto de Geociências - 1) Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e F. Hoffmann-La Roche LTD. (Quintiles) - Executores: Benito Pereira Damasceno e Tânia A. M. Oliveira Cardoso - Data de Assinatura: 19.03.12 - Vigência: 60 meses

- Recursos: R\$41.827,00 por paciente - Resumo do Objeto: realização do "Estudo randomizado, duplo-cego, double-dummy e de grupos paralelos para avaliar a eficácia e a segurança de Ocrelizumabe em comparação ao Interferon Beta-1a (Rebif®) em pacientes que apresentam esclerose múltipla recidivante" – Protocolo Nº WA21093 - 2) Alteração Nº 1 ao Contrato - Data de Assinatura: 10.09.12 - Resumo do Objeto: alteração de dados da beneficiária - 3) Alteração Nº 2 ao Contrato - Data de Assinatura: 24.05.13 - Resumo do Objeto: incluir a previsão de fornecimento, pelo Patrocinador, de dois novos equipamentos (bomba de infusão e eletrocardiograma) para a condução do Estudo - 4) Alteração Nº 3 ao Contrato - Data de Assinatura: 25.09.13 - Resumo do Objeto: incluir a previsão de fornecimento, pelo Patrocinador, de três novos equipamentos (freezer, centrífuga e termômetro) para a condução do Estudo, alterando, dessa forma, o orçamento de US\$30,409 para US\$36,192 - Parecer: CEPE-423/13; 32) PROC. Nº 15-P-06848/13 – em nome do Hospital de Clínicas – Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP

e Laboratório Químico Farmacêutico Bergamo Ltda. -
Executores: Ubirajara Ferreira/FCM e Wagner Eduardo
Matheus/FCM - Data de Assinatura: 12.08.13 - Vigência: 05
anos - Recursos: R\$336.943,00 - Resumo do Objeto: estudo
randomizado, duplo-cego, controlado por placebo,
multicêntrico, de fase III sobre Denosumab no prolongamento
de sobrevida livre de metástases no osso em homens com
câncer de próstata hormônio-refratário. (Protocolo nº
20050147) - Parecer: CEPE-424/13; 33) PROC. Nº 07-P-
22625/09 - em nome do Instituto de Biologia - Termo Aditivo
Nº 03 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e NEUROLIFE
Laboratórios Ltda. - Executores: Leonilda Maria Barbosa dos
Santos e Alessandro dos Santos Farias - Data de Assinatura:
30.06.13 - Vigência: até 30.06.14 - Recursos: R\$41.820,00 -
Resumo do Objeto: prorrogar a vigência e estabelecer
recursos para o período do Contrato para o desenvolvimento
e execução de novos métodos de análise da presença de
micro-organismos, por métodos de Biologia Molecular, em
material biológico de sangue periférico e líquido

cefalorraquidiano - Parecer: CEPE-425/13; 34) PROC. Nº 34-P-10649/13 - em nome do Instituto de Computação - Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e IBM Brasil - Indústria, Máquinas e Serviços - Executores: Rodolfo Jardim de Azevedo e Sandro Rigo - Data de Assinatura: 01.08.13 - Vigência: 05 anos - Recursos: R\$714.660,00 - Resumo do Objeto: estabelecer a colaboração para a maturação da arquitetura independente Linux como padrão corporativo, mediante o desenvolvimento de trabalho conjunto em conformidade com as normas e metodologias de interesse das partes e aplicáveis ao Projeto LTC - Linux Technology Center - Parecer: CEPE-426/13 - 35) PROC. Nº 22-P-30247/12 - em nome do Instituto de Geociências - Convênio - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e FINEP - Executores: Wilson Suzigan, Sergio Luiz Monteiro Salles Filho e Maria Beatriz Machado Bonacelli - Data de Assinatura: 02.04.13 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$495.195,50 - Resumo do Objeto: Transferência de recursos financeiros, pela Concedente ao Conveniente, para a execução do Projeto intitulado "Revista Brasileira de

Inovação” - Parecer: CEPE-427/13 - 36) PROC. Nº 01-P-19936/13 - em nome da Agência de Inovação da Unicamp - Contrato - Partes: UNICAMP e Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - Executores: Milton Mori e João Marcos Travassos Romano - Data de Assinatura: 24.10.13 - Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto estabelecer as condições de Propriedade Intelectual entre a UNICAMP e o CNPEM no pedido de patente intitulado de “Processo de Síntese, Compósito de nanopartículas de Prata e Hexaniobato de Potássio e seus usos” a ser depositado junto ao INPI - Parecer: CEPE-428/13; 37) PROC. Nº 11-P-08427/13 - em nome do Instituto de Química - Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Braskem S.A. - Executores: Fernando Antonio Santos Coelho e Wanda Pereira Almeida - Data de Assinatura: 24.07.13 - Vigência: 18 meses - Recursos: R\$114.802,30 - Resumo do Objeto: prestação de serviços técnicos que compreendem estudos teóricos de mecanismos de formação e/ou análises experimentais visando apoiar o estudo teórico necessário para a compreensão de rotas

químicas, nos termos do Anexo I ao Contrato - Parecer: CEPE-429/13; 38) PROC. Nº 01-P-17296/08 - em nome do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético - Termo Aditivo - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Vivaldo Silveira Júnior - Data de Assinatura: 03.05.13 - Vigência: até 30.06.14 - Resumo do Objeto: alterar o local de execução dos serviços, considerando a extensão do projeto a outras universidades da Região Nordeste, no caso, a UFCG - Universidade Federal de Campina Grande, alterar parte da equipe executora do projeto e prorrogar o prazo do Contrato para a execução do projeto "Desenvolvimento de Sistema de Aproveitamento de Fontes de Calor para Uso em Aquecimento de Fluidos", ciclo 2004/2005, aprovado pela ANEEL - Parecer: CEPE-430/13; 39) PROC. Nº 01-P-31040/12 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e WASHINGTON UNIVERSITY IN SAINT LOUIS (Estados Unidos) - Executores: Luís Augusto Barbosa

Cortez e Yoon Kil Chang - Data de Assinatura: 27.03.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-431/13; 40) PROC. Nº 01-P-06188/13 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Carta de Intenções - Partes: UNICAMP e University of Birmingham (Reino Unido) - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 24.06.13 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: desenvolvimento das relações nas áreas de aprendizagem e ensino, intercâmbio de estudantes, membros de ambas as universidades e documentação e material de pesquisa e coordenação de projetos de pesquisa em conjunto ou colaborativo - Parecer: CEPE-432/13; 41) PROC. Nº 01-P-08867/13 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e

UNIVERSIDAD DE LA FRONTERA (Chile) - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 12.09.13 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação (com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na universidade parceira) e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-433/13; 42) PROC. Nº 01-P-13638/13 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Colaboração - Partes: UNICAMP e University of Leeds – Reino Unido - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 23.07.13 - Vigência: 03 anos - Resumo do Objeto: desenvolver e realizar colaboração a longo prazo - Parecer: CEPE-434/13; 43) PROC. Nº 01-P-19357/13 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e TECHNICAL UNIVERSITY OF DENMARK (Dinamarca) -

Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 12.09.13 - Vigência: 05 anos -
Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comum e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-435/13; 44) PROC. Nº 01-P-23390/13 - em nome da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: UNICAMP e University of Bath (Inglaterra) - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e José Pissolato Filho - Data de Assinatura: 19.09.13 - Vigência: 06 anos - Resumo do Objeto: fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de professores docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação, e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: CEPE-436/13 - 45) PROC. Nº 01-P-04340/01 - em nome do Centro de Engenharia Biomédica - Primeiro Aditivo - Partes: UNICAMP e Fundação CPqD - Centro

de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações -
Executores: José Wilson Magalhães Bassani e Eduardo
Tavares Costa - Data de assinatura: 01.09.04 - Resumo do
Objeto: alterar o prazo de vigência para 60 meses, do
Convênio que objetivou a cooperação científica e tecnológica
no campo das ciências, técnicas e tecnologias de
Telecomunicações e da Informação, cobrindo áreas de
interesse comum - Parecer: CEPE-437/13; 46) PROC. Nº 07-
P-03023/07 - em nome do Instituto de Biologia - Termo
Aditivo Nº 05 - Partes: UNICAMP/FUNCAMP e CLICKIDEIA
TECNOLOGIA EDUCACIONAL LTDA. EPP - Executores:
Eduardo Galembeck e Cláudio Crysóstomo Werneck - Data de
Assinatura: 23.09.08 - Vigência: até 07.06.09 - Resumo do
Objeto: prorrogar o prazo de vigência, pelo período de 10
meses, do Termo Aditivo Nº 04 ao Convênio que objetivou a
execução do Plano de Trabalho anexo, intitulado
Desenvolvimento de jogo educacional online - Parecer: CEPE-
438/13; 47) PROC. Nº 11-P-16660/09 - em nome do
Instituto de Química - Aditivo 06 - Partes:

UNICAMP/FUNCAMP e PETROBRAS - Executores: Watson Loh e Paulo de Tarso Vieira Rosa - Data de Assinatura: 22.09.12 - Resumo do Objeto: alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação nº 0050. que objetivou a união de esforços das Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado "Avaliação comparativa da precipitação de asfaltenos na presença de gás carbônico com a induzida por floculantes alifáticos: características químicas dos depósitos e desempenho de inibidores" - Parecer: CEPE-439/13; 48) PROC. Nº 01-P-05018/09 - em nome do Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético - 1) Contrato - Partes: UNICAMP/FUNCAMP, CPFL, Fundação de Pesquisa e Assessoramento à Indústria - FUPAI e ANDALUSIA - Assessoria em Gestão Empresarial Ltda. - Executores: Arnaldo Cesar da Silva Walter e Sergio Valdir Bajay - Data de Assinatura: 13.11.07 - Vigência: 12 meses, a partir de 13.11.07 com término previsto para 12.11.08 - Recursos: R\$155.010,00 - Resumo do Objeto: prestação, pela Contratada à CPFL Paulista de serviços tecnológicos de

pesquisa e desenvolvimento referentes ao projeto "PD138-07 - Potencial de evolução da geração distribuída (em cogeração) nas áreas da CPFL (São Paulo) no horizonte de quinze anos" - 2) Aditivo nº 01 - Data de Assinatura: 21.08.09 - Vigência: de 13.11.08 até 31.12.09 - Resumo do Objeto: prorrogar a vigência do Contrato supracitado por mais 13 meses - Parecer: CEPE-440/13. O MAGNÍFICO REITOR inicia a discussão pelo item 1 da Ordem do Dia - Proc. nº 01-P-32027/13 -, que trata de proposta de distribuição orçamentária da Unicamp para 2014. A matéria recebeu parecer de aprovação unânime da CAD e vem ao Conselho Universitário para a deliberação final. Para situar adequadamente, é importante verificar as receitas que estão às folhas 15 da pauta, que prevê recursos do Tesouro do Estado da ordem de R\$2.002.578.141,00, e o total das receitas, onde se incorporam Recursos Próprios, leva esse orçamento a R\$2,103 bilhões, aproximadamente. Esses valores são fornecidos pelo Governo do Estado, que utilizou os parâmetros que estão aí especificados, ou seja, uma

previsão de inflação para 2014 de 5,5% e o crescimento do PIB paulista de 2%. E são valores, pelo menos na teoria, bastante razoáveis. Em relação às despesas, chama a atenção para o forte crescimento do sistema de permanência estudantil. Às folhas 08 da pauta consta um quadro com a especificação de Ampliação do Programa de Bolsas, e pode ser verificado que as bolsas saltam de um total de 1.771 para 2.386, um crescimento de aproximadamente 1/3; é bastante significativo e caminha no sentido de oferecer mais condições para a manutenção dos estudantes em seus cursos. O programa de manutenção de permanência poderá sustentar o crescimento esperado de número de egressos da escola pública e autodeclarados pretos, pardos e indígenas que a ampliação dos pontos no Paais no vestibular mais ingressos pelo ProFIS irão proporcionar. Um segundo destaque pode ser verificado no Grupo VI, constante às folhas 19 da pauta, em sua última linha, que é o Programa de Internacionalização, no valor de R\$2 milhões. Esse programa, que foi apresentado em duas reuniões ao longo da semana passada, uma com os

diretores, outra com a representação docente, procura consolidar os programas vigentes e introduz novos programas na linha da internacionalização: não elimina nem descontinua nenhum dos existentes, apenas acrescenta um novo, alguns até como piloto. O terceiro destaque diz respeito ao Planejamento Estratégico e isso poderá ser verificado na folha seguinte, o Grupo VIII, que é a atribuição de recursos no Planejamento Estratégico. Ele tem funcionado com recursos da ordem de R\$2 milhões, aproximadamente, por ano, e aplicaram nesta Proposta Orçamentária o aumento dos recursos para R\$10 milhões. A intenção é chegar a R\$30 milhões nessa rubrica, até o final desta gestão. Ou seja, é o Planejamento Estratégico que deve governar a definição de prioridades, e não o Reitor. Essa é uma sinalização importante, em especial para as unidades. A demanda e as discussões serão coletivas e a definição de prioridades também, através da Copei e do Conselho Universitário, para que os recursos possam ser aportados sempre fazendo um esforço grande para que haja indicadores que permitam

avaliar as questões da maneira mais objetiva possível. É nessa linha que o sistema de indicadores a que a professora Teresa se referiu deve evoluir. Eram esses os destaques que desejava fazer, além de dizer que todas as novas ações e programas lançados estão previstos dentro da Proposta Orçamentária. As novas contratações docentes já estão incluídas, assim como outros programas e outras iniciativas tomadas ao longo desses últimos meses de 2013. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que é sempre um esforço aprender e entender a Proposta de Distribuição Orçamentária e acompanhar os números. Nesse sentido, reformula aqui uma solicitação que foi apresentada na primeira sessão da COP deste ano, que fechou o orçamento do ano passado, na qual foi reivindicada uma discriminação maior das Despesas Fixas, que constam às folhas 18 da Pauta: Pessoal e Reflexo, 85,25%, e Programa de Auxílio-Alimentação, 4,31%. Gostariam que fosse muito aprofundada a discriminação do que são essas despesas de 85,25% dos recursos do Tesouro do Estado. Há um quadro constante às

folhas 23 até 27 que discrimina a quantidade de funcionários e docentes, ativos e inativos, o que é interessante, mas, ainda assim, gostariam, e deixa isso como sugestão para a preparação da Terceira Revisão Orçamentária, que será apresentada na primeira reunião da COP do ano que vem, que discriminasse quanto do valor foi gasto em salário, quanto foi gasto em adicionais, quanto foi gasto em gratificações, até mesmo qual percentual desses recursos que extrapolam o teto salarial. Essas informações são importantes para que possam ter uma noção de como funciona a organização do quadro. Não conseguiu localizar também o quanto se pretende dedicar para o processo de avaliação dos funcionários, não sabe se está exatamente nessa rubrica. Diferentemente do caso do docente, para o funcionário progredir, é necessário que haja uma destinação orçamentária; para o professor basta cumprir os requisitos acadêmicos que os recursos se viabilizam. Essa é uma questão que gostariam de mudar, mas é preciso ter uma noção do quanto vai ser dedicado para que os funcionários se

digladiem entre si para saber quem vai merecer. Outra questão é que na proposta, no item de pagamento de processos, não sabe se o termo é precatório, mas está discriminado um número de processo Unicamp, e ficou em dúvida se está havendo o pagamento daqueles processos relativos à sexta-parte. Houve uma parte dos funcionários que não fez um acordo que providenciava o pagamento mais rápido durante a ação. Esse processo tem várias pessoas, então é preciso fazer o cálculo de pessoa a pessoa, e para algumas o cálculo está atrasando, para outras já está calculado desde 2010. Se houver possibilidade de levantar essa informação gostaria de saber se estão sendo pagos os processos da sexta-parte ou se existe previsão para pagar. Também não entendeu exatamente uma informação que a professora Teresa forneceu ao final do Expediente, sobre o sistema que visa integrar informações de administração. As universidades têm acesso ao Sistema de Informações da Gestão e Execução Orçamentária – Sigeo do Governo, e também gostariam de poder acompanhar essa execução

orçamentária e de saber onde fica o acesso da Unicamp e em que medida poderiam participar também através de um acesso, somente leitura, para que possam verificar como está sendo executado o orçamento ao longo do ano, até para que tenham recursos para aprofundar o estudo do Orçamento. O acesso ao Sigeo é muito importante para a categoria. E também gostaria de saber se existe a possibilidade de o Sindicato, o DCE e a Adunicamp acessarem esse sistema sobre o qual a professora Teresa comentou. Não tem certeza se ele irá englobar todas as informações de Orçamento, mas, seria importante para que possam discuti-lo com mais profundidade. Então, são três as questões que traz: a necessidade de discriminar melhor os gastos de Pessoal e Reflexo; sobre o pagamento da sexta-parte; e a reivindicação de acesso ao Sigeo e ao S-Integra. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que não se lembrou de se inscrever no Expediente, e gostaria de falar, inicialmente, sobre algo que não tem a ver com o item destacado, Orçamento. Tratou no Expediente do Consu da semana

passada sobre a questão dos funcionários que precisam se desaposentar ou renunciar à aposentadoria, que são em torno de 360, para que possam garantir seu direito à aposentadoria integral, e da necessidade de a Universidade fazer uma articulação com o INSS. O senhor Reitor sugeriu que apresentassem alguma negativa do INSS fundamentada no argumento que o órgão está apresentando. Conseguiu essa negativa e acha que ela é mais motivadora ainda para que possam ter essa conversa, porque o INSS, ao tratar da situação específica da Unicamp, utiliza os mesmos argumentos daqueles que querem suspender ou renunciar à aposentadoria, para uma nova, ganhando mais, obviamente, e esse não é o caso dos trabalhadores da Unicamp. Então, irá passar isso para o senhor Reitor, mas achou importante comentar, no sentido de que a Universidade não tem obrigação formal de fazer isso, mas pode intervir, buscando uma solução política que possa fazer com que esses funcionários não dependam de uma ação judicial, mesmo porque ainda não existe uma jurisprudência para essa

discussão. Passando ao Orçamento, diz que a Universidade sempre aponta as necessidades e olha para as tendências. É muito difícil ser contra uma proposta orçamentária quando ela incorpora todas as questões que estão sob demanda na Universidade. Analisou a proposta e, de fato, ela trata de todas as questões importantes. A proposta parte da visão da economia, das variantes de análise e expectativas, que são bastante diversificadas. O que há de favorável para o ano de 2014 é que se trata de um ano eleitoral, e acha que não haverá um processo de retração. Anos eleitorais normalmente são anos em que os investimentos públicos são mais potencializados. Acha que o ano terá uma arrecadação consistente. Considera importante se dedicar mais às questões ligadas a recursos humanos, além do incremento da política de permanência estudantil, que o professor Tadeu já comentou, e isso talvez se faça nas revisões orçamentárias com mais concretude; aos desdobramentos de uma política que considera extremamente importante da Reitoria, que é dar sequência ao processo de isonomia, à contratação de

docentes e funcionários, e também à conclusão do processo das 30 horas na área da Saúde; será necessário também discutir a questão da carreira com maior profundidade este ano. E, obviamente, é preciso ter claro que é necessário continuar mantendo uma política de valorização dos salários, e não está previsto aqui o processo de data-base para o mês de maio, e isso, obviamente, é parte do processo de adequação do Orçamento à negociação estabelecida entre o Fórum das Seis e o Criesp. O Conselheiro WATSON LOH diz que não pôde acompanhar a última reunião da CAD, e possui algumas dúvidas que talvez até já tenham sido discutidas. Comparando a Proposta Orçamentária encaminhada este ano com a que foi aprovada no ano passado, sentiu falta de dois itens, e essas são suas questões. A primeira é a menção específica das vagas que estavam destinadas aos professores ligados ao programa Bioen. Não encontrou neste Orçamento atual e estava previsto no anterior, sendo que a previsão inicial era de 15 docentes; dez já foram atendidos na forma de edital, cinco nos dois últimos anos passados. Deseja saber

se houve alguma mudança, se no ano que vem não será dado prosseguimento a essa metodologia; em parte pela preocupação com o programa em si, que já se iniciou formalmente e vai precisar de mais pessoas para agregar, e segundo porque, especificamente, o IQ fez uma proposta, juntamente com o IB, que foi bem avaliada no último ano, mas não pôde ser contemplada na totalidade, e estavam contando em competir novamente em uma próxima chamada. A segunda questão, também mencionada no Orçamento de 2013, mas que não encontrou agora foi a alocação de recursos para reposição de funcionários aposentados. Gostaria de saber se isso está embutido em alguma alínea que não identificou. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que tem algumas observações pontuais e algumas sugestões. Considera necessário, em algum momento, talvez no próximo Conselho Universitário, tratar a questão de execução de recursos, já que é realmente difícil. Comprar uma cadeira, apesar de toda a boa vontade dos envolvidos, como a DGA, é uma aventura. Uma forma bastante cômoda de fazer isso é

não arriscar nada; se interpretarem de forma absolutamente rígida como os gastos devem ser feitos, é cômodo. Não gastarão nada, nunca terão problemas com nenhum Tribunal de Contas. Outra forma seria fazer diferente. Então, gostaria que esse fosse um item a ser discutido pelo Conselho Universitário. É preciso oferecer o apoio deste Conselho para chegarem a uma forma de utilizar os recursos, e se for o caso, entrar em choque com o Tribunal de Contas do Estado. Porque não é possível executar o Orçamento da forma que está. A Feec acabou de comprar algumas cadeiras e mesas, teve de contar com a boa vontade do Faepex, porque em um ano e meio não conseguiram executar, e isso, certamente, não é um problema apenas da Faculdade. É um absurdo, isso não pode acontecer. Não é a melhor forma de gastar. Infelizmente, estão engessados por uma série de outros problemas. Em relação a sentenças judiciais, gostaria de ter algum esclarecimento por que estão pagando R\$800 mil para uma pessoa, R\$130 mil, R\$150 mil para diversas. Houve um erro e deseja saber onde ele ocorreu. Foi colocado que

haveria desoneração de valores pela questão da alteração de regime dos servidores da CLT para o Esunicamp, dessa maneira, solicita que sejam apresentados esses valores a partir da próxima revisão orçamentária, através de uma forma contábil, ou de um fundo. Esses eram os aspectos mais específicos. Os aspectos mais filosóficos têm a ver com o seguinte. No último Informe Aeplan, de número 116, estão colocados alguns valores que o deixaram preocupado. Com relação a reservas de recursos para alteração salarial, consta que o valor é da ordem de aproximadamente R\$20 milhões, o que não significa quase nada para um reajuste salarial. Então, realmente haverá tempestade. Em janeiro houve um gasto de aproximadamente R\$134 milhões, o que representa 91,64% de comprometimento; em fevereiro esse valor foi acrescido de R\$3,2 milhões, devido ao reajuste do vale-alimentação, o que resultou em R\$137 milhões. Em maio, o comprometimento subiu para cerca de R\$138 milhões; em junho o valor passou a R\$146 milhões, devido a um provisionamento de R\$2,6 milhões para o pagamento do

décimo terceiro salário, e mais R\$6 milhões. Em julho, o valor é de R\$144 milhões, e em agosto, R\$148 milhões. Isso tem a ver com os R\$3,2 milhões destinados à alteração dos pisos salariais, sendo que os pisos A, B e C não existem mais, agora o piso é D, para os níveis fundamental, médio e superior. Isso é bom, porque sinaliza uma valorização para os servidores não docentes, porém, o custo é de R\$40 milhões vezes 13. De setembro e outubro houve uma alteração de R\$148 milhões para R\$186 milhões, como resultado de R\$38 milhões do passivo das diferenças de gratificações incorporadas. Irá comentar sobre essas despesas em seguida. Em novembro, voltaram para R\$149 milhões, foi dada uma referência para todos os servidores não docentes, cerca de R\$1,6 milhão por mês, R\$21 milhões ao ano. Somando R\$48 milhões, mais R\$38 milhões, mais R\$21 milhões, resulta em aproximadamente R\$100 milhões o impacto dedicado majoritariamente aos servidores não docentes. Gostaria de voltar à sua proposta, que espera que seja discutida por este Conselho, do papel da COP no estudo de despesas e

comprometimentos de longo prazo. A questão do acerto da gratificação custou R\$38 milhões, e, certamente, isso não foi analisado pela COP. Então, propôs que apreciassem a discussão da função da COP no estudo de despesas e comprometimentos de longo prazo, ou seja, salário. Do seu ponto de vista, a COP deve discutir o aumento salarial antes de o senhor Reitor fazer a negociação. Obviamente, nem o Reitor nem o Plenário do Consu pode decidir o quanto de aumento será acordado. Isso não aconteceu nos últimos tempos, mas também não há nenhuma sinalização deste Conselho, que é quem cuida dos recursos orçamentários. Então, para terminar a reflexão sobre o gasto de cerca de R\$100 milhões, relativo a uma referência a todos os servidores não docentes, acerto de gratificações e alteração dos pisos salariais, diz que esses são assuntos de política financeira. A COP é uma comissão do Consu que deve analisar essas questões; deve refletir sobre incentivos à carreira docente, da mesma forma que a carreira não docente necessita de incentivos. Não há incentivos à carreira docente.

Pode afirmar que há muitas dúvidas entre os docentes contratados a partir de 2013, com relação à questão do fundo complementar, e considera que essa é uma questão que tem de ser tratada com os docentes. Outra questão é que o limite salarial fixado por teto político é uma exclusividade dos docentes das estaduais paulistas, e também é uma questão que tem de ser tratada pelo Cruesp. Está sendo colocado um fosso entre professores que irão atingir, no futuro, o nível MS-5 e os que estão, sob a perspectiva atual, barrados de qualquer aumento salarial. Esses professores irão migrar para a universidade federal. Então, estarão, no futuro, perdendo os professores livre-docentes por conta de uma miopia de carreira. É preciso tratar isso hoje, porque são os novos docentes que serão atingidos. É uma questão de política de carreira. Não podem ter o limite salarial fixado por um teto político. Os muitos colegas docentes não estão devidamente esclarecidos sobre essa questão. Então, como disse alguém que o antecedeu, do ponto de vista contábil e de prioridades, este Orçamento não merece reparo, mas do ponto de vista

estratégico, precisam se preocupar por uma série de razões. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que irá se referir principalmente à ampliação das bolsas de auxílio. Verifica-se que haverá a ampliação principalmente de bolsas auxílio moradia. À primeira vista seria algo positivo, mas depois de analisar mais cuidadosamente, é possível perceber que essa ampliação escancara o problema de moradia dos *campi* de Limeira e Piracicaba. A demanda está aumentando e já foi prometida a construção de vagas, o que considera essencial, até porque o gasto com construção e manutenção, no longo prazo, será menor do que com o pagamento de bolsas. E a criação dessas 105 bolsas moradia é a institucionalização da falta de vagas aqui em Campinas. O movimento estudantil vem se posicionando há muito tempo sobre isso. Há quinhentas vagas a serem estruturadas aqui, o que foi comentado em várias reuniões de que participou, e mais uma vez desejam saber quando essas vagas vão ser disponibilizadas; a criação dessas bolsas moradia é algo que o movimento estudantil rechaça. As bolsas são importantes

neste momento, quando não há vagas suficientes na moradia, mas a criação de vagas é a melhor opção para que estudantes de baixa renda possam permanecer na Universidade. Inclusive, como foi comentado, com o possível aumento de estudantes da escola pública pelo incremento do Paais, haverá uma demanda cada vez maior de bolsas; com maior número de pessoas de baixa renda na Universidade, menos pessoas terão como se manter aqui. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que, com relação aos parâmetros do Orçamento, a inflação e o crescimento do PIB do Estado, aparentemente não foi levado em consideração um programa que, por conta das eleições do ano que vem, foi lançado em vários estados, inclusive no Estado de São Paulo, o Programa de Recuperação Fiscal – Refis, o que representou uma antecipação significativa para este ano de ICMSs futuros. Sua empresa estava com um processo administrativo que questionava algumas cobranças de ICMS do Estado. Havia a probabilidade de perderem o processo administrativo e terem de entrar na Justiça, quando resolveram aceitar a oferta do

Estado de refinanciamento da dívida, perdão de multas e correções monetárias, o que representou uma entrada de caixa para o Estado, este ano, que ele provavelmente não receberia nos próximos anos. Isso significa que este ano houve uma arrecadação de ICMS, embora não saiba como quantificar, bastante superior à que ocorrerá no ano que vem. A Conselheira GABRIELA ZANOTTO BOSSHARD diz que, com relação aos dados de permanência estudantil, no que se refere aos prédios e ao Programa de Moradia Estudantil, estão inclusas reformas dos prédios. Já que a moradia faz parte da estrutura da Universidade, pergunta se não seria mais adequado estar incluída na parte de manutenção da Universidade e não na de permanência estudantil. Também gostaria de entender como se dá a definição do valor gasto com alimentação nos restaurantes universitários. Há o valor total do vale-alimentação, e queria entender como se dá o resultado desse valor, se ele é uma diferença de tudo o que se gasta para produzir a alimentação, retirando o valor que é arrecadado com a inserção de créditos, e como se dá a

definição do valor unitário da alimentação cobrados dos estudantes, funcionários e professores. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA, na linha do que o professor Ripper colocou, diz que deseja entender se há alguma tendência em relação ao repasse da Lei Kandir. O MAGNÍFICO REITOR diz que há algumas informações técnicas específicas que não saberá esclarecer, para as quais irá solicitar ajuda do assessor de planejamento, senhor Antonio Félix. O conselheiro Iuriatan se referiu a recursos para o processo avaliatório, que, em geral, embora exceções tenham ocorrido no passado, não estão definidos na proposta orçamentária inicial, aparecem nas revisões. Há uma série de questões que não estão fixadas no momento da elaboração da proposta, como, por exemplo, qual será o reajuste na data-base. O reajuste e o comportamento da arrecadação indicarão quais serão os recursos com os quais poderão contar ao longo do segundo semestre, quando se dá o processo avaliatório. Quanto aos precatórios, há uma sistemática legal para essa questão. Todas as demandas legais recebidas pela

Universidade até 31 de junho são, obrigatoriamente, inseridas na proposta orçamentária do ano seguinte. Não sabe dizer especificamente sobre processo de sexta-parte. Se o processo chegar até 30.06, então entra na proposta orçamentária daquele ano; se chegar depois, entra na do ano que vem. O professor Léo Pini também abordou essa questão dos precatórios com outro foco, perguntou por que a Universidade deve pagá-los. A questão é muito simples, é preciso pagar porque perderam na Justiça e ela determinou que a Unicamp pagasse. Mas acha que a pergunta do professor Léo Pini é anterior a perder na Justiça. A justiça não é uma ciência exata. O professor Léo discorreu sobre os impactos, e o maior impacto que ocorreu durante este ano foi a questão do pagamento das GRs incorporadas atrasadas, que decidiram acertar porque a Unicamp estava perdendo ações na Justiça. Quando houve a decisão administrativa de não pagar as GRIs àqueles que não estivessem mais exercendo a função, em 2011, avaliou-se que não haveria o risco de isso se tornar uma demanda judicial, mas se tornou e a Unicamp perdeu

praticamente todas. E há outras sentenças judiciais por conta de atos da Administração da Unicamp, mas há algumas em que foram aplicadas decisões de governos, de leis etc., que depois foram consideradas não apropriadas. Então, há todo o esforço da Unicamp, através da PG, que leva as discussões até a última instância, mas perdendo nessa instância, é necessário pagar. Não é difícil saber a que se refere cada um dos processos constantes da pauta, e depois a PG poderá fazer um levantamento e passar a informação. Voltando ao conselheiro Iuriatan, ele se refere à manifestação da professora Teresa sobre o S-Integra, e se refere também ao Sigeo; solicita que a professora Teresa comente sobre isso depois. O conselheiro João Raimundo se referiu a uma série de questões e algumas estão indiretamente colocadas aqui nas alíneas, alguns gastos, outros não estão, e explica por quê. Possíveis gastos em relação à carreira, uma revisão que terão de discutir ao longo do ano, não vão impactar o Orçamento de 2014, provavelmente impactarão o Orçamento de 2015, dependendo das conclusões a que chegarem sobre o

que é necessário alterar. O professor Léo Pini também se referiu ao reajuste, afirmando que R\$21 milhões é um valor muito baixo. O reajuste é colocado na alínea Reserva de Contingência, mas a evolução do ICMS é acompanhada, para verificar possibilidades de um reajuste maior do que esse ou, em caso de catástrofes, menor do que os próprios R\$21 milhões aqui podem indicar. De fato, o impacto das 30 horas não está calculado aqui ainda, vai constar das revisões. O GT já entregou o relatório, que está na PG para as providências necessárias e, basicamente, o impacto orçamentário da implantação é que será necessário fazer algumas contratações, que terão de ser analisadas, quase que certamente, na Primeira Revisão Orçamentária. E o processo de isonomia está também parcialmente contemplado aqui, porque já existe a proposta em relação ao ano que vem. O professor Watson se referiu às vagas para o Programa Bioen e à reposição de funcionários. Não sabe responder sobre as vagas para o Bioen. Entende que os compromissos que a Unicamp assumiu em relação a elas foram honrados. Está

entendendo que há mais compromissos que deveriam estar aqui e não estão. Nesse caso, solicita ao senhor Antonio Félix que explique melhor a questão. Existindo esses compromissos da Unicamp, afirma que serão honrados. Reposição de funcionários é um processo calculado nas alíneas, talvez o Toninho possa explicar com mais detalhes. Tende a concordar com o professor Léo Pini quanto às observações em relação a gastar o que existe, exceto no tocante a arriscar; precisam fazer o máximo esforço para agilizar as aquisições, mas sem arriscar nada. Recentemente o Tribunal de Contas julgou as contas da Unicamp, e a grande questão é uma clara diferença conceitual e de entendimento entre o que pensa o Supremo e o que pensa o Tribunal, que é a questão do subteto. Mas há outros apontamentos do Tribunal que dizem respeito aos adiantamentos da Unicamp, às licitações, a uma série de detalhes. E com todo o cuidado que tomaram, ainda assim há questionamentos. Tende a concordar com o professor Léo Pini que a sistemática existente no serviço público acaba resultando em compras sem a maior vantagem possível, mas

não podem desrespeitar esses critérios. A Aeplan poderá fazer o demonstrativo da questão dos recursos economizados pela mudança de regime ao longo do tempo. Está se confirmando algo a que se referiram bastante durante as discussões, os pedidos de mudança não aconteceram todos de uma vez; até agora há pessoas optando, aos poucos. E também não se verifica aquilo que todos imaginavam, que as pessoas iriam mudar de regime e se aposentar logo em seguida. Por isso acha importante esse demonstrativo que a Aeplan irá produzir. A questão dos R\$21 milhões para o reajuste salarial é uma estimativa. Em propostas anteriores, já trabalharam com valores muito inferiores a esse em relação ao reajuste de maio. Já houve Orçamentos aprovadas aqui praticamente com reserva de contingência zero; foram anos bastante difíceis, mas devem acompanhar a perspectiva para o ano que vem. Há muitos gastos que impactaram este ano e que não impactarão o ano que vem. Os quase R\$40 milhões das GRIs é um exemplo significativo. Quanto às discussões na COP, acredita que devem, efetivamente, ser realizadas. A COP é

uma comissão assessora do Conselho Universitário e deve atuar na plenitude de suas atribuições. Mas pode afirmar que é praticamente impossível partir para uma negociação de data-base sem roteiro, ou com a determinação do valor a negociar. Para essa negociação é sempre necessária certa delegação de competência ao Reitor, caso contrário, não se chega a um termo. Com relação à questão do teto, realmente terão cada vez mais o problema muito sério que algumas universidades já estão vivenciando. Está sendo construído um instituto federal de tecnologia – os cursos de nível superior devem começar a funcionar em 2014/2015 – a aproximadamente 20 quilômetros de distância deste *campus*. Lá o teto será de R\$27 mil, e aqui de R\$20,662 mil. Então, o impacto qualitativo que isso trará para a Universidade certamente será insuportável, se essa situação não tiver uma configuração diferente. Mas o que é míope não é a carreira, como mencionou o professor Léo, míope e astigmática é a Constituição Brasileira, porque o teto político está ancorado em um dispositivo constitucional, e essa não é uma questão

banal que seja fácil de ser corrigida. Portanto, as interpretações e decisões do Supremo Tribunal Federal, que são aquelas que a Unicamp tem seguido, poderiam solucionar a questão do teto. Em relação à observação do conselheiro Icaro, diz que construir moradia não é como elaborar uma proposta orçamentária. Para construir moradia é preciso ter área. E a ideia dos moradores da moradia é de que não podem construir onde está o campo de futebol, portanto, não há onde construir; é preciso buscar área. É necessário projeto, que depende de onde será a área. E é necessário tempo de construção, além da licitação envolvida nessas questões. Enquanto não é possível fazer isso, precisam encontrar uma maneira de sustentar a permanência dos estudantes, e por isso a questão das bolsas como auxílio. O professor Ripper se manifestou sobre o programa de incentivo à quitação de dívidas realizado este ano. Os programas anteriores mostram que esses estímulos são feitos para conseguir fechar a arrecadação de um determinado ano quando o comportamento do ICMS não é aquele que o

Governo previu. E a Secretaria da Fazenda fez previsões de arrecadação para 2013 muito acima do razoável, e, portanto, o Orçamento todo está construído sobre uma previsão acima do que estava se verificando. Não cumprir o que prevê a Secretaria da Fazenda não significa que a arrecadação tenha sido menor do que a do ano anterior, significa que não se cumpriu aquilo que a Secretaria esperava. Ela espera pouco do ano que vem, 2% de PIB e 5,5% de inflação, contra 3,5% de PIB e 4,5% de inflação no ano de 2013. A expectativa é que no ano que vem, com condições mais realistas, possam executar este Orçamento com um pouco mais de segurança acerca de seus números. Então, embora o professor Ripper tenha descrito corretamente as ações deste ano, é esperado que não haja, por causa disso, uma redução na arrecadação do ano que vem, e possam ser cumpridos esses índices de inflação e de crescimento do PIB paulista. Por fim, a conselheira Gabriela questionou se as reformas da moradia deveriam estar em outra rubrica. Poderiam estar em Manutenção Predial, não haveria nenhum problema em

relação a isso, mas é sempre importante explicitar a que se destinam os gastos. Em relação à arrecadação, na proposta consta o valor que os estudantes, funcionários, usuários dos restaurantes em geral, pagam. Então, isso está nas receitas do que se adquire por parte dos restaurantes. E na parte das despesas, os gastos efetivos em relação aos restaurantes, salvo melhor juízo, sem pessoal. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE, com relação às vagas destinadas aos professores ligados ao Programa Bioen, questão colocada pelo professor Watson, diz que foram previstos recursos para cinco docentes em 2011, e mais cinco em 2013. Solicitou que fosse verificado, porque segundo sua lembrança também houve previsão de recursos para contratações nesse sentido, em alguma revisão, mas não possui essa informação aqui. De todo modo, como o senhor Reitor mencionou, se ainda houver compromissos, irão apresentar na próxima revisão a necessidade de novas contratações. Outra questão a que o professor Watson se referiu diz respeito à reposição de funcionários Esunicamp aposentados. Em 2012, foram

liberados 25%, e em 2013, neste Orçamento que está se encerrando, foram liberados outros 50% do estoque. Ainda há, em algumas unidades, recursos não utilizados. Esse foi um dos assuntos levantados na reunião da COP sobre o Orçamento de 2014, e o compromisso assumido foi monitorar essa questão durante as revisões para verificar se haverá possibilidade de fazerem mais alguma liberação durante o ano que vem. Isso vai sobrevir dependendo do que ocorrer com as receitas e com as despesas durante o exercício. Então, há duas revisões para mensurar se é possível fazer novas liberações de recursos para essa finalidade. A última questão é sobre o subsídio alimentação. Isso é calculado pela Aeplan no item Assistência e Permanência Estudantil. São levantadas todas as despesas com os restaurantes, inclusive com pessoal, e descontadas todas as receitas obtidas, tanto de alunos como de funcionários. Há uma questão que o senhor João Raimundo colocou sobre a Lei Kandir. Nos últimos anos têm observado que o Governo Federal não tem alterado o valor repassado aos Estados. Ele vem mantendo esse valor

em termos nominais já há vários anos. Para 2014 não foi diferente. O Governo Federal colocou na proposta orçamentária federal um repasse de R\$455 milhões para São Paulo, que é o mesmo valor, no mínimo, dos últimos 10 anos. Sobre esse valor, a Unicamp receberá sua quota-parte de 2,1958%, que resulta em um repasse de R\$10 milhões, previsto nesta Proposta Orçamentária. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que irá esclarecer algumas questões sobre o papel do S-Integra e outros sistemas. Eles são absolutamente independentes. O S-Integra é um sistema que abriga vários tipos de dados da Universidade. Ao longo desta semana, serão disponibilizados dados acadêmicos e de recursos humanos; no futuro irão disponibilizar outros tipos de dados. Mas isso não tem nenhuma correlação ou vínculo com o sistema de execução orçamentária que a Universidade tem no âmbito do Governo do Estado. Um ponto importante é sobre a forma de acesso que será feita no S-Integra. Foi constituído um grupo gestor executivo para o S-Integra, e é ele quem tomará a decisão de tornar os dados públicos ou

restritos. Esse grupo é formado pelos pró-reitores, pela CGU e por alguns outros componentes. Dados de caráter restrito serão disponibilizados aos gestores de órgãos, sendo que o grupo gestor definirá as formas de acesso aos dados. Quanto ao sistema de execução orçamentária, não está sendo tratado no âmbito desse grupo gestor, e também não será tratado no âmbito dos sistemas de acompanhamento e execução orçamentária. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que desde que o senhor Reitor informou sobre o auxílio-alimentação, foi chamado algumas vezes lá fora, recebeu *e-mails*, porque foi emitido um comunicado do GGBS sobre esse assunto, com o seguinte texto: "Foi anunciado pelo reitor, em reunião do Conselho Universitário desta terça-feira, 17.12, o novo valor do auxílio-alimentação, a vigorar a partir de 1º.01, que passará a ser R\$850. O GGBS e a DGRH divulgam um calendário dos créditos referentes a janeiro e fevereiro: 21.12, antecipação do crédito que seria liberado em 1º.01, no valor de R\$720, em 25.01, antecipação do crédito de 1º.02 já com o novo valor de R\$850." A dúvida das pessoas é se será

reajustado para R\$850 a partir de 1º de janeiro. O senhor Reitor explicou, mas ainda há dúvidas. Solicita que seja feito um novo esclarecimento. Aproveita sua fala para parabenizar a COP e a Aeplan pelo trabalho desenvolvido, e reforçar que a questão das GRIs se refere tanto a docentes quanto a funcionários. Com relação à questão de contratação de docentes, ainda vai ser comentado, mas tendo em vista tudo que ouviu nos últimos meses sobre isonomia, GRIs, mudança de regime, possui as mesmas preocupações orçamentárias apresentadas aqui quanto à contratação de docentes. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que no comunicado que o conselheiro Cláudio leu consta exatamente o que falou aqui em relação ao reajuste do auxílio-alimentação, portanto, não há nada a acrescentar. Com o reajuste, a parcela que seria paga em 1º de fevereiro será de R\$850, e a parcela de 1º de janeiro, que será no valor de R\$720, está antecipada para o dia 21 de dezembro. O reajuste é a partir de janeiro, cuja liberação ocorrerá no dia 25 de janeiro, referente ao mês de fevereiro. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que,

pelo que entendeu, por não ser legítimo pagar uma décima terceira parcela, foi reajustado o valor pago ao longo de 2013: o auxílio-alimentação passou de R\$720 para R\$780. E é isso que vai lastrear um novo crédito, esse atrasado vai ser pago neste mês. O MAGNÍFICO REITOR diz que não cabem sofismas aqui. Estão falando de uma coisa muito concreta, são números. O auxílio-alimentação de um determinado mês é pago no primeiro dia útil do mês seguinte; então, o auxílio-alimentação que vem sendo pago no dia 1º de janeiro será antecipado para o dia 21 de dezembro. O que se praticou nos últimos dois anos foi uma 13ª parcela, que não acham conveniente por considerá-la equivocada do ponto de vista legal. Então, estão fazendo um novo raciocínio em relação a 2014. Esse "adiantamento" foi diluído em 12 parcelas de R\$60, ao longo de 2014, o que incluiu a parcela que cairia em 1º de janeiro de 2015. Passou para R\$780, então, terão 12 parcelas de R\$780, ou seja, teriam, porque aplicaram o reajuste de quase 9%, e haverá 12 parcelas de R\$850. E então, quando vencerem essas parcelas, haverá um reajuste

a ser aplicado ao longo de 2015, e assim sucessivamente. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que deseja um esclarecimento sobre outro tema. Quer voltar ao assunto do teto salarial dos professores titulares e da relação com o salário do governador. Na última reunião em que isso foi tratado, o senhor Reitor mencionou que uma série de procedimentos já estava sendo envidada, não apenas aguardando as prestações de contas da USP e da Unesp serem avaliadas, para saber qual seria a posição do Cruesp, mas também com relação à prestação de contas da Unicamp, questionada pelo Tribunal de Contas, cujos procedimentos estavam sendo tomados. Gostaria de ser esclarecida sobre o que foi feito daquele momento até agora, e quais as perspectivas existentes sobre a questão. O MAGNÍFICO REITOR, antes de passar a palavra ao doutor Octacílio, esclarece que o teto não atinge apenas professores titulares, mas sim pessoas conforme o valor do salário recebido. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que estão sendo preparados os recursos. Entraram com alguns recursos

intermediários e devem, agora em janeiro ou fevereiro, protocolar para o Pleno do Tribunal. Estão buscando subsídios com juristas famosos, ou seja, estão trabalhando esse assunto, e não há nenhuma novidade por enquanto. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que talvez não tenha se expressado bem. Os professores cujo salário hoje em dia ultrapassa o teto é a questão de menor relevância. Todos os que ultrapassam o teto, daqui a pouco, ultrapassarão a vida também; então, a questão de maior relevância é a questão dos novos docentes, que já estarão sendo atingidos pelo teto. Os professores, ao atingir a livre-docência, ao receber a sexta-parte, atingirão o teto simplesmente porque a carreira faz com que atinjam. Hoje, um professor titular, com sexta-parte, já começa a chegar muito próximo do teto. Está colocada uma forma de restrição salarial que os desiguala dos docentes das universidades federais. É preciso uma solução no longo prazo. Está entendendo que esses recursos aos quais o doutor Octacílio se referiu têm a ver com os docentes que estão sendo atingidos agora, mas a regra levará a que

todos sejam atingidos. O MAGNÍFICO REITOR diz que é importante esclarecer que estão se referindo ao mesmo problema, seja para alguém que já ultrapassou, seja para alguém que irá chegar. Há uma diferença de entendimento de conceito de como se calcula o teto. O entendimento do Supremo é de que as vantagens pessoais incorporadas anteriormente a 2003, quando surgiu a questão do teto, pela medida tomada não ter retroatividade, deveriam ser mantidas fora do teto. Sendo assim, essas pessoas que tiveram seus benefícios incorporados antes de 2003, pelo princípio da irredutibilidade dos salários, deveriam poder receber os reajustes. Esse é o entendimento que o Supremo tem expressado em algumas decisões. Porém, esse não é o entendimento do Governo do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas do Estado. E é essa a divergência. O Tribunal de Contas e o Governo entendem que essa parcela adquirida antes de 2003 não pode ser corrigida, tanto que as providências que a Unicamp começou a aplicar agora, com relação à reprovação das contas no Tribunal, se referem

somente a isso. A parcela extrateto, segundo o que o Tribunal determinou, não pode mais ser corrigida. Portanto, todos aqueles que já ultrapassaram o teto, sentirão os efeitos disso apenas em maio, porque o reajuste que for decidido não será aplicado, a não ser que a situação mude até lá, por determinação do Tribunal de Contas do Estado. A decisão que houve foi na Câmara do Tribunal, não no Pleno do Tribunal, então, o recurso a que se referiu o doutor Octacílio é para o Pleno. A avaliação é de que há pouca chance, mas ainda há chance de mudança no Pleno do Tribunal. É necessário cumprir essa etapa. E tem toda razão a observação do professor Léo: haverá uma evasão de professores qualificados das universidades estaduais com destino às federais. Não há nenhuma dúvida disso, porque não estão falando de a pessoa sair de Campinas e ir para o Acre, por exemplo, sem nenhum demérito ao Acre, estão falando de a pessoa não sair da cidade. É importante lembrar que boa parte das condições de trabalho existente na Unicamp foi construída pelos próprios docentes, através de projetos, de financiamentos, de fomento

à pesquisa etc. E se construíram aqui, não há por que não construir em outro lugar, ganhando R\$6 mil a mais. Existe um problema sério, e é dele que precisam cuidar. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES observa que a questão de 2003 se aplica a uma parcela antiga dos docentes, por isso fala dos novos docentes, ou seja, os novos não vão ter a questão dessa interpretação de 2003. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que irá ecoar aqui o que o conselheiro Cláudio já falou. Não é especialista, mas fez uma brevíssima consulta ao Google e verificou que certos benefícios, como o auxílio-alimentação, auxílio-transporte ou outros tipos de benefícios, são pagos antecipadamente e não no mês seguinte, como o salário. Funciona diferente do pagamento do salário, no sentido que os benefícios, de acordo com a legislação, devem ser pagos antecipadamente e não posteriormente. O MAGNÍFICO REITOR pergunta ao senhor Antonio Félix quando foi paga a primeira parcela do auxílio-alimentação no valor de R\$720. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE esclarece que o valor foi alterado neste ano. Acredita que tenha sido em

março, porque houve um reajuste durante o exercício, diferentemente de anos anteriores. O MAGNÍFICO REITOR solicita que ele cheque essa informação, porque se foi em março, estarão antecipando ainda mais o reajuste. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que em sua intervenção questionou sobre a possibilidade de acessar o Sigeo. A professora Teresa explicou que ele não tem relação com o S-Integra, mas ainda assim não se manifestou sobre a possibilidade de acesso. O MAGNÍFICO REITOR diz que o Sigeo não é um sistema da Unicamp. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que é um sistema do Governo do Estado, ao qual a Unicamp tem acesso. O senhor ANTONIO FÉLIX DUARTE diz que o sistema de acompanhamento ou de execução orçamentária é do Estado de São Paulo. A Unicamp não tem a possibilidade de interferir nele. Até onde sabe, o acesso é público, com algumas restrições, mas é a Secretaria da Fazenda que cuida desse sistema. O MAGNÍFICO REITOR diz que não podem autorizar o conselheiro ou quem quer que seja a entrar em um sistema que não é da Universidade. O

Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que a Unicamp tem o acesso e que está buscando o acesso na perspectiva de melhor entender o Orçamento. A categoria quer acompanhar melhor esses dados, inclusive para subsidiar as discussões na COP. Como a Unicamp possui acesso, desejam saber por onde acessar. Se a Unicamp disser que o acesso é somente da Reitoria, então irão procurar a Secretaria do Estado. Ainda assim é importante entender se a Unicamp defende ou não essa transparência sobre a execução orçamentária. O que estão buscando, realmente, é alguma forma de acesso, porque tudo o que recebem são essas planilhas, e desejam ter um acompanhamento mais próximo. Gostaria de saber se isso é possível. O MAGNÍFICO REITOR diz que, certamente, a Unicamp acessa o Sigeo através de uma senha, e há um responsável em utilizar essa senha, que, obviamente, não é o Reitor. Não faz a menor ideia de como se acessa o Sistema. A Universidade acessa inúmeros sistemas do Governo Federal, da Capes, do CNPq, através de um termo de compromisso que está determinado por uma senha. A informação não pode

ser socializada, porque se ela pudesse, não precisaria da senha. Portanto, não é possível autorizar ninguém a acessar algo que não é daqui. Como o conselheiro observou, procurar a Secretaria da Fazenda parece o correto, pois é a administradora do sistema, e ela poderá dizer se pode e quem pode acessar e em que nível de acesso. Tem certeza de que o nível de acesso da Unicamp ao Sigeo não é total. Não havendo outras observações, submete a Proposta Orçamentária à votação, sendo aprovada com 1 abstenção. Em seguida, passa ao próximo destaque da Mesa, item 2 – que trata de aquisição de gleba contígua à Universidade. Os documentos em relação à matéria estão às folhas 54 a 71. Fará uma breve introdução do assunto. A decisão do Conselho Universitário de aquisição da área está expressa na Deliberação Consu-286, de 28.06.12. Na Terceira Sessão Extraordinária, realizada no dia 27.06.12, o Conselho Universitário, com 49 votos favoráveis, 06 votos contrários e 06 abstenções decidiu pela compra da Fazenda Argentina, autorizando a aquisição da área e considerando os seguintes

aspectos constantes da deliberação: “I – A área será destinada à expansão do ensino, pesquisa e extensão da Unicamp; II – Caso a avaliação da Caixa Econômica Federal seja inferior aos valores apresentados, a aquisição da gleba será reanalisada pelo Conselho Universitário; e III – Todos os aspectos legais em relação à documentação, aos procedimentos e à avaliação serão acompanhados pela Procuradoria Geral da Unicamp. Os procedimentos para aquisição serão comunicados, para ciência e acompanhamento, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Na eventualidade de ocorrer qualquer dúvida ou impedimento de natureza jurídica, o assunto será reanalisado pelo Conselho Universitário.” Na ocasião existiam dois laudos, um do perito Carlos de Almeida, no valor de R\$180 milhões, outro do perito Cláudio Camuzzo, no valor de R\$143,790 milhões. Solicitou-se um parecer da Caixa Econômica Federal, que ainda não estava disponível no momento da aprovação, por isso a observação no Inciso II, relativa à avaliação e à reanálise pelo Conselho Universitário.

Após a aprovação de junho, no dia 12.09.12, foi encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo um ofício solicitando à Secretaria que avaliasse a possibilidade de levar ao Governo do Estado o pleito de desapropriação do imóvel para utilização da Unicamp. Essa solicitação gerou um parecer do procurador do Estado Decio Grisi Filho, em 17.12.12, do qual destaca algumas questões que parecem importantes para subsidiar a decisão. Depois de fazer algumas considerações sobre a natureza da Universidade, ele coloca no Item 10: "Considerando o princípio da autonomia administrativa e financeira de que goza a Unicamp, assim como os dispositivos mencionados no Item 7.1 deste parecer, mais acima, recomendo nova manifestação do Conselho Universitário a respeito do tema." No Item 7.1 a que ele se refere, consta: "A alínea A do inciso I e a alínea D do inciso II fundamentam a deliberação de folhas 27 e 28 e que levou em conta o relatório do grupo de trabalho criado pela Portaria GR-38/2012, encarregado da análise da viabilidade de aquisição

da área pretendida.” A alínea A, a que ele se refere, consta dos Estatutos da Unicamp: “Exercer a jurisdição superior da Universidade e traçar as suas diretrizes como atribuição do Conselho Universitário”; e a alínea D do Inciso II versa: “Autorizar a aquisição de bens imóveis, assim como alienação, cessão e o arrendamento de tais bens pertencentes à Universidade mediante parecer da Câmara de Administração.” E ele segue com o parecer para concluir com o que já leu. “Da leitura dos referidos documentos é possível concluir que o Conselho Universitário, ao referir-se à aquisição, aprovou aquela prevista pela Lei 8.666/93, e não a desapropriação. A desapropriação apresenta peculiaridades que a destacam da aquisição, inclusive com relação a uma maior possibilidade de litígio judicial, cujos desdobramentos são imprevisíveis.” Então, este parecer do procurador da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia foi encaminhado para conhecimento da Unicamp, que prestou alguns esclarecimentos, confirmou o entendimento. Refere-se a uma decisão administrativa da Universidade pelo órgão

máximo, e por isso a decisão de fazer pelo processo de desapropriação. Foi enviado à Casa Civil em janeiro para nova análise jurídica. O parecer é da procuradora Cristiana Correa Conde Faldini, de 14 de janeiro, e no penúltimo parágrafo consta o seguinte: "Consigno, por fim, que caso prossiga a intenção de desapropriação, a oferta inicial do expropriante deverá estar baseada no laudo de avaliação que embasa a proposta. O que, no caso presente, recomenda a adoção do valor menor, não sendo possível a utilização do parâmetro de R\$150 milhões." Ela diz isso porque a avaliação da Caixa foi de R\$145,733 milhões, em julho de 2012. Isso significa que o Inciso II da Deliberação deste Conselho, de 28 de junho, de que caso a avaliação da Caixa Econômica fosse inferior aos valores apresentados, a aquisição da gleba seria reanalisada pelo Conselho Universitário. Prossegue no Governo do Estado a tramitação e vai encaminhado, diante dessas informações, à Procuradoria Geral do Estado, que emite seu parecer para que o governador faça um decreto de desapropriação. Há toda uma análise de possibilidades, e consta uma observação

grifada no parecer da PGE: "A avaliação da Caixa Econômica Federal, que consta juntada aos autos, é de R\$145,733 milhões, sendo que a informação oriunda da Universidade é que o valor do negócio teria sido definido em R\$150 milhões. Esse aspecto, em que pese não seja relevante para fins da edição do decreto propriamente dito, demanda esclarecimento e equacionamento antes da lavratura da escritura de desapropriação amigável, sem prejuízo da análise de regularidade da documentação já consignada acima. [A partir daqui não há mais grifo] Caso contrário, a efetivação da desapropriação demandará que seja observado o valor indicado no laudo de avaliação da Caixa Econômica Federal, ficando automaticamente reduzidos os limites de autorização do Conselho Universitário ou nova sujeição ao Conselho Universitário, como expressamente ressalvado na Deliberação do próprio órgão, na hipótese de se pretender a manutenção do valor de R\$150 milhões." Portanto, a razão de este assunto estar de novo na pauta do Consu é por determinação dele próprio, mais toda a sequência de análises sobre o

assunto. O decreto do governador, decorrente desses relatos, é de 18 de março de 2013, quando declara de utilidade pública a área. O decreto especifica detalhes sobre a definição da área, e no Artigo 3º consta que as despesas decorrentes da execução do decreto correrão à conta de verba da Unicamp. Ou seja, desde 19 de março, a Universidade poderia ter adquirido a Fazenda Argentina – verificadas essas questões dos pareceres. Desde que a presente gestão assumiu, procuraram ter o máximo de cuidado com a tramitação, para não cometer nenhum equívoco com um gasto de R\$150 milhões por parte da Universidade, com recursos públicos. Tomaram todos os cuidados, foram detalhistas e tentaram produzir o melhor resultado, o melhor benefício para a Universidade em relação à aquisição. Um pouco da história sobre o que fizeram está nos documentos constante da pauta. Solicitaram ao Grupo Gestor de Obras que, através também da CPO, fizesse uma análise sobre as condições de aproveitamento da área. O resumo dessa análise consta às folhas 54 e 55. O professor Paulo Leal,

coordenador do Grupo Gestor, está aqui, e se houver necessidade de mais detalhamento dessas questões, ele poderá fazê-lo. Trata-se basicamente de uma análise das áreas que não poderão ser utilizadas plenamente porque há limitações formais, de legislação em geral, ou, em uma segunda hipótese, da necessidade de terem os meios de mobilidade com as diretrizes viárias da área. Utilizaram-se dessa análise puramente técnica para tentar demonstrar aos proprietários a necessidade de que o valor da aquisição fosse menor. Então, com esse embasamento técnico, encaminharam, conforme consta às folhas 57 e 58 da pauta, uma proposta aos proprietários, demonstrando que mesmo corrigido o valor monetário da aquisição de julho de 2012, chegariam a algo em torno de R\$126 milhões. Receberam da empresa, que, claro, se baseia no fato de que o Consu definiu a compra em R\$150 milhões, toda uma contra-argumentação em relação ao que estavam propondo, inclusive com atualização dos laudos. E aqui é importante para análise prestarem bastante atenção, porque hoje os valores são todos

maiores do que eram um ano e meio atrás, e não é possível comparar com valores atuais; nesse caso, é preciso levar todos os números sempre às mesmas bases cronológicas. Estabeleceu-se, a partir daí, uma espécie de conversa, não chegou a ser uma negociação, com irredutibilidade, argumentações de ambos os lados. E como havia a intenção de submeter a matéria ao Consu de novembro, encaminharam uma proposta no dia 11 de novembro, oferecendo um valor intermediário entre aquilo que resultou dos cálculos aqui e aquilo que pretendia o proprietário, propondo, então, a aquisição por R\$140 milhões. De novo houve a negativa, com o argumento de que a correção dos valores no mês montariam aproximadamente R\$162 milhões, e apresentando várias considerações. Ainda houve algumas conversações após isso, mas não avançou em nada. Então, hoje existe o seguinte cenário: uma aprovação do Consu autorizando R\$150 milhões, uma análise de aproveitamento com as considerações técnicas a que se referiu que talvez permita que cheguem a R\$140 milhões, em números

redondos, e um valor atualizado que hoje é de R\$162 milhões. E é preciso tomar uma decisão sobre o que a Unicamp deve fazer. Com bastante objetividade e concluindo a exposição inicial, há uma decisão deste Conselho, que precisa ser respeitada, a não ser que entendam de forma diferente, mas há uma decisão do Conselho de adquirir a Fazenda Argentina, por larga margem de votos. Em respeito a essa decisão, a atuação desta Reitoria, desde que assumiu, foi a de manter o compromisso da decisão de adquirir a Fazenda. E tentaram o tempo todo encontrar a melhor maneira, o melhor negócio para a Universidade, em termos dos recursos que seriam e serão empregados. Em nenhum momento pensaram em desrespeitar a decisão do Conselho e fazer qualquer tipo de encaminhamento contrário à aquisição. A decisão do Conselho Universitário está acima das opiniões de qualquer membro desta equipe e, portanto, a intenção, até hoje, e esse é o encaminhamento que fazem, é de comprar a Fazenda Argentina, da melhor maneira que conseguirem. Hoje não há nenhuma possibilidade de essas conversações

com os proprietários resultarem em uma aquisição com valor inferior a R\$150 milhões. Essas são as informações para subsidiar o Consu na sua decisão, que seria muito importante que fosse tomada nesta reunião, para que não adiem o assunto para um ano eleitoral, já que a Unicamp só teria a perder. Estão falando de algo que depende muito de mercado, e essa é outra questão importante para ser inserida nas reflexões. O valor de um imóvel após um ano, ou um ano e meio, não sobe apenas, depende de como o mercado está se comportando em termos de facilidade de compra e venda. Então, o mercado de 2012 não é o mesmo que existe agora, em dezembro de 2013. Ele era muito mais propício aos vendedores em meados de 2012 do que é hoje. O assunto está em discussão. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que às folhas 61 da pauta consta uma nova avaliação da Caixa Econômica de R\$154,500 milhões, de abril de 2013. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que não se trata de nova avaliação, trata-se da atualização do valor, e se trouxerem para hoje, o valor é maior ainda, seria de R\$162.015.724,36.

O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que isso aplicando o índice. O MAGNÍFICO REITOR esclarece que essa é a avaliação da Caixa e a proposta do vendedor. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que essa era a dúvida, ou seja, no item 9 está escrito que houve um laudo complementar pelos mesmos avaliadores que resultou nesse valor, e a partir daí, quem aplicou o índice foi o vendedor. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que a proposta dos vendedores é a avaliação da Caixa reajustada para valores de hoje. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que fez parte da comissão que avaliou, trouxe o assunto para o Consu e que resultou na Deliberação citada. Encontram-se em uma situação em que se o negócio não for concretizado, os dois lados perdem muito. Esse terreno havia sido vendido por um valor bastante superior para o Itaú. Quando o Ministério Público se manifestou, houve uma alteração na legislação municipal, retirando o caráter de polo tecnológico do terreno, e quando ele questionou a legalidade dessa alteração, o Itaú desistiu da compra, porque a ideia era montar aqui um

grande centro de processamento de dados, mas chegou à conclusão de que haveria um imbróglio legal que demandaria um bom tempo. Então, na verdade, os proprietários estavam – não sabe se isso mudou – em uma situação de não ter mais para quem vender. Se a Unicamp destinar o terreno à sua expansão, ela cumpre os objetivos legais do polo tecnológico e tudo fica resolvido. Do ponto de vista da Unicamp, analisaram e chegaram à conclusão de que ela está engessada em sua atual área, não tem espaço, e que essa é uma oportunidade quase única; não existe outra área na vizinhança. Em princípio, poderiam caracterizar uma dispensa de licitação por não ter possibilidade de fazer uma licitação. Não existe concorrência. A Lei Federal 8.666 de 1993 prevê isso. Houve, na época, uma análise de que o processo de desapropriação seria menos questionável juridicamente, ao contrário do que diz aquele primeiro parecer, então, decidiram aguardar a avaliação da Caixa. De maneira geral, houve uma valorização real do mercado de imóveis no Brasil, e acha que se hoje fosse feita uma avaliação ela seria acima

de uma simples correção. Em alguns lugares os imóveis aumentaram 300%, em outros menos, mas não conhece nenhum local que não tenha tido alguma restrição formal, em que o mercado de imóveis tenha caído. Mas acha que isso não é o importante, o importante, e isso vale para a negociação de ambos os lados, é que se trata de uma oportunidade única em que só há um possível vendedor e um possível comprador. Isso significa que é possível ainda ter uma margem de negociação. Pode ser que os proprietários estejam jogando com fato de que o Consu posa amarrar o senhor Reitor em uma negociação, e, em princípio, gostaria que isso fosse evitado. Talvez, se considerarem necessário, poderiam fazer uma aprovação posterior do Consu. A Unicamp se encontra em uma situação em que o poder de barganha com os empresários não é tão pequeno, por outro lado eles também estão na mesma situação. Ou seja, tanto a Universidade com os proprietários não possuem outra opção. Recomendaria que fizessem todo o esforço para concretizar o negócio, inclusive, se for conveniente, até propor aos

proprietários uma arbitragem da própria Caixa, que faria uma avaliação agora e as partes aceitariam, para fazer um negócio rápido. Concorde que passar a negociação para um ano eleitoral é complicado. A desapropriação não é o único caminho, poderiam utilizar a Lei Federal 8.666 e fazer uma dispensa de licitação, pois não adianta fazer uma licitação se não há concorrência. Os proprietários estão presos a um parecer do Ministério Público, pode ser até que consigam derrubar esse parecer, mas por essa razão o Itaú desistiu da compra. Claramente isso coincidiu com toda a crise da Prefeitura de Campinas, ou seja, tirou qualquer credibilidade da Prefeitura naquele período. E vai citar uma questão. É membro do conselho do Cnpem, e houve uma negociação para poder fazer o novo Laboratório Nacional de Luz Síncrotron. O único espaço que o Cnpem tinha dentro do seu próprio terreno para construir o Sirius seria destruindo uma mata plantada, muito bonita, e terminou havendo uma negociação com o setor ambiental e com o Santander, que aceitou uma desapropriação; nesse caso, o Estado está

pagando a desapropriação, porque ele também é dono do atual terreno do Cnpem, está cedido em comodato, então o Estado concordou e o Santander aceitou um pagamento bem inferior ao valor real, e em troca a obra foi desembargada. Em relação à Fazenda Argentina, é preciso levar em consideração no cálculo de área útil que é absolutamente essencial que a pista em frente ao CPqD seja duplicada, e só é possível duplicar do lado da Fazenda Argentina, não tem como duplicar do lado do CPqD, pelo menos em boa parte. Isso tem de ser levado em consideração porque em certos horários o trânsito está infernal, e o Santander ainda não está com seu quadro funcional completo. Trouxe esses esclarecimentos à consideração porque acredita que os dois lados têm grande interesse em concretizar o negócio. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES retoma alguns argumentos e questões que já foram discutidas aqui no Conselho, no momento em que foi apresentada a proposta de aquisição da Fazenda Argentina. Desde que essa proposta foi apresentada, houve uma grande contestação da

comunidade universitária, por parte dos discentes, dos trabalhadores e mesmo de alguns professores, sobre a real necessidade ou a real demanda de se adquirir o terreno, principalmente nos termos colocados. Houve uma série de manifestações, desde o ano passado, contra essa compra, inclusive algumas delas aqui na porta do Consu. Acha que essa indignação é no sentido de saber quais são as prioridades da Unicamp. Estão discutindo mais uma vez para onde destinar um montante de verba considerável, que poderia ser utilizado para sanar uma série de problemas estruturais da Universidade. No momento em que foi votada a aquisição, a argumentação era de que se tratava de um bom negócio, uma ampliação para o futuro, sem nenhum plano concreto de utilização. Se for para falar de ampliação por ampliação, há muito espaço aqui no *campus* de Barão Geraldo e também na FCA. Mas logo após a aprovação da compra do terreno já começaram a ouvir pelos corredores rumores de instalação de empresas no espaço da Fazenda Argentina, uma série de questões que tornam ainda mais problemática a

aquisição da área. E isso porque se trata de uma universidade pública, de uma quantidade considerável de recursos destinados à compra, sendo que será jogado nas mãos da iniciativa privada, enquanto a Universidade deveria, na verdade, estar pensando nas demandas, nas necessidades da população e não das empresas. E não é porque a decisão já foi tomada por este Conselho, não seria a primeira vez que ele voltaria atrás em uma deliberação. Devem considerar todos os fatos com relação à compra, e analisar, inclusive, quais os problemas estruturais da Universidade que poderiam ser resolvidos, ou pelo menos minimizados com a destinação desses R\$162 milhões. Pode citar infinitos problemas que poderiam ser resolvidos: a reforma da biblioteca do IEL, que foi prejudicada com o incêndio; o término das obras do teatro do IA, pelo qual estudantes e professores já esperaram há mais de 20 anos; a entrega do prédio do IG, que nem foi finalizado e já está precisando de reforma; a compra de materiais para os estudantes da FOP, de EPIs, que é uma demanda que vem sendo colocada; a própria infraestrutura

da FCA, cujo *campus* já está funcionando há vários anos com uma série de estruturas não finalizadas; a discussão da moradia estudantil, que já foi colocada hoje aqui, que é uma demanda urgente, tanto em relação à ampliação da moradia em Campinas como a construção em Limeira e Piracicaba; estrutura necessária nos restaurantes, para que seja servido café da manhã, e que funcionem nos finais de semana, cujo argumento para isso não acontecer é que hoje não existe a estrutura necessária. Então, poderiam utilizar uma parte desses R\$162 milhões para garantir essa estrutura, garantir condições de permanência para os estudantes. Há infinitos problemas que podem ficar citando até o final do dia. Então, a proposta é que de fato seja feita uma discussão com a comunidade universitária sobre essa compra. Porque quando foi postergada a decisão por uma ou duas sessões do Conselho, foi colocado que iriam discutir com a comunidade, que esse é um interesse de todos, e não foi isso que aconteceu. Este Conselho deliberou com a grande maioria de seus membros, mas com certeza essa não é a posição da

grande maioria da comunidade universitária. Então, se o negócio vai impactar não só quem está hoje na Universidade, mas as próximas gerações também, deveriam fazer uma discussão séria sobre onde deveria ser empregado o recurso, se é realmente necessário fazer essa compra. Sua proposta é que a matéria seja retirada de pauta hoje para que a possam, de fato, fazer uma discussão e não continuar decidindo somente aqui no Consu, que não tem a ampla representação das posições da comunidade. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRANCO BARBOSA diz que a questão do mérito da aquisição dessa gleba já foi extremamente discutida em sessões do Conselho Universitário no passado. Então, a única razão pela qual ela está voltando, como o senhor Reitor mencionou, é a questão do valor, que havia sido fixado em R\$150 milhões, e a avaliação da Caixa revelou um valor melhor. O terreno foi avaliado pela Caixa Econômica Federal, em 08 de abril de 2013, em R\$154,500 milhões, e trazendo isso a valor presente, ou seja, considerando os meses de abril, mês cheio, até novembro, mês cheio, e não considerando os dias corridos

até o dia 17 de dezembro, utilizando o IPCA, esse valor chega a R\$159.051.664,00, portanto, está muito próximo daquilo que foi o último pedido dos vendedores. Se o Conselho Universitário considera que uma avaliação justa de preço pela Caixa é a base de negociação, acredita que estão muito próximos do valor pretendido pelo vendedor, que é R\$162 milhões e o valor atualizado da referência da Caixa, trazido a valor presente. É óbvio que tomar decisão sobre valores tão grandes como esse assusta, não é usual, talvez poucos conselheiros aqui tenham tido a experiência de investimentos dessa ordem. Estão habituados a magnitudes menores ou mesmo despesas de rotina, como a do Orçamento. Mas fará aqui uma conta, talvez para tirar um pouco desse medo sobre o valor. Acumularam o que está reservado, ou seja, o valor presente, R\$174 milhões, durante três anos de provisão, de 2006 a 2008. Isso representa um valor anual, dividindo o total em três, de R\$58 milhões, o que significa, considerado o Orçamento de hoje, que acabaram de aprovar, 2,76%. Portanto, já não se mostra tão grande assim. E é diferente

um investimento que teriam de preparar no futuro e um investimento que já está reservado no passado. Esse é um valor líquido e certo, aqui atualizado pela Aeplan. Portanto, considerando o mérito, que já foi amplamente discutido, a oportunidade única, a conjugação de haver uma área contígua disponível e ter os recursos já alocados, acredita que essa pequena diferença não deve ser motivo de declinarem dessa indicação de decisão tomada em reuniões anteriores do Conselho. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que o surgimento dessa proposta foi um tanto nebuloso. No ano passado foram surpreendidos com uma Sessão Extraordinária do Consu, convocada em um momento que apontava a composição desse grupo de trabalho que estudou o assunto, tratado em uma Portaria GR que não conseguiram encontrar na rede. Não entendeu qual foi a discussão que gerou essa iniciativa, mas acha que a autorização de compra não pressupõe que a Universidade seja obrigada a comprar. O Conselho discutiu uma iniciativa proposta por um grupo de trabalho, que considera nebuloso, autorizou o

encaminhamento e isso não faz com que a Universidade seja obrigada a comprar. Existe uma iniciativa desta gestão de aquisição dessa gleba, e inclusive continua nebuloso para que estão comprando. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que se sente extremamente ofendido com o termo "nebuloso". Essa comissão foi nomeada pelo Consu a partir de uma discussão aqui; havia representantes dos trabalhadores e dos estudantes na comissão. Chamar o GT de nebuloso o faz se sentir pessoalmente ofendido e gostaria que esse termo fosse retirado. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que podendo continuar, acredita que ao final de sua fala entrará nesse assunto. Mas gostaria de entender exatamente quais são os projetos que existem para essa área. A Unicamp possui uma dimensão que a edifica nesse tamanho, nesse contexto. Inclusive é uma pena que essa discussão não seja feita junto ao Cruesp, que tenham sido frustradas as tentativas de discutir um sistema de educação superior público conjugado, como por que a USP é grande e a Unicamp é pequena, e que agora será ampliada com a compra. Em sua

opinião, estão impressionados com a possibilidade de um bom negócio, porque ainda não foi discutido como irão utilizar a área ou para que a estão comprando. Em junho, o então reitor, professor Fernando Costa, disse que era um investimento para dali a 100 anos. Então, pergunta para que a área, por que estão comprando, o que vão fazer com ela. Irá reutilizar o termo, acredita que continua nebuloso. Não entende qual o objetivo dessa compra em geral. Porque se o problema é expandir, de junho para cá levantaram oferta do prefeito de Jundiaí, que tinha disposição de oferecer área naquela cidade, inclusive gratuitamente. Existem áreas ociosas com as quais podem trabalhar, e esses recursos são de extrema importância para que encaminhem outras questões que foram colocadas como prioridade desta gestão. Inclusive, colocou aqui na última Sessão que essa compra não representa a compreensão dos funcionários sobre o Orçamento e as prioridades da Universidade, por mais que isso tenha sido aprovado pelo Conselho. É até importante discutir o peso que a opinião dos funcionários tem nesta Casa,

que precisa ser ampliado se for para garantir que a Universidade estará trabalhando mais pelo interesse público do que por outros interesses. O grupo que é dono da gleba, Heliomar S/A, é ligado à Drogasil, e um dos membros da família foi ex-secretário do Governo Alckmin. Solicita a informação, se com essa modalidade de aquisição a Unicamp vai pagar comissão de corretagem, e como ficam as verbas de regularização do terreno e da escritura. Inclusive, no começo do ano, durante a campanha de sucessão da Reitoria, conversaram com o professor Tadeu e ele colocou que era uma prioridade de sua gestão a questão da isonomia, por exemplo. Perguntaram se a compra da Fazenda era também uma prioridade e ele falou que não era. E ainda assim os funcionários da Universidade vão esperar dois anos para ter o piso salarial no valor que é praticado na USP; não entendem isso, assim como não entendem porque a progressão dos funcionários na avaliação depende de quanta verba existe, não entendem por que deve haver essas restrições. Acredita que essa compra consolida uma inversão de prioridades,

porque para os funcionários é importante a isonomia, que esse dinheiro pagaria por um ano inteiro, fora a discussão sobre as inseguranças do caixa da Universidade; essa verba vai fazer falta para que possam ampliar o direito de opção pela mudança de regime. O professor Geromel estava preocupado com o custo da mudança de regime, e esses recursos podem encaminhar essa questão. A Universidade possui demandas que estão sentindo na pele, e esse negócio, para o qual se supõe demandas de expansão nos próximos 100 anos, representa uma inversão de prioridades, um distanciamento com relação ao interesse público. O senhor Reitor colocou que não seria bom discutir a compra no ano que vem, e gostaria de saber por que a Unicamp só tem a perder se o fizer em um ano eleitoral. E para finalizar, disse que é nebuloso porque no dia em que vieram àquela sessão extraordinária, a Portaria GR que estabeleceu o GT não estava no sistema da Secretaria Geral, e acabaram por não compreender. Inclusive a representação dos funcionários nunca se manifestou nos fóruns, nunca fez campanha pela

compra da Fazenda Argentina entre os funcionários, e acredita que os objetivos dessa compra ainda são nebulosos. A Conselheira ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE diz que também considera importante tratar essa discussão de forma mais relacionada com os objetivos, e não simplesmente de forma administrativa. A questão foi colocada agora simplesmente informando que aumentou um pouco o preço do terreno. As discussões foram feitas em duas sessões extraordinárias do Consu, inclusive no mesmo mês, que foram chamadas tendo em vista o pouco tempo disponível para fazer a avaliação sobre a compra. Leu as Atas dessas duas últimas discussões, e, particularmente, não se sente esclarecida sobre qual o projeto existente para o terreno. Tanto nas duas últimas discussões, como agora, isso está sendo tratado de forma bastante abstrata e administrativa. Já que existe o dinheiro, há a possibilidade de utilizar, e decidiu-se por usar nessa aquisição. Transcorreu mais de um ano de negociações e discussões, e é bastante complicado ainda não ter sido apresentado o projeto da Unicamp para esse novo

terreno. Porque é mais do que simplesmente estruturar, é praticamente construir outra Unicamp no terreno. E acha que no terreno deste *campus* há várias áreas que não estão ocupadas. Por exemplo, um dos conselheiros aqui falou que a Unicamp está engessada, pois não tem espaço, e gostaria de conhecer os dados que demonstram que ela não tem espaço e que a melhor alternativa, inclusive a de menor custo para a expansão dos projetos é a compra de um terreno. Então, está tudo concentrado na especulação sobre uma possibilidade. Inclusive, a expansão para um novo terreno, que ainda não tem infraestrutura, como a que há aqui, irá custar mais caro do que a expansão aqui mesmo. Houve a análise de um professor no ano passado, acha que da área Estatística, que tentou fazer uma projeção de quanto seria necessário a Unicamp expandir para conseguir ocupar aquele terreno, e quanto seria necessário ela expandir para ocupar os espaços ainda disponíveis; e o resultado é que se fosse criada uma nova unidade de ensino e pesquisa a cada dois anos, levariam várias décadas para ocupar o espaço aqui disponível. Então,

são estes seus questionamentos: qual é o objetivo dessa compra e no que estão pensando para a expansão. O que a faz questionar também sobre a prioridade, que é uma consequência quase natural dessa falta de dados. Outra questão que foi colocada na última sessão em que discutiram o tema, mais de uma vez, é que esse investimento não compromete as políticas atualmente implantadas na Universidade e que há outras formas de atender às demandas existentes sem a utilização desse dinheiro. Mas até agora, e já é membro do Consu há dois anos, não viu nenhuma alternativa apresentada para resolver as principais demandas que os estudantes e funcionários trazem. Gostaria de saber quais são essas outras formas de avançar nas demandas atuais, que não aparecem. Porque é muito fácil falar que existem outras formas, não apresentar nenhuma proposta e continuar batendo na tecla de comprar o terreno porque é um bom investimento, que é preciso expandir, sem ter sequer um plano de expansão, sem ter um projeto político para essa expansão e sem consultar, novamente, a comunidade como

um todo. Essa discussão não aconteceu com a comunidade universitária. E mais uma vez está colocada a questão do prazo, de ter de aprovar logo. Acha bastante complicada a forma como isso está sendo discutido, com a falta de informações. Avançou muito na negociação e não avançou nada em relação a expor o projeto que está envolvido na compra. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI inicia sua fala cumprimentando a Administração pelo cuidado com que está tratando a questão. Em uma negociação, existe sempre uma margem de possibilidade, e acha que talvez as ofertas ou contraofertas que tenham feito ficam bastante aquém daquilo que foi acordado em um primeiro momento. Mas o senhor Reitor lembrou bem que o Conselho Universitário tomou a decisão de aquisição da área, condicionada inclusive, na época, ao laudo de avaliação da Caixa Econômica, que só chegou depois da decisão tomada. Portanto, de alguma forma, está decidido pela compra no valor que determinou o laudo da Caixa Econômica. E nesse sentido, a Caixa forneceu o menor valor que permite que façam essa aquisição, e que,

corrigido monetariamente para os valores de hoje, está em torno, talvez, de R\$159 milhões, como disse o professor Paulo Barbosa, ou R\$162 milhões, porém, sem nenhum prejuízo para a Universidade, porque os recursos reservados para a aquisição também tiveram correção durante esse período. Portanto, não irão adquirir por nada mais do que aquilo que foi acordado naquela decisão do Conselho Universitário. Seu encaminhamento é no sentido de aceitar o menor valor, que é o da Caixa Econômica. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que fará coro a algumas falas que o antecederam, diante da real necessidade da compra do terreno e do montante de demanda existente na Universidade, que não está sendo atendida, em parte pela falta de recursos. Fez algumas contas aqui, até pela apresentação do Orçamento do ano que vem, e chegou à conclusão de que com esse dinheiro seria possível pagar quatro vezes o que é investido em permanência estudantil. Mas apareceram, do ano passado para este ano, algumas informações importantes e que devem ser analisadas, como foi colocado inclusive pelo senhor

Reitor. O percentual da área que será realmente utilizado, na melhor das hipóteses, é de 79%; a Unicamp apresentou outras propostas de compra que não foram aceitas, que seriam, teoricamente, mais justas. Não que seja a favor da compra, mas é preciso pensar nisso também. E inclusive um dos economistas que ganhou o Nobel de Economia este ano declarou que no Brasil provavelmente há uma bolha imobiliária, está aumentando muito o valor dos imóveis. E puderam ver em 2008, nos Estados Unidos, o quão catastrófico é o efeito de quebra desse mercado. Então, há vários argumentos técnicos e políticos de que a compra deve ser reavaliada. E acha também que estão tendo a oportunidade, novamente, de entender que projeto de universidade está sendo colocado e a forma como a Universidade está pensando seus problemas; a falta de estrutura que tem em muitos lugares, e a vontade de comprar uma área muito grande, para a qual não se tem claro qual será a utilização. Acha errônea a avaliação de que se o Conselho já aprovou a compra está decidido. Já foram

apresentados os muitos problemas que a Unicamp tem a sanar. Então, coloca aqui seu posicionamento contrário à compra até porque não foi feita discussão nenhuma. No ano passado houve duas sessões extraordinárias, uma 22 dias depois da outra, que não é um tempo hábil para uma discussão institucional. Não sabe quantas congregações, por exemplo, passaram de uma sessão para outra falando sobre essa compra, e até a própria comunicação dos estudantes, dos funcionários, foi comprometida pelo pouco tempo de discussão. Então, no mínimo, a retirada de pauta é necessária para que consigam fazer uma discussão ampla, inclusive com esses novos temas que apareceram, e pensar um pouco em algumas declarações. O próprio professor Tadeu, em uma entrevista à Associação dos Pós-Graduandos da Feec - Apogeeu, no ano passado, quando era candidato, falou que a compra não havia sido bem feita; não tem aqui o termo que ele usou, mas disse os recursos poderiam ter sido investidos em outras áreas da Universidade. É importante pensar para onde a Universidade quer crescer, para quem, e para que. A

Conselheira JENIFER CLARISSE PEREIRA DA SILVA diz que gostaria de saber se na época em que o Banco Itaú esteve interessado na área houve um licenciamento para a implantação de um polo tecnológico, como entendeu através de uma das falas, porque pelo conhecimento que tem, na legislação ambiental consta que uma área superior a 100 hectares, que é o caso da área em questão, é passível de um licenciamento ambiental, através de um estudo e de um relatório de impacto ambiental. E esse estudo e esse relatório são extremamente onerosos, tendo em vista que demandam muito tempo, porque requerem a opinião da população atingida, através de audiências públicas; e custoso, porque o relatório e o estudo devem feitos por uma equipe, que vai ser paga pelo interessado na aquisição da área. Além disso, caso a Cetesb considere que alguma coisa está errada no projeto, principalmente tendo em vista que há uma área de preservação permanente, o projeto pode ser inviabilizado. A Cetesb poderá pedir alterações ou realmente dizer que não é possível a construção de um polo ou do que a Unicamp está

pretendendo na área. Então, é complicado gastar R\$150 milhões em um terreno cujo projeto nem se sabe ainda qual seria, o qual a Cetesb pode inviabilizar, em detrimento, por exemplo, da construção de 2.600 vagas em moradia, entre os *campi* de Campinas, Limeira e Piracicaba, além de término de algumas obras aqui dentro da Unicamp. É preciso pensar nessas questões. O Conselheiro FERNANDO SARTI diz que a decisão será pautada basicamente sobre três pontos. O primeiro é que essa é uma compra prioritária e estratégica; e diz com a maior tranquilidade, com bastante conforto, de que enquanto funcionário público se sente realmente bem em tomar uma decisão de cujos frutos não irá usufruir. Estão comprando uma área que vai ser importante para a Unicamp nos próximos 30, 40 anos. Ainda bem que alguém pensou assim 45 anos atrás. Isso fortalece esta Universidade como uma universidade pública, gratuita e de qualidade. O segundo ponto é como. E isso está claro, há recursos provisionados, não vai entrar em detalhes, consta da pauta. O ponto mais polêmico é o preço. Diverge um pouco em relação a algumas

falas anteriores. Não é especialista em ativos, muito menos em valorização de terra, mas consultou um colega da área, o professor Bastiaan Reydon, que lhe passou várias informações. Para quem se interessar, existe um *site* interessante do Instituto de Economia Agrícola, que pertence à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, onde constam os dados e onde procurou algumas informações sobre o valor das terras em Campinas, e constam ali terras que são campo, de cultura de primeira, de segunda, pastagem, reflorestamento. Não tem a menor ideia de qual dessas terras estão comprando, mas a ideia básica de que houve uma valorização de 2012 para 2013 não é verdadeira. Tem razão o professor Ripper e o acadêmico Icaro, do Instituto de Economia, de que houve uma bolha importante de ativos de 2002 até 2012. O IEA levanta os menores e os maiores preços, e para ter uma ideia, 2012 contra 2013, para os menores preços houve uma queda de 11% para terra de cultura de primeira; e está supondo que essa área tenha terra de primeira. Ao mesmo tempo, para o maior valor houve um

crescimento de 4,5%, e o valor médio ficou menos 1%, no período. Para a terra de cultura de segunda, houve uma queda para o menor preço de 12% e para o maior um crescimento exatamente oposto, 12%. As tendências são bastante conflitantes e a mesma coisa se observa para terras de pastagem etc. Coloquei essas informações por considerar que elas são importantes para nortear um pouco a questão do preço. E então vem a segunda questão, ainda sobre o valor, de que não se deve atualizar o preço de um ativo apenas por índices de inflação, principalmente porque estão falando de um ativo como terra, da mesma maneira que vale para um imóvel. No caso da terra recorreu ao seu colega Bastiaan, e evidentemente o que explica um pouco essa queda tem muito a ver com o comportamento da taxa de juros. Ao longo de 2013, houve um crescimento da taxa de juros, o que levou para baixo o preço dos ativos, e houve uma desinflação do preço das *commodities*, que influencia demais os preços das terras, sobretudo pelo fato de ter havido uma desvalorização cambial. Então, desse ponto de vista, o valor base de R\$150

milhões, muito bem pontuado pela avaliação da Caixa, é um valor bastante razoável para discutirem. Não há sentido em pensarem em um valor inferior, e também não há necessidade de avaliar ou corrigir esse valor para cima, como querem os proprietários. E nesse ponto presta seus elogios à condução do assunto pela Reitoria, de preservar, realmente, os interesses públicos. É necessário, é estratégico, mas evidentemente a questão se reduz a discutir o preço e considera que a forma como foi encaminhada é a correta. Espera que algumas dessas informações ajudem na tomada de decisão. Para quem se interessar, o *site* a que se referiu é iea.sp.gov.br. O Conselheiro MARCELO KNOBEL também fará algumas breves observações. Sobre o interesse público, que foi discutido e levantado por várias pessoas, e mencionado agora pelo professor Fernando Sarti, também se coloca na mesma linha. Recordou-se, em particular, da discussão que aparece no livro *O Mandarim – História da Infância da Unicamp*, de Eustáquio Gomes, que era, naquela época, essencialmente a mesma. Questionava-se para que tanta

área, qual seria o interesse, diziam que não havia um projeto abrangente, que nunca seria utilizada toda a área. E pouco tempo depois foi necessário adquirir o terreno onde se situa hoje a área da Saúde – que também gerou diversos problemas posteriormente por conta da condução da compra –, que é tão necessária, não apenas para a comunidade da Unicamp, como para a sociedade como um todo. Várias pessoas presentes neste Conselho participaram de um processo fundamental para a Unicamp, para as universidades públicas do Estado de São Paulo, que foi o processo de autonomia, e também havia muita gente contra, muita gente achando que as universidades só iriam cuidar de seus interesses próprios, aumentar os salários indiscriminadamente, gastar os recursos públicos de maneira equivocada. E o que se comprovou após tantos anos de autonomia foi que a Universidade, graças a este Conselho Universitário, do qual tem muito orgulho de fazer parte, soube equilibrar os gastos, fazer as melhores escolhas, e decidir por estratégias adequadas os caminhos a serem

seguidos, ou seja, conseguiu encontrar o equilíbrio entre recursos a serem utilizados para infraestrutura, para os recursos humanos, para novos investimentos e para todas as áreas fundamentais para uma universidade pública. Assim como o professor Fernando Sarti mencionou, acredita que para o interesse público seja fundamental o crescimento da Unicamp, que é a universidade que é hoje, após menos de 50 anos, graças às decisões do Conselho Universitário. O Brasil hoje tem menos de 13% dos estudantes de 18 a 24 anos em universidades públicas, e esse número precisa aumentar. Não será nesta gestão, não será na próxima, talvez seja daqui a 10, 20, 30 anos, mas é necessário para o interesse público, para uma sociedade mais justa, para um país melhor. E por isso também se sente absolutamente confortável sendo favorável à compra do terreno para uma utilização futura, para um crescimento futuro da Universidade. E quer fornecer um dado concreto, complementando uma informação do professor Ripper sobre uma área muito próxima a essa que estão discutindo. Para aquela área que foi adquirida para o

projeto Sirius, do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron, do Cnpem, o valor da avaliação foi muito superior. Fez uma conta rápida aqui, não sabe se está absolutamente correta, mas o valor que estão discutindo hoje para a aquisição dessa área para a Unicamp está em torno de R\$110 o metro quadrado, e a do Síncrotron foi avaliada por muito mais de R\$140, e finalmente foi vendida a R\$140 o metro quadrado para o Banco Santander. Ou seja, é uma área exatamente igual, na mesma região, no mesmo plano diretor da área que estão discutindo, e tem um valor muito superior. E isso aconteceu este ano. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que não vê por que discutirem as motivações para a compra, que já foi discutida à exaustão no passado, em duas reuniões, e não há nenhum dado novo no que se refere a isso. A conselheira Diana disse que poderia passar o resto da tarde colocando argumentos contra a aquisição, acredita que vários membros podem passar o resto da tarde, ou mais, colocando argumentos a favor dela. E tudo isso já ocorreu. Como o senhor Reitor colocou no início, existe

uma decisão muito clara, de 49 votos a favor, 06 contra e 06 abstenções, por votação nominal, e não há nenhum dado novo que faça este Consu, neste momento, considerar que isso deva ser revertido. Obviamente um colegiado ou uma pessoa individualmente pode mudar de opinião, mas supõe-se que fará isso apenas se houver informação nova relevante. Então, isso de ouvir o disco novamente, realmente, é perda de tempo. A única coisa que sobra a discutir realmente é o valor. E inclusive parabeniza a atual Administração por, como também já foi feito, ter tentado baixá-lo. Primeiro ponto. A Universidade continua manifestando seu interesse na compra. Segundo ponto. A decisão era de que se o valor da avaliação da Caixa fosse menor, comprariam pelo valor da Caixa. Terceiro ponto que está agora sendo posto em discussão é se esse valor que a Caixa colocou, de R\$145,733 milhões, deve ser reajustado. Se sim, pergunta como, por qual índice, de que forma e se por valor de mercado. Não é economista, não saberia dizer, mas acabaram de ouvir o professor Sarti e o professor Marcelo, que colocaram duas informações. Acredita

que podem ter aqui uma decisão, no sentido inclusive de oferecer alguma flexibilidade para que o senhor Reitor possa negociar. Ou seja, dar crédito de confiança ao Reitor, no sentido de que ele irá negociar o melhor valor possível, no interesse da Universidade, e ficando absolutamente claro que o Consu deseja a compra dessa área. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que sua fala irá na direção daquilo que falou o professor Ripper, o professor Bassi e o professor Fernando. Em primeiro lugar, o encaminhamento que a Administração fez, e que foi colocado na fala do professor Tadeu, partiu do pressuposto de que a compra não estaria em discussão, já é uma decisão anterior do Consu, e que caberia a negociação dos valores. O segundo ponto é que a questão da compra visa ao futuro, não olha para a situação atual da Universidade. E olhar para o futuro significa saber fazer planejamento estratégico, atualizar esses planejamentos de modo periódico e avaliar as necessidades de mudança. O terceiro ponto, muito importante, e que trata de negociação, é aquilo que o professor Ripper destacou que há apenas um

comprador e apenas um vendedor tratando do assunto; não há concorrência pública nem vários interessados. Quanto à questão de definição de valores, processos de compra, não é economista, mas sempre existe a tendência de o vendedor querer receber mais e de o comprador querer pagar menos, o que envolve, simplesmente, um processo natural de negociação. E quando há apenas um comprador e apenas um vendedor, há dois tipos de negociações possíveis: uma que envolve correções monetárias, que os economistas podem tratar; e outra, componentes que são absolutamente intangíveis, e que somente no âmbito da negociação podem ser definidos. O Consu fixou, na decisão passada, o valor de R\$150 milhões, então, entende que há valores fixados pela Caixa, que são um pouco menores, há valores que se tornam maiores se correções monetárias são definidas, mas parece que esse deveria ser o valor de referência, deixando ao senhor Reitor certo grau de liberdade para estabelecer a negociação, chegando, como disse o professor Bassi e o professor Sarti, ao melhor valor possível para a Universidade.

E parece que é impossível o Consu definir qual será o valor, ou seja, isso vai aparecer no âmbito da negociação. Então, o razoável seria manterem o valor de referência de R\$150 milhões; se o senhor Reitor puder baixar, melhor para todos da comunidade interna. E, eventualmente, em março, na próxima reunião do Conselho Universitário, o Reitor traria a informação sobre a que valor foi possível chegar no âmbito de uma negociação que tem um componente intangível enorme. E não parece que o Consu conseguiria avançar na discussão sobre qual seria esse limite superior que autorizaria o Reitor a concluir a negociação. Faz, então, esse encaminhamento prudencial, no sentido de não avançar, porque se disserem que o Reitor pode negociar somente até R\$175 milhões, por exemplo, o comprador vai oferecer R\$175 milhões e não vai abrir mão disso. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que adicionaria à proposta da professora Teresa que o assunto, uma vez que o senhor Reitor fechasse a negociação, não precisaria passar novamente pelo Consu para dizer em que valor fechou. Acha que fica claro que o

Consu se manifesta, pela terceira vez, a favor da compra, e que seu balizamento é de R\$150 milhões, com uma margem orçada pelo bom senso. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que talvez tenha se explicado mal: o senhor Reitor traria a informação ao Conselho Universitário, e não à deliberação. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI observa que, até por questões legais, o valor de referência que estariam aprovando agora, é o da Caixa Econômica, e não os R\$150 milhões, de acordo com a decisão tomada no Conselho Universitário, anteriormente. Isso oferece a liberdade de fazer exatamente aquilo que for necessário na correção. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA confessa que essa não é uma decisão simples. Poderia, em sua votação, ter seguido pelo caminho mais fácil, mas, com certeza, iria contrariar sua consciência. Tem aprendido em sua militância política, pela visão que possui de serviço público, de universidade, que é fundamental valorizar o espaço público, porque é a partir dele que é possível gerar desenvolvimento. Estão discutindo aqui sobre um espaço

privado, no entorno da Universidade, com a proposta de transformá-lo em um espaço público, e não pode ser contrário a isso. E esse espaço público é para expandir a universidade pública. Existem alguns dilemas importantes que são os que dizem respeito ao rumo da Universidade, e eles não estão postos no terreno, estão postos aqui. Esta Casa abriga diferentes concepções de universidade pública. Considera, por exemplo, que tanto aqui quanto no novo espaço público, a expansão da Universidade deve valorizar, prioritariamente, o processo de expansão da graduação conectado com a escola pública, incorporando uma política de inclusão social. Sabe que aqui há pessoas que vão defender mais a questão tecnológica, pessoas que vão defender outros aspectos, mas são visões de universidade que permeiam este Conselho Universitário, e não é no novo terreno, é aqui, hoje. Mas, se olharem para a Universidade em perspectiva, é fundamental que haja espaço físico para expansão, e esse é um grande nó do problema urbano no Brasil; não há espaços públicos para expandir ruas, avenidas, ferrovias, porque está tudo

privatizado. E aqui existe essa possibilidade. Há uma discussão, e por isso diz que é uma decisão difícil, por que seria mais fácil pensar no que fazer com esse dinheiro; é possível fazer muitíssimas coisas, desde construir moradia estudantil, mais prédios e distribuir prêmios. Mas acha que essa possibilidade para o futuro seria a maior expressão social da Universidade. Então, considera que deva ser encaminhado pela aprovação da compra, com as ressalvas que foram colocadas com relação ao valor, porque, de fato, é uma relação que tem aspectos de mercado. É preciso deixar uma margem para negociação, seria muito negativo que o Conselho Universitário amarrasse esse aspecto. Está dizendo isso porque há disputas nas categorias de funcionários, professores, estudantes, e a sua consciência vai ficar muito mais tranquila com a defesa de sua posição junto à categoria dos trabalhadores, porque, para ele, isso é fundamental. Enquanto funcionários, estudantes e professores, é preciso pensar no futuro, e esse futuro está ligado à Universidade, está ligado a um projeto de país, a um projeto de serviço

público, a um projeto de expansão da questão pública, em contrapartida ao privado, porque se não pensarem sobre isso, fica muito difícil construir um projeto de país mais justo. A Conselheira GABRIELA ZANOTTO BOSSHARD diz que o conselheiro Icaro comentou sobre uma entrevista que o professor Tadeu concedeu durante a campanha para reitor à Apogeeu. Irá resgatar algumas questões que o professor colocou naquele momento, porque acha que elas foram muito acertadas, e de março para cá a realidade sobre esse assunto não mudou tanto assim. Primeiro, sobre a discussão da compra já ter sido aprovada no Consu em 2012, o professor disse, com muita clareza e muito acertadamente que um órgão não compra terras, não é essa a sistemática que existe para que um órgão público adquira áreas. O sistema utilizado é a solicitação ao Governo do Estado, aos órgãos competentes, a declaração de utilidade pública e a desapropriação da área. Inclusive, o professor elogiou aquela gestão, naquele momento, porque pediu ao Governo que desapropriasse a área. Logo, a decisão da compra não era

uma decisão válida naquele momento. Então, quando volta para o Consu, essa etapa também é uma parte a ser discutida por todos. Outra coisa que o professor disse, sobre as prioridades de administrar uma universidade, é que para administrar a Universidade é preciso escolher prioridades. Neste momento, não parece que a prioridade da Unicamp seja uma área do tamanho quase equivalente à que já existe. Parece prioridade a manutenção predial, a aplicação de recursos e a atualização do parque de equipamentos. Considera justo a Administração mudar de opinião sobre os assuntos, e respeita completamente, mas, em seu entender, é necessário fazer a discussão de prioridades. A conselheira Diana e também outros conselheiros levantaram muito bem quais são os assuntos pendentes. A conselheira Jenifer, inclusive, fez uma colocação muito pertinente sobre as problemáticas ambientais, e queria saber se alguém pode informar se isso já foi realizado, porque esse é um ponto importante. Concorda com o argumento de que é estratégico para a Universidade ter uma área para se ampliar, mas, pode

ser uma falha sua, não se recorda de terem discutido que o melhor espaço para essa área seria um local anexo a este *campus*. Pergunta por que não em Limeira, ou em outra área de Campinas. Dessa maneira, seria eliminado o problema de haver somente um vendedor e um único comprador, e ainda assim garantiria a possibilidade de expansão. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO solicita autorização e ajuda para distribuir cópias de um foto da área e de um mapa do *campus*. Insistirá um pouco ainda sobre a importância da compra da Fazenda. Apesar de vários conselheiros terem dito que não há dúvida quanto à sua importância, gostaria de reforçar, principalmente para dar o peso necessário para que não percam essa oportunidade. Começa tentando responder algumas questões de vários colegas. A primeira se refere ao argumento de que a Universidade não tem necessidade imediata de expansão, que é melhor utilizar os recursos para terminar as obras já iniciadas, e seu esclarecimento é que o motivo para que a maioria dessas obras não tenha sido finalizada não tem relação com verbas, mas com dificuldade

de execução, seja por problemas decorrentes de processo licitatório, falência de empresas etc. A aquisição, como todos falaram aqui, é um projeto de longo prazo para possibilitar o crescimento da Universidade nos próximos 50 anos. A outra discussão que apareceu bastante foi que não existe um planejamento para a utilização da área. Reforça a palavra da professora Teresa, que a aquisição, de fato, está sendo feita por uma questão de oportunidade. Não é sempre que aparece um terreno disponível como esse, para um órgão como a Unicamp. Foi também questionado sobre o planejamento da área, que praticamente equivale à área atual, que demorou 50 anos para ser construída, e provavelmente a próxima deve demorar mais 50 anos, talvez um pouco menos; acredita que o instrumento do Planejamento Estratégico é o melhor para avançar e planejar o que fazer. Não faz sentido agora fazer um planejamento para 50 anos, sendo que isso deve ser um processo contínuo; a ideia é que adquiram esse terreno para um planejamento de 50 a 100 anos. Outra questão é que R\$160 milhões são suficientes para fazer melhorias em

muitas unidades e aumentar o benefício de bolsas estudantis e outros projetos. A Unicamp vem aumentando muito esses apoios, sendo que hoje mesmo puderam verificar na Proposta Orçamentária o novo projeto de internacionalização, o aumento das bolsas estudantis e os projetos estudantis. Então, com o próprio Orçamento da Universidade é possível avançar nesse sentido, como o Conselho Universitário vem fazendo. A área da Fazenda é de aproximadamente 1 milhão e 400 mil metros quadrados, e se ela for adquirida praticamente vai dobrar a atual área da Universidade. Pela foto que foi distribuída é possível comparar o tamanho da área da Unicamp, que está quase toda construída, com a área que está sendo adquirida. É quase uma área anexa, que praticamente dobra a área do *campus*, e acredita que poucos órgãos tiveram essa oportunidade que a Unicamp está tendo agora. Estão no século do conhecimento, cada vez mais a sociedade precisará gerar e difundir conhecimento e é natural que centros de conhecimento como a Unicamp precisem se expandir com o decorrer do tempo. O Orçamento é

proporcional ao PIB do Estado de São Paulo, e esse PIB cresce com o desenvolvimento, e é importante que a Unicamp cresça dessa mesma forma. Adquirindo uma área se evita a verticalização no *campus*. Se não comprarem essa área agora, é pouco provável que outra oportunidade significativa de expansão apareça. O valor da compra é próximo do de dois anos de auxílio-alimentação, um programa implantado recentemente. Esse investimento é menor do que um mês da receita orçamentária anual do Estado e seu potencial de contribuição para o crescimento da Universidade, mesmo que ainda não haja todos os projetos para seu pleno uso, já justifica o investimento. As melhores universidades têm dificuldade de expansão, principalmente pela falta de opções de expansão contínua de suas áreas físicas. Adquirir essa área para crescimento para os próximos 50 anos é uma decisão sábia e demonstra visão de longo prazo e comprometimento efetivo com o desenvolvimento da universidade pública. Essa área está cada vez mais pressionada pela expansão imobiliária e poderá, a qualquer momento, se tornar sede de

condomínios residenciais, como muitos que surgem em torno da Unicamp. Existe um decreto que evita isso, e que permitiu que a área esteja como está hoje, mas a expansão imobiliária é crescente e pode colocar em risco sua utilização. A Unicamp fará o melhor uso de ocupação e contribuirá para maior preservação ambiental da região. Essa aquisição, como muitos falaram aqui, transcende qualquer gestão de Reitoria, não será a gestão passada, ou esta, ou talvez ainda a próxima a ser beneficiada. Em 2016 a Unicamp irá completar 50 anos e será o momento propício e marcante para lançamento de um programa estratégico para uso dessa área nos próximos 50 anos, até 2066, ano de seu centenário. A Unicamp cresceu muito nesses primeiros 50 anos e é possível extrapolar isso em um mesmo período de tempo adquirindo essa área. A outra imagem que distribuiu contém o mapa do atual *campus*, que mostra com clareza sua densidade e sua incapacidade de expansão. Essa introdução foi para reforçar o que muitos dos colegas comentaram, sobre a importância e a oportunidade dessa aquisição. O segundo ponto de sua fala

será sobre o encaminhamento das decisões e das negociações, e sobre o valor final da compra. O próprio professor Tadeu terminou sua fala dizendo que as negociações estão esgotadas, com o que concorda. Esta reunião é pública, então, não é possível fazer um acordo a portas fechadas, qualquer decisão que venham a tomar será pública. Se se decidirem pela compra, é obrigação do senhor Reitor cumprir o que o Conselho Universitário decidir. Supondo que ele faça alguma negociação, alguma mudança, e por algum motivo perca essa oportunidade, estará descumprindo uma decisão do Conselho Universitário. Então, não consegue ver margem para negociação tendo ela já acontecido. Inclusive os documentos que estão na pauta mostram isso. Às folhas 70, consta a contraproposta dos vendedores, concordando com o laudo feito pela Caixa Econômica Federal, que apontava o valor de R\$157 milhões em 20 de setembro de 2013, e valor reajustado para o começo de dezembro seria de R\$162 milhões. Então, considerando que esta é uma Sessão pública, dificilmente o

professor Tadeu terá alguma novidade a negociar, e estando essa negociação finalizada, cabe ao Conselho Universitário decidir pela compra ou não. Entende que o que está posto aqui é o valor que o vendedor pediu após várias negociações, que são os R\$162 milhões em 02 de dezembro. Gostaria de encaminhar de maneira que aprove esse valor que está associado ao laudo realizado pela Caixa, mas com um índice de inflação que foi, inclusive, proposto pela Unicamp. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS abordará dois pontos, um pouco na direção do que o professor Lotufo falou sobre a grande responsabilidade dessa negociação, uma vez decidida a compra. Reporta-se, brevemente, à Ata da Sessão do Consu de quando foi decidido que se compraria, e anotou que, independente da votação, houve 23 manifestações favoráveis usando, majoritariamente, os argumentos de expansão e oportunidade; não se falou muito em grande negócio. Houve quatro manifestações contrárias e duas que se pode considerar como abstenções. Essa discussão de valor é tão complicada exatamente por conta

dos imponderáveis já discutidos. A proposta da professora Teresa é razoável, assim com as dos professores Paulo e Lotufo, e existem também as duas avaliações da Caixa Econômica, uma de cerca de R\$145 milhões, reavaliada em abril em R\$154 milhões. Então, estão discutindo valores que variam de R\$145 milhões, se se pautarem pela Caixa Econômica, Consu etc., a R\$162 milhões. Mas estabelecer um teto também é perigoso, porque, imediatamente, isso imporá restrições ao senhor Reitor. O que a inquieta é a preocupação muito justa do professor Tadeu com uma negociação que pode durar muito tempo, e que, ao final, aconteça o que colocou o professor Lotufo, a ocorrência de fatores outros que façam com que a Universidade perca a oportunidade. Então, gostaria de sugerir que, primeiro, votem que irão mesmo comprar, e que, se houver necessidade de negociação, o professor Tadeu tente negociar balizado pela Caixa e, preferencialmente, nos seus valores, e que ele também se preocupe em não se desgastar indefinidamente tentando lutar por menos R\$2 milhões, que, obviamente, para o seu bolso e

o de todos aqui faz muita diferença, mas para a Universidade, R\$2 milhões ou R\$5 milhões amortizados nos próximos 50 anos não significam quase nada. Estão tratando de imponderáveis e devem levar isso em consideração. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD diz que irá se manifestar em relação a algumas posições contrárias à compra. As pessoas que estão se manifestando contrariamente muitas vezes não estão entendendo que essa decisão já foi tomada, que não é a decisão de compra que estão tomando hoje, mas de como encaminhar essa compra. Muitas vezes também se referem a projeto, mas não estão projetando nada em cima de um terreno que a Unicamp não possui, primeiro é preciso adquirir o terreno para depois fazer um plano diretor do que será construído. Depois de fazer esse plano diretor, entrarão projetos de Eia-Rima e uma série de outras questões que devem ser consideradas no longo prazo. É tudo uma questão de tempo, de oportunidade no sentido temporal da palavra, de ocasião. O que estão decidindo hoje é como irão fazer uma compra que o Consu já decidiu e

somente depois virão projetos, relatórios de impacto ambiental. Com relação a tudo isso será investido muito dinheiro, mas será depois. E isso tem de ficar claro, porque muitas vezes se coloca como argumento para estudantes, funcionários e até docentes da Universidade, como se o Consu estivesse fazendo alguma coisa que não deveria fazer. Estão, simplesmente, decidindo como fazer algo que já decidiram, e só podem tomar outras decisões em relação a isso depois. Não devem perder tempo com argumentos que estão fora do seu tempo. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que haveria muita coisa para argumentar, mas acredita que tenha passado da hora. Pergunta se há margem para negociação, porque interpretou como o professor Lotufo, aparentemente não existe mais. Há um preço definido, ou pagam esse preço ou não terão o terreno. O MAGNÍFICO REITOR, respondendo bem objetivamente, diz que quando se referiu a encerrar as negociações foi porque tentavam um valor abaixo de R\$150 milhões e isso eles não admitiram. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD, sendo assim,

considera que deveriam se fixar em uma proposta realista, porque retomaram essa discussão por uma questão financeira. Não quer que a questão financeira os traga novamente aqui ou que atrapalhe o negócio. E também não quer que a Universidade faça um negócio muito ruim. Então, há um preço que o proprietário pediu, ou se fixam nele e o aprovam, sobre o que é completamente a favor, que é a proposta do professor Lotufo; ou o senhor Reitor vai ficar isolado para tomar essa decisão. Dessa maneira, poderiam ajudá-lo nomeando uma comissão do Conselho Universitário para oferecer subsídio na negociação; poderia haver, por exemplo, três diretores e três representantes docentes. Teria de ser algo democrático, o que o Conselho decidisse essa comissão teria de fazer. Não quer mais que números financeiros pequenos em proporção ao negócio os tragam de volta para essa discussão, que é muito desgastante. É o momento de encerrar essa questão de maneira nobre para a Universidade no futuro, comprando esse terreno, permitindo que a universidade pública de qualidade tenha uma expansão

merecida, que é o que a população tem direito. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN manifesta-se favoravelmente à proposta de atribuir autonomia para o senhor Reitor negociar o valor da aquisição. Como já foi dito aqui, repetidamente, não está em discussão a aquisição, está em discussão o valor, a negociação. Não concorda que a compra tenha de ocorrer no valor que está sendo colocado pelo vendedor, R\$162 milhões ou algo assim. Considera que há margem para negociação e acha que a Reitoria deve ter autonomia para realizá-la. Então, seu apoio e seu voto são a favor dessa autonomia, que possui absoluta convicção de que o Reitor fará a melhor negociação. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que foi uma das pessoas, como muitos se lembram, contrária à compra da Fazenda Argentina naquela oportunidade. E manifestou-se muito claramente no sentido de que, como teoria, como prática de vida, é extremamente expansionista, acha que tudo se move e que é preciso crescer. Quanto a isso não tem nenhuma preocupação e considera muito positiva a iniciativa. Naquela ocasião seu

grande aborrecimento, que de certa forma se manifesta hoje em algum momento, foi a questão da maneira como foi apresentado o assunto. A ação do professor Lotufo de trazer esse mapa não aconteceu naquela oportunidade. E se não fosse um professor do Instituto de Computação localizar a planta e trazer, nem saberiam corretamente onde se localizava a área, nem que havia APP, nem nada disso. Souberam posteriormente, com o auxílio desse professor. Então, a forma de apresentação foi complicada, mas mais complicado que isso foi quando colocaram os valores, porque naquele momento se dizia que havia dois laudos, um de R\$140 milhões e outro de R\$180 milhões. A diferença de R\$40 milhões é enorme, e cada um aqui representa seriamente a sociedade brasileira. Não estão aqui flanando. A diferença de valor era muito fora de propósito e, graças ao posicionamento de grupos de dentro do Conselho Universitário – e cita aqui representantes do STU, grupo de alunos e outros docentes –, foi possível estabelecer um valor de referência. Então, a avaliação da Caixa Econômica foi

solicitada, e chegaram ao valor de R\$150 milhões. Considerando R\$140 milhões para R\$180 milhões há uma média de R\$160 milhões. O valor da Caixa era um valor de referência, não significava o ponto de partida para qualquer negociação, porque não é assim que as coisas funcionam. Quando alguém vai adquirir um imóvel, sabe muito bem que o principal não é a inflação, é muito mais a oferta e a procura. Disse claramente o professor Fernando Sarti: a Economia não é uma ciência exata, ela flutua. E o professor Ripper também se referiu a isso. A questão é que a negociação aqui é muito importante, de R\$150 milhões para R\$162 milhões são R\$12 milhões e esse valor significa dois Faepex inteiros que apoiam a Universidade toda, não é pouco relevante. E acha até que se, por acaso, o vendedor estiver assistindo, deve estar achando que tem tanta gente a favor dele que deve estar impressionado, e se fosse ele estaria rindo achando que nem é preciso fazer nada. Não é preciso comissão alguma, está claramente definido aqui que é interesse da Universidade, porque se trata de uma área de expansão. Entretanto, de que

forma se dará a compra, quais serão as bases, obviamente o senhor Reitor tem todas as condições para fazer, ele se propôs a isso. O professor Tadeu tem bastante paciência e perseverança em voltar a insistir na questão dos valores, que são fundamentais, é economia, dinheiro público. É possível comprar, mas não possuem o direito de jogar dinheiro fora. Depois, em relação aos projetos, ao direcionamento, houve falas preciosas aqui que podem incorporar. É possível efetuar uma compra que seja altamente vantajosa para a Universidade: um bom produto com valor justo. É essa a vida diária de professores, de cidadãos. O MAGNÍFICO REITOR diz que vai tentar objetivar suas colocações e o apanhado das dúvidas que foram colocadas. Quanto à decisão do Consu de 2012, terá de usar a palavra aqui, ela não tem nada de pejorativo, na verdade, ela pode até ser vista como elogio, mas de novo estão ouvindo sofismas em relação àquilo que o Consu fez. Passa à leitura da Deliberação Consu-286/12: "(...) O Conselho Universitário, ao autorizar a aquisição da área, considerou os seguintes aspectos: (...)." Portanto,

dúvida nenhuma sobre o que o Consu fez em 2012, autorizou a compra da Fazenda Argentina por R\$150 milhões. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto, e não há mais sofisma. As referências que foram feitas às suas falas, em especial durante a campanha, são todas absolutamente verdadeiras e reais em relação àquilo a que se referiu sobre esse assunto. O conselheiro João Raimundo foi muito feliz em uma passagem de sua argumentação e vai usar a mesma questão que ele colocou e justificar alguns posicionamentos. Existem disputas ideológicas dentro do Conselho, existem concepções de universidade distintas aqui entre os 73 membros do Conselho Universitário, isso é muito claro, e é justamente essa a riqueza. Possui divergência de conceito de universidade com muitas pessoas que estão aqui, deve ter alguma afinidade com outras tantas, e isso é algo absolutamente natural, principalmente porque se encontram em um universo que possui representatividade de toda a Universidade. A transcrição da sua fala na Apogeeu, feita pela conselheira Gabriela, mostra exatamente quais foram as suas posições

em relação a esse assunto. A deliberação Consu autorizou a compra da Fazenda Argentina, decidiu pela aquisição. Não mudou de opinião, isso está errado. Essa não é a maneira de um órgão público conseguir área. Exatamente o texto, a parte que a Gabriela leu de sua observação na Apogeeu: a maneira de um órgão público adquirir área é fazer o que foi feito três meses depois, pedir a desapropriação ao Governo do Estado. O mecanismo, a metodologia de aquisição deveria ter sido a desapropriação desde a origem. Ela foi encaminhada somente em setembro, como demonstrou aqui em suas observações na introdução do assunto. Foi isso o que expressou naquela entrevista e continua achando a mesma coisa. E depois, na entrevista, elogiou o fato de ter sido encaminhado dessa forma, que não foi a forma como o Conselho aprovou, mas foi a maneira correta de fazer. Falou, naquela entrevista, e em inúmeros debates que, na sua visão, não na do Reitor, as prioridades da Universidade eram, e considera que ainda sejam, muito claramente: manutenção predial – ouve diversos relatos de colegas, diretores, representantes

docentes e funcionários, de lugares que chove porque o telhado não tem conserto; lugares que a instalação hidráulica não funciona; lugares com risco de cair, não por falta de pilar ou erro de execução de obras, mas por falta de manutenção predial. Então, para ele isso é prioridade. Como também atualização do parque de equipamentos. Ouve também que a Fapesp não dá conta, prioriza a pesquisa e é preciso atualizar equipamentos para assistência, para graduação, e essa é outra prioridade em sua visão. Foi isso que expressou na entrevista. Se estivesse no Conselho de junho, defenderia isso, defenderia que há necessidade de priorizar a manutenção predial e atualização do parque de equipamentos, confrontando com a compra da Fazenda Argentina. Invoca aqui o testemunho do professor Manoel, perguntando em quanto está orçada a recuperação predial inteira do HC. O Conselheiro MANOEL BARROS BÉRTOLO responde que em R\$30 milhões. O MAGNÍFICO REITOR diz que é disso que está falando. Então, é uma questão de jeito e de conceito de como cada um enxerga a Universidade. Mas a

sua impressão de prioridades não é a todo custo, ela está balizada por uma decisão de Conselho Universitário, e ele aprovou a compra da Fazenda Argentina, e foi isso que disse na introdução. Agora, não é mais a sua opinião, é a posição do Reitor, e esta é a posição do Conselho Universitário, portanto, como Reitor, sua posição é essa da Deliberação, embora ele, pessoa física, continue entendendo como extremamente prioritário para a Universidade manutenção predial e atualização do parque de equipamentos. Então, sua fala foi apenas para deixar claro isso. Há uma série de coisas das quais discorda, como as mudanças que foram feitas na carreira em 2010, por exemplo, mas as pessoas não podem achar que as opiniões, as ideias que cada um defende se transformam em atos assim que assumem o cargo; não é dessa maneira, existe a institucionalidade. Então, não retira nem muda nenhuma das colocações que fez durante a campanha, mas, como Reitor, deve respeitar a institucionalidade. Não chegou aqui alterando a ordem de todas as coisas da carreira aprovada em 2010, e terá de

trazer à CAD uma proposta de alteração que poderá não ser a sua visão. É preciso um processo de discussão. Outro ponto que considera importante e que foi colocado é quanto à dúvida sobre o que fazer na área. Acha que o professor Guilherme tem razão, o planejamento se dá quando existem condições de realizar algo real. Planejamento não é sonho. Se não possuem a área, podem sonhar com algo lá, mas se a possuem, podem planejar. No entanto, tem uma certeza, o professor Lotufo colocou isso, acha até que com pouca ênfase: o *campus* atual está saturado. O argumento de que existe área não é correto. Se adensarem o *campus* atual, ninguém conseguirá mais se movimentar aqui dentro, a questão da mobilidade é crítica, e o custo de ações no sentido de melhorar essa mobilidade certamente é muito mais alto do que o investimento que estão pensando. A área da Saúde não tem mais para onde se expandir; a área de Esportes possui uma carência enorme de instalações. Quanto a áreas de preservação ambiental, há muitas aqui no *campus* e já foram inclusive condenados pela Justiça por construir em algumas

delas. E compartilha da posição que foi expressa aqui, se é uma pessoa preocupada com área de preservação ambiental, deseja imensamente que elas fiquem com a Unicamp, porque é certeza que elas serão efetivamente preservadas. Então, o fato de existirem áreas de preservação é uma vantagem, pensando em preservá-las, mas, sem dúvida nenhuma, é também um argumento de compra e venda, porque é uma área que a Unicamp não poderá utilizar, e seria bom haver um desconto no preço. O professor Ripper lembrou algo muito importante. O sistema viário que precisará ser implantado na Fazenda Argentina é uma necessidade, não apenas da Unicamp, é uma necessidade pública. Isso é bom, mas vai retirar algumas áreas da Universidade, então, outro desconto que é importante em uma negociação. Não estarão beneficiando somente a Unicamp, estarão beneficiando a população em geral, construindo um sistema viário importante, que interligará uma série de locais onde a mobilidade hoje é bastante complicada. Outra questão a abordar é sobre a possibilidade de fazer várias coisas com

esse dinheiro. É possível fazer muitas coisas, menos utilizá-lo em gastos perenes, dessa forma, gastos com referência à isonomia, salário, gastos com pessoal, não podem ser realizados com esse dinheiro, porque ele não se pereniza, e gastos com pessoal são perenes. A Unicamp possui R\$150 milhões corrigidos e acabou. Podem ser feitos com esse dinheiro vários exemplos que foram dados aqui, obras principalmente, mas não todas. A citação do professor Lotufo também foi correta, de que nem todas as obras, mas a maioria das que hoje está sendo construída tem recursos alocados. Elas não demoram ou estão paradas por falta de recursos, mas por problemas jurídicos, de projeto, problemas operacionais. Não sabe responder objetivamente à pergunta da conselheira Jenifer sobre o Itaú, pois não possui informações, mas, na verdade, essa área está dentro de um polo tecnológico. Há uma lei que cria a Companhia de Desenvolvimento do Polo de Alta Tecnologia de Campinas – Ciatec II, ou seja, a Ciatec I fica próxima do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer – CTI, na rodovia D.

Pedro, e a Ciatec II é um polo tecnológico vizinho a este *campus*. E quando o professor Ripper fez referência à situação em que há um vendedor e um comprador, ou seja, não existem muitos interessados no assunto, foi exatamente porque essa lei barra uma série de empreendimentos no local e reserva área para um polo tecnológico. A PG deu conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado sobre essa aprovação e essa iniciativa da Universidade, e o Ministério endossou plenamente a ação da Universidade no sentido da aquisição da área, e acha que do Tribunal de Contas não há manifestação nenhuma. Sobre as questões ambientais a CPO tem em detalhes todo o delineamento das áreas de preservação, centímetro por centímetro, e seguramente trabalha com boas imagens desenvolvidas pela tecnologia que o professor Lotufo utiliza. Mas, obviamente, somente poderão cuidar disso, como disse o professor Guilherme, no momento em que tiverem a área. Mas, há todo esse delineamento, inclusive os cálculos que amparam a proposta de negociação que consta da pauta

foram feitos pela CPO, sob a coordenação do Grupo Gestor de Obras. Acha que essas foram as questões levantadas. Passa à última questão, o preço. Qualquer número que o Consu colocar na sua decisão significa que não deve existir negociação. O Consu determinou que poderiam comprar a área por R\$150 milhões e tentaram, mas não tem porque alguém que vai vender alguma coisa cobrar menos de alguém que já disse que paga um valor definido. Então, se alterarem esse número para qualquer outro, R\$155 milhões, R\$159, R\$162, não haverá negociação. Foi um pouco isso que aconteceu com a questão dos R\$150 milhões. Ou seja, quando disse, conforme o professor Mario havia perguntado, que não tinha como avançar na negociação, referiu-se exatamente a isso. Tentou negociar abaixo de R\$150 milhões, mesmo sabendo que o Consu havia autorizado a quantia e não conseguiu. Então, qualquer número que o Conselho propuser será o valor. Passa ao encaminhamento. Há uma proposta de retirada de pauta, que precisa ser votada. Se entendeu bem, precisam decidir a ratificação da compra ou

não. Existe a proposta de pagar R\$150 milhões e existe a proposta de pagar R\$162 milhões. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN diz que há a proposta de autonomia para a Reitoria. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta da professora Teresa é a compra por R\$150 milhões e a autonomia, juntas. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que o professor Paulo Barbosa e ele se referiram à questão do valor da Caixa com correção, mas R\$150 milhões e autonomia para o Reitor é uma proposta melhor. O professor Paulo também concorda. O MAGNÍFICO REITOR diz que o valor da Caixa são R\$162 milhões. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI diz que retira sua proposta anterior e endossa a proposta da professora Teresa. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta não foi somente do professor Rodnei, foi também do professor Lotufo. A avaliação da Caixa é uma referência, não é determinação de preço. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que, por tudo o que o senhor Reitor relatou sobre os pareceres das Procuradorias, dos órgãos do Estado, eles todos se balizam pela avaliação da Caixa. O

MAGNÍFICO REITOR esclarece que isso porque era um valor menor que os R\$150 milhões, e então era um incômodo quase jurídico, não era do negócio especificamente. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz ter entendido a explicação. Leu as três avaliações e obviamente não entendeu quase nada. Dos três especialistas, dois usaram as mesmas regras da ABNT, e a avaliação da Caixa divide, inclusive, em glebas, e avalia cada gleba de acordo com critérios diferentes, chegando até 24 variáveis de avaliação. Então, não devem colocar hipóteses, não está dizendo que é isso que o senhor Reitor está fazendo, mas o Plenário, de certa forma, está começando a presumir valores, e existem três avaliações baseadas em normas, mais essas duas propostas. O MAGNÍFICO REITOR diz que não há nenhum questionamento sobre as avaliações, porque avaliação é método e aplicação de determinadas definições dentro de cada metodologia, então, não existe uma errada. Mesmo a que resulta em maior valor não está errada, ela simplesmente se baseia em outra metodologia, por isso existem

divergências entre avaliações. Dificilmente irão conseguir duas iguais, mas, como alguém disse aqui, elas são uma referência, não que seja um valor sagrado. Tem a avaliação, o vendedor cede um pouco em relação à avaliação, o comprador paga um pouco mais, e se chega a um termo. Submete à votação a retirada de pauta, sendo rejeitada com 60 votos contrários, 7 favoráveis e 2 abstenções. Em seguida, submete à votação a ratificação da compra, sendo aprovada com 60 votos favoráveis, 7 contrários e 2 abstenções. Em seguida, diz que resta votar os valores. Há uma proposta de compra por R\$150 milhões, com autonomia para o Reitor, e outra de compra por R\$162 milhões, o valor da Caixa atualizado. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que o valor de R\$162 milhões não é somente o valor da Caixa atualizado, mas o valor que os proprietários estão colocando como proposta final. É importante destacar, na própria pauta está claro isso. O MAGNÍFICO REITOR diz que é isso mesmo: o valor da Caixa atualizado, que é o que os proprietários estão pedindo. O Conselheiro PAULO SÉRGIO SARAN pergunta se

não pode ser simplesmente autonomia, sem fixar valor. O MAGNÍFICO REITOR diz que se sabe que por menos de R\$150 milhões o negócio não sai, porque já tentaram isso exaustivamente e não conseguiram. O Conselheiro JOSÉ TEIXEIRA FILHO propõe que seja o valor da Caixa e deixaria a negociação pela correção do valor. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD concorda com a proposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que esse valor é R\$162 milhões. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que há várias maneiras de corrigir, essa é uma. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO esclarece que a proposta de R\$162 milhões significaria, teoricamente, que já estão fechando negócio e isenta o Reitor de qualquer trabalho. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que aqui está claro que é tal valor, reajustado pelo mesmo índice, válido até 02 de dezembro. Há um problema de tempo, porque já é dia 17 de dezembro, chegando Natal, Ano Novo, recesso. Então, é importante dizer também que é o valor, em sua proposta seriam R\$162 milhões, com uma margem para negociação, e é natural que inclua o tempo que

essa negociação demora. O MAGNÍFICO REITOR diz que está claro. O valor da Caixa eram R\$162 milhões, até o dia 02 de dezembro, já é mais que isso. Mas acha que todos estão entendendo que é isso, corrigir o valor da Caixa para o dia da compra. O Conselheiro JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO diz que se aprovarem R\$162 milhões eles fecham, mesmo que tenha mais um mês de correção. O MAGNÍFICO REITOR diz que não é a Mesa que está formulando as propostas, elas têm autores. A proposta de R\$162 milhões foi formulada por um dos autores que a mantém, o professor Lotufo, como sendo o valor da Caixa corrigido ao dia em que o negócio for fechado. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que pode, então, detalhá-la um pouco mais. A essência da proposta é que as negociações já se esgotaram, e que, com base na contraproposta do vendedor, estão, institucionalmente, aceitando essa contraproposta. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso não é uma contraproposta, porque é o valor que sempre foi. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que sua proposta é aceitar as condições que o vendedor está

colocando agora, que consta do documento colocado às folhas 67. O MAGNÍFICO REITOR diz que até o dia 02 de dezembro eram R\$162 milhões, então, a proposta é o valor da Caixa atualizado até o dia em que a compra for feita. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que não está vendo diferença nas propostas. Existe a proposta de comprar, dando liberdade para negociar, podendo chegar até determinado valor. O MAGNÍFICO REITOR diz que não tem o "podendo chegar". O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD pergunta por que não tem. Então, é preciso deixar explícito, pois deseja saber muito claramente o que irá votar. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta do professor Lotufo, que permanece, é a proposta do valor da Caixa, corrigido, que, em 02 de dezembro, era R\$162 milhões, mas que no momento em que fechar a compra não será R\$162 milhões, porque hoje já não é esse valor. A outra proposta, feita pela professora Teresa, é de R\$150 milhões, com autonomia de negociação. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS diz que quer deixar muito clara sua posição, a questão da compra não está

mais em discussão. Sua fala foi que a atual Administração partiu do pressuposto de que a decisão do Consu de compra já estava tomada, e que, portanto, estavam encaminhando a discussão da negociação de valor. Então, ela não tem a hipótese de que sendo R\$150.000.001,00 não iriam comprar. A posição tem pressuposto de que irão comprar, por algum valor. E o termo que utilizou foi "tendo como referência o valor de R\$150 milhões, delegando ao reitor a competência de negociar a compra com certo valor." Então, é importante não trazer nenhuma confusão à sua argumentação, de que ela estabelecia a possibilidade de não comprar. É importante deixar isso claro para que não sejam criadas desconfianças ou mal-entendidos sobre o teor da proposta. Ou seja, sua proposta parte de uma referência, que já estava definida pelo Conselho Universitário, e delega ao Reitor a competência sem fixar valores para a compra. Isso porque ela partiu do pressuposto de que a compra já estava definida. Então, acredita que com esse esclarecimento deixa patente sua posição e evita algum ruído de fundo que possa aparecer. O

Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que apoia essa proposta da professora Teresa, que considera que contempla perfeitamente. Pediria ao colega Lotufo para apoiar essa proposta, que considera ideal. Ela consegue ser ampla o suficiente para prever tudo. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz entender que acabaram, inclusive, de ratificar pela segunda vez a decisão da compra, portanto, está claríssimo, e o professor Tadeu acabou de deixar também muito claro em uma fala anterior que uma coisa é ele pessoa e outra coisa é ele Reitor. Portanto, a decisão de compra, acha que nem seria necessário a professora Teresa falar, acabou de ser votada pela segunda vez e está mais que evidente. Outra questão é que considera que as duas propostas são a mesma, porque R\$150 milhões com autonomia, supondo que essa autonomia seja de 10%, por exemplo, vai resultar em R\$165 milhões, que é o valor corrigido até o dia de hoje, provavelmente, porque eram R\$162 milhões até dia 02 de dezembro. Então, a autonomia não está definida em um percentual de 10, 15 ou de 5%, é a

lógica, é o bom senso. Como também colocou o professor Saad, as duas propostas, no fundo, acabam sendo a mesma. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que está bastante contente pela ratificação da decisão do Conselho. A diferença entre as duas propostas é que a sua não oferece liberdade para o senhor Reitor negociar. E ela é justamente no sentido de evitar o risco de o negócio não ser feito. Obviamente que alguns milhões para a Universidade é muito dinheiro, mas é a diferença de alguns milhões em uma negociação que possui um grau de incerteza, já que não conhecem as variáveis que podem ocorrer em um, dois meses ou o que seja. Há uma diferença conceitual importante entre as duas propostas. Uma oferece liberdade para o Reitor e a responsabilidade de ele comprar e a sua tira essa responsabilidade do Reitor. Basta ele executar a compra pelo valor que os vendedores propuseram. O MAGNÍFICO REITOR, estando claras as duas propostas, submete à votação: a proposta do professor Lotufo de compra por R\$162 milhões e a proposta de aquisição da área no valor de R\$ 150 milhões

com autonomia de negociação; que resultou em 4 votos favoráveis à proposta do professor Lotufo, 7 abstenções e 58 favoráveis à aquisição da área no valor de R\$150 milhões com autonomia de negociação para o Reitor concluir a efetivação da compra. Interrompe a Sessão para uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o MAGNÍFICO REITOR informa que o professor Léo Pini fez uma solicitação em relação ao último item votado antes do almoço. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que encaminhou uma declaração de voto à Secretaria Geral, com o seguinte teor: "Inicialmente é importante ter claro que a decisão da compra, respeitados os pressupostos definidos, já foi tomada no Conselho em 2012. Minha decisão de votar favoravelmente à continuidade desta ação e considerando valores em discussão entre a Reitoria e os proprietários, balizados em R\$150 milhões com autonomia de negociação, de forma a ter um valor adequado para a Unicamp, é permitir que nossa Universidade tenha possibilidade de expandir também no *campus* Campinas, tendo em vista nossas atuais atividades em Ensino, Pesquisa

e Extensão que já se encontram tolhidas pelo adensamento do *campus*. Minha expectativa é que, uma vez realizada a compra, inicie-se o estudo de urbanização da área.” O MAGNÍFICO REITOR lembra a todos sobre o jantar de confraternização da Unicamp, que acontece amanhã à noite. A informação foi divulgada por *e-mail*, mas quem ainda quiser fazer a adesão pode se dirigir ao Cerimonial, no Gabinete do Reitor, onde os convites estão disponíveis. Em seguida, passa à discussão do item 3 – Proc. nº 01-P-23868/13 –, que trata de distribuição de cargos de Professor Doutor, nível MS-3, para as Unidades de Ensino e Pesquisa. Solicita ao professor Alvaro, que preside a CVD, que faça a introdução do tema. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que este assunto é costumeiro no último Consu do ano, mas destaca algumas diferenças este ano com relação aos anos anteriores. Elas são decorrentes da Deliberação Consu-A-018/2013, aprovada em agosto, que prevê a possibilidade de reposição automática de vagas decorrentes de aposentadorias, falecimentos e demissões, alterando assim toda dinâmica da discussão da

alocação de vagas novas. Antes dessa deliberação, a possibilidade de obtenção de vagas para as unidades estava limitada à divisão feita no âmbito da CVD e aprovada no Consu. Agora não é mais assim. A maioria das unidades possui um número bastante expressivo de vagas, até maior do que as que serão discutidas aqui, que já vêm sendo repostas conforme dispõe a Deliberação. Fará um balanço das reposições ocorridas este ano, tendo em vista que os termos da Deliberação são retroativos ao início do ano. Possui os números até o dia de ontem, portanto ainda não são os números fechados do ano, porque pode ocorrer alguma aposentadoria nos poucos dias úteis que restam. Foram requeridas em 2013, até o momento, 71 vagas decorrentes de aposentadorias: 11 na FCM; oito no IB; seis no Imecc; cinco na FEC, Feec e no IFCH; quatro no IA, IEL e IQ; três na FE e no IE; duas na Feagri, FEM, FOP, IFGW e IG; uma na FEA, FEnf e IC; e nenhuma vaga, porque não houve nenhum aposentado este ano, na FCA, FEF, FEQ e FT. Portanto, o que será tratado aqui é a distribuição de vagas que visa corrigir

um pouco as distorções históricas em termos de número de docentes, uma vez que já está sendo levado em conta, com a reposição das aposentadorias, o tamanho das unidades e, em alguns casos, a idade delas, tendo em vista que as unidades mais antigas tendem a ter um número maior de aposentados. Portanto, este ano a CVD tentou agir de forma diferente, considerando essa mudança no cenário e utilizando basicamente indicadores estatísticos numéricos para medir possíveis heterogeneidades na composição do corpo docente das unidades. A professora Ítala presidiu a subcomissão da CVD que analisou o assunto em detalhes e elaborou e encaminhou a proposta. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que projetará alguns poucos *slides* que contêm gráficos com base nos quais a subcomissão norteou suas decisões. Como disse o professor Alvaro, a abordagem foi distinta da dos últimos anos. Primeiramente, foi realizada uma análise estatística para avaliar quais foram as variáveis ou os parâmetros responsáveis pelas atribuições de vagas nos últimos anos. Apesar de argumentos distintos,

verificou-se, do ponto de vista estatístico, que as unidades maiores obtinham mais vagas. Como as aposentadorias passam a ser automaticamente repostas, consideraram que poderia haver uma abordagem que levasse em conta as especificidades das unidades, sua produção e sua realidade em termos gerais dentro da Universidade. Foram realizadas três reuniões; na primeira, foi preparado um documento posteriormente encaminhado às unidades. Depois, foi feita uma reunião sem os dados encaminhados pelas unidades, de modo que foi possível estabelecer parâmetros que deveriam nortear a análise. Houve unanimidade na subcomissão, que conseguiu, mesmo sem os dados das unidades, discutir o peso que esses parâmetros deveriam ter. No cômputo final, foi gerada uma fórmula com as variáveis ponderadas que propiciou um certo tipo de classificação das unidades. Quando a subcomissão recebeu os dados, os examinou com base nos parâmetros estabelecidos, o que permitiu uma análise bastante interessante. As definições finais foram praticamente unânimes, tendo as análises sido efetuadas com base nas

variáveis, nos pesos e na observação dos assessores. Os membros da subcomissão ficaram responsáveis pelo estudo inicial dos documentos encaminhados pelas unidades. Decidiram que seriam três os indicadores, conforme demonstra no *slide*: o primeiro, a carga média didática em 2012 – embora todos concordem que é necessário um reestudo do que deve ser entendido como carga didática, até o momento esse é o único dado que possuem, e que é fornecido pela DAC, respeitando a Deliberação Cepe-A-011/1999. O segundo indicador, bastante relevante, é o que demonstra a diferença entre a evolução percentual de alunos ingressantes e a evolução percentual de docentes. Pretendiam que esses dados fossem levantados a partir de 1990, ano em que algumas unidades iniciaram seus cursos noturnos, porém não lograram encontrar dados oficiais relativos a todas as unidades no que concerne ao número de docentes nesse ano. Então, os dados relativos aos docentes foram tomados a partir de 1994, e os dados relativos aos estudantes, a partir de 1990. Portanto, este segundo indicador corresponde à

fórmula que mede o percentual da diferença entre estudantes ingressantes 2012-1990, sobre 1990, menos a diferença percentual do número de docentes entre 1994 e 2012, sobre 1994. Sendo o número de docentes considerados entre os ativos e alocados nas unidades e alunos considerados entre os ingressantes tanto de graduação quanto de pós-graduação, o que constitui uma novidade fundamental, pois até o ano passado o número de estudantes considerado era sempre de graduação, o que não reflete a realidade e a diversidade das unidades. O terceiro indicador, que também nunca foi utilizado, é relativo ao número de bolsas de iniciação científica por docente na unidade. Estabelecidos esses três indicadores, foi realizado um exercício que pudesse refletir a importância de cada um dos indicadores. E a subcomissão, por unanimidade, resolveu atribuir os seguintes pesos: peso 1 para o número de bolsas por docente, peso 2 pela carga didática e peso 4 pela diferença entre os percentuais. Então, a fórmula que norteou a decisão da comissão foi a que considerou os três indicadores, com peso 2, 4 e 1,

respectivamente. Alguns dados levantados foram bem interessantes, como os que constam do gráfico que demonstra a evolução do número de docentes e alunos de graduação e pós-graduação. A curva azul representa a evolução do número de docentes na Universidade entre 1994 e 2012 e a curva vermelha demonstra a evolução do número de alunos. Esse gráfico mostra uma disparidade muito grande de crescimento entre o número de estudantes e docentes. O próximo gráfico se refere à evolução do número de docentes por unidades. Nele é possível verificar que na FCM a evolução do número de docentes é pouco significativa; a linha verde diz respeito à evolução da FEQ, enquanto acima está indicada a do IQ, do ano 2000 a 2012. Em algumas unidades, houve uma queda mais significativa, um dado importante, que fica expresso na fórmula. No que diz respeito à evolução do número de alunos por unidades, o que fornece o resultado é a comparação entre elas. Já quanto à relação entre evolução de professores e número de matrículas por ano, é possível observar que a grande maioria das unidades fica em uma

região muito próxima no gráfico, e poucas estão diferenciadas em relação à grande massa das unidades, o que facilitou muito a decisão a ser tomada. O último item se refere à evolução do número de alunos por unidade, padronizado, e demonstra que a grande maioria das unidades tem uma pequena margem de variação. Entretanto, um posicionamento distinto em relação às outras unidades ficou bastante evidente na curva nos casos do IG, FEF e IB. Com base nos dados encaminhados pelas unidades, nos critérios adotados e muito seguros, inclusive, pela análise gráfico-estatística dos dados, chegaram ao valor final dos indicadores, sendo que valores abaixo de zero seriam unidades que estão em uma situação razoável e acima de zero as unidades que de acordo com os critérios adotados demandariam um tratamento especial. A FEnf, por possuir características específicas, foi analisada separadamente, e a FT e a FCA foram tratadas com muita atenção para que fosse estudada a possibilidade de que pelo menos uma vaga fosse atribuída a elas, mas, face ao quadro geral, isso não foi possível, levando-se em conta que,

no ano passado, já foi estabelecido um tratamento especial e foram atribuídas 26 vagas à FCA e 11 vagas à FT, distribuídas em três anos. Com base nesse critério, ficou definido que pelo menos um docente seria atribuído a cada unidade. E verificaram que as unidades que deveriam ter mais docentes, representadas pelos pontos isolados da curva, seriam, sem dúvida, o IG e a FEF. O IG solicitou dez docentes, e recebeu cinco vagas. Já a FEF solicitou três e as recebeu. O Imecc e a FOP, que se destacaram no critério evolução de alunos com deficiência de docentes, receberam quatro vagas cada, assim como o IB e a FCM. Nesta última, a distribuição é a seguinte: duas para a FCM, uma para o curso de Farmácia e uma para o curso de Fonoaudiologia. Para o IB, três vagas e mais uma para o curso de Farmácia. O IQ também recebeu três vagas, sendo uma para o curso de Farmácia. O IE recebeu duas vagas e o IFCH três, face às especificidades identificadas pelos assessores e à diversidade das unidades, quantidade de cursos de pós-graduação etc. Portanto, essa é a proposta, fundamentada em uma análise estatística, com curvas que

não explicitam tudo, mas, matematicamente, oferecem certa garantia de aproximações razoáveis. O Conselheiro DANIEL PEREIRA diz que todos nesta sala consideram que o respeito à diversidade, à pluralidade e ao contraditório faz a Universidade mais forte. Exercerá aqui a fala do contraditório, mas antecipa que não fará nenhuma proposta diferente da encaminhada pela CVD, apenas votará contrariamente a ela. Porém, observa que discordar não significa desrespeitar. Respeita muito o trabalho e os componentes da CVD, presidida pelo professor Alvaro, assim como o trabalho feito pela subcomissão, presidida pela professora Ítala. E sabe que esse é um assunto difícil, delicado e polêmico. De fato, o Consu de dezembro é sempre muito importante porque nele são definidas prioridades orçamentárias e distribuição de vagas docentes, que impactam o futuro da Universidade. Esclarece que sua manifestação não possui nenhum caráter de pessoalidade contra quem quer que seja e que tem certeza de que não houve qualquer interferência para privilegiar ou prejudicar determinada unidade. A questão é que discorda do

que foi feito e da proposta final. Observa ainda que não conversou com nenhum colega sobre esta manifestação, mas citará algumas unidades para as quais acredita que sua fala será favorável e outras para as quais talvez seja desfavorável. Espera que os diretores dessas unidades compreendam que o que dirá não é nenhum demérito a elas, apenas uma análise dessa proposta, que lhe parece equivocada. A primeira questão que considera importante é a mencionada pelo professor Alvaro no que diz respeito à decisão que se tomou de reposição automática das aposentadorias, a partir do ano passado. Acha que foi uma decisão muito acertada, que oferece bastante tranquilidade às unidades, porque elas sabem que seu quadro não diminuirá, então de certa forma essa decisão certificou o quadro docente das unidades, mas com o número de docentes da época, início de 2012. Então, essa decisão não verificou eventuais distorções históricas de evolução do quadro docente. Por isso seu primeiro sentimento ao analisar a proposta foi de desapontamento, porque este é o quarto ano que o IFGW e algumas outras unidades

ressaltam que a Universidade deveria reconhecer as diferentes evoluções do quadro docente. O IFGW teve o seu ápice no número de docentes em 1989, exatamente no ano da conquista da autonomia, e depois várias unidades modificaram seu perfil, assim como a Universidade. Como a Administração anterior afirmou, a Unicamp não sofreu queda no número de docentes nos últimos três ou quatro anos, porém várias unidades foram criadas nesse período, e algumas sentiram mais esse impacto. A Universidade, em 1989, possuía 2.103 docentes da carreira MS, e esse foi o número máximo em sua história; em 2012, eram 1.739, uma diminuição de 17%. O IFGW, em 1990, contava com 145 docentes, ao passo que em 2013 o Instituto possuía 89 mais quatro vagas em concurso, uma redução de cerca de 40%. Então, seu desapontamento inicial ocorreu no sentido de que esse aspecto não foi minimamente considerado. Outras unidades passaram por um processo semelhante, como o IFCH, a Feec e talvez em medida um pouco menor, mas também impactante, a FE, o Imecc e a FCM. Acha que essa

foi a última oportunidade que a CVD tinha para trabalhar nisso, uma vez que a partir de agora o quadro está certificado e não haverá mais vagas. Outra questão são os indicadores mencionados pela professora Ítala, utilizados para nortear a distribuição das vagas. A definição de indicadores representa sempre um grande desafio, porque, em geral, eles são quantitativos, portanto não dão conta de aspectos qualitativos. Esse é o primeiro cuidado necessário quando se definem indicadores quantitativos. O próximo cuidado é garantir que haja um conjunto suficientemente amplo de indicadores para eventualmente eliminar distorções associadas a alguma área de ensino, pesquisa e extensão. Entende que, em geral, os indicadores são necessários e úteis, mas considera que esses não foram bem escolhidos, e explica o porquê. Pensando no contexto geral da Unicamp, todos sabem que seu desempenho e suas contribuições no cenário de ensino superior do Brasil são reconhecidos pelos *rankings* internacionais, que adotam critérios universais associados à produção do conhecimento e formação de

recursos humanos, colocando-a entre as três melhores do Brasil, em geral a segunda. Considera que qualquer outro ranqueamento feito por outras entidades com indicadores próprios e que coloque a Unicamp em décimo lugar, por exemplo, está com problemas. Trazendo isso para o interior da Universidade, também acredita que quaisquer indicadores que classifiquem o IFGW e a Feec como duas das três piores unidades têm problemas. Com todo respeito às outras unidades e sem falsa modéstia, tem autocrítica das contribuições históricas em ensino, pesquisa e extensão do IFGW e sabe também de outras unidades, por exemplo a Feec. Explicitamente em termos dos indicadores utilizados, os três são associados basicamente a ensino e em termos quantitativos. Então, não há nenhum indicador mais explícito de pós-graduação, de pesquisa e de extensão e, em particular, de indicadores qualitativos. O único indicador associado à pós-graduação é o número de alunos ingressantes, que é um dado quantitativo. Comentará os três indicadores utilizados pela subcomissão para chegar ao

resultado que norteou, como a professora Ítala mencionou, a definição das vagas. O primeiro é a carga média didática. É inegável que ele sempre tem de estar presente, mas todos conhecem as dificuldades e limitações que possui. Gostariam de uma nova regra, a que nunca conseguem chegar, pela complexidade do tema, então, ele deve ser o indicador, mas deveriam ter pelo menos dez indicadores para diminuir eventuais distorções. O segundo critério, evolução de ingressantes e de docentes, é problemático porque, elegendo um período de tempo, se pode causar uma distorção em anos eventualmente muito próximos àquela janela selecionada. Mas entende que é preciso escolher algum período, e então foi definido de 1990 a 2012, para ingressantes, e 1994 a 2012, para docentes. Chama a atenção para o fato de que a intenção é valorizar novas vagas no ensino de graduação e, eventualmente, de pós-graduação, associadas às unidades. E a professora Ítala mencionou a abertura dos cursos noturnos, na década de 1990. Em 2003, houve outra expansão associada a várias unidades, em particular à FEM. A grande

falha dessa proposta é que uma unidade que tem um conjunto de novas vagas, como a FEM, que dobrou o seu número de alunos, foi beneficiada com esse indicador, ao passo que nas unidades de serviço, como o IFGW, isso significou oitenta vezes oito disciplinas básicas de Física, 640 novos estudantes atendidos, e o Instituto não foi sequer considerado nesse segundo indicador. Concorda que devem ser valorizadas as unidades que aumentaram seu número de vagas, mas sem dúvida seria preciso valorizar também as unidades de serviço. Outro indicador utilizado foi número de alunos de iniciação científica por docente, que é tão bom ou tão ruim quanto qualquer outro indicador. Aqui entra a questão das especificidades: em certas áreas, há um número maior de alunos e muito mais procura por iniciação científica do que em outras, o que não significa que a unidade seja pior ou melhor. Então, esse conjunto de três indicadores classificou o IFGW e a Feec como duas das três piores unidades, o que demonstra que esses indicadores possuem problemas. Do ponto de vista de matrículas atendidas,

informa que no início da década de 1990, o IFGW atendia 3.500 alunos. Já em meados da mesma década, com a criação dos cursos noturnos, o Instituto passou a atender 7 mil alunos por ano. De 2003 para frente, com a nova leva de vagas, ele passou a atender de dez a 12 mil matrículas. No entanto, isso não foi considerado na análise, que deveria contemplar também outros indicadores qualitativos e mesmo quantitativos. A Universidade tem discutido muito a internacionalização, tendo inclusive criado a Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais, que vem implementando ações importantes, mas existem vários aspectos relativos à internacionalização que são relevantes e podem ser mensuráveis e reconhecidos no caso de certas unidades. Um exemplo é a questão da mobilidade estudantil; gostaria de ver um indicador associado que valorizasse essa atividade, no qual certamente a FEM e a Feec seriam muito destacadas. O professor Alvaro, hoje, mencionou a satisfação de ver a Unicamp em décimo no *ranking* dos Brics e falou da importância dos indicadores de produção científica em

revistas indexadas, nos quais a Unicamp fica na frente da USP. Gostaria de ter esse indicador como uma das métricas para esse tipo de decisão, ou seja, avaliar o número de publicações *per capita* para cada unidade nesse quesito que é tão valorizado em qualquer nível, e no qual acredita que o IFGW e o IQ teriam bastante destaque. Acha também que seria importante para a definição de novas vagas docentes as unidades buscarem meios de atrair docentes estrangeiros, pois o número de professores estrangeiros na unidade tem sido reconhecido como um importante indicador da internacionalização. E isso também não foi considerado nessa análise. Em relação à pós-graduação, não foram valorizadas aquelas unidades que com muito esforço e dedicação alcançaram a nota 7. Ainda sobre a produção científica, existem outros aspectos importantes do ponto de vista de qualidade: fator H, fator de impacto, número de publicações. Nenhum desses pontos foi também considerado, da mesma forma que a captação de recursos humanos para pós-graduação e pesquisa, que é um indicador fundamental para

universidades de ponta. Também não foram levados em conta indicadores associados à relação com a sociedade, aspecto no qual não tem dúvida de que a FEF, a FCM e a FOP se destacariam em assistência etc. Assim como se destacaria a área das Engenharias no que diz respeito a contratos e convênios. Em patentes, o IQ se sobressairia; em atividades artísticas e culturais, o IA teria destaque. Para ele, foi uma decepção ver um número tão pequeno de indicadores definindo de forma tão contundente essa distribuição. E, por último, como já mencionou, exemplificará o caso de algumas unidades, não para desmerecê-las, nem para valorizar outras, mas utilizou aqueles números sugeridos de vagas por unidade e fez a relação com o número de docentes da unidade. Verificou que há dois grupos que se destacam: um é o que está recebendo da ordem de 10% do número atual, constituído por três unidades: FEF, FEnf e IG; e cinco unidades que estão no limite inferior, com próximo de 1%: FCM, FEM, IFGW, Feec e IEL. Então, é possível verificar que existe uma correlação absolutamente direta, como a própria

professora Ítala mencionou, baseada naqueles únicos três indicadores. Com todo respeito, é absolutamente contrário ao trabalho realizado. Como já afirmou, não fará nenhuma proposta de alteração, até porque seria muito desagradável solicitar que se transferissem vagas de uma unidade para outra. Acredita ainda que a FEnf não deveria estar disputando essas vagas, tendo em vista que foi criada há dois anos, e muitos que estão aqui se recordam da afirmação de que não iria existir demanda para novos docentes, não haveria nada de diferente etc. Entretanto, surgiu essa demanda de trinta, que deve ser realmente necessária, assim como o número equivalente para a FCA, para a FT, mas acha que isso deveria ser tratado à parte. Considera uma disparidade que uma unidade que acabou de ser criada receba cinco vagas e a unidade de onde ela se originou receba quatro. Com todo respeito, coloca essa sua divergência e reafirma que votará contrariamente à proposta. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI inicia agradecendo ao senhor Reitor pela paciência em responder às mensagens que tem recebido dos

estudantes da FEM. Após a reunião da CVD, reuniu-se com os coordenadores de graduação e os informou que teriam uma reunião com os conselhos dos seus respectivos cursos, onde passaram as informações para os estudantes. Hoje é sua penúltima participação como membro do Conselho Universitário e, provavelmente, esta é uma de suas últimas manifestações. Declara que também irá votar contra a proposta. Quando iniciou seu mandato como diretor, foi nomeado membro da Copei. Além disso, recebeu a tarefa de elaborar o relatório da avaliação institucional externa que tinha acabado de ocorrer, na área de Tecnológicas. Apresentou aqui o resumo, e inclusive se identificou com o que o professor Ricardo manifestou hoje no Expediente em relação ao IC, que tem a menor área construída por docente e por aluno, pois se recorda de ter relatado isso na ocasião e terminado com a seguinte declaração: a FEM levou o calote da década – algo que, na época, foi bastante impactante. A Faculdade tinha acabado de passar pela avaliação e, evidentemente, recebeu críticas por possuir salas de aula com

140 alunos, pela completa ausência de atividades experimentais didáticas em um curso de Engenharia, mas não era possível comportar tantos alunos na época. Nada do que tinha sido firmado como compromisso por conta da criação dos novos cursos, como expansão de vagas, havia se concretizado. Na verdade, talvez a FEM tenha tido um problema de gestão também, no sentido de discriminar as vagas novas que estavam recebendo em relação às aposentadorias. O quinhão da FEM do recurso da Alesp, por exemplo, está parado até hoje, mais de dez anos depois, sem correção monetária, pois a Faculdade não conseguiu concluir as novas salas de aula e os laboratórios didáticos. Mas, apesar dessa sua manifestação, na época, com o tempo foi entendendo que isso não era algo deliberado. Parte era uma questão de dificuldade de empregar o dinheiro público e parte era uma questão de memória, uma memória que se vai com administrações, com pessoas, e então precisam fazer novos levantamentos para recuperá-la através de atas de reuniões etc. Mas, na verdade, no período de pouco mais de 12 anos, a

FEM, como todas as unidades, foi sensível à demanda da sociedade por ampliação de vagas e criação de novos cursos. Abriu o curso noturno com cinquenta vagas e dobrou de setenta para 140 as vagas do curso diurno, passando de setenta para 190 vagas, ou seja, quase triplicando o número de alunos. Mas apenas agora a infraestrutura para acomodar os 140 alunos, incluindo os laboratórios didáticos, começa a ficar pronta. Mas, ainda assim, essa expansão de quase três vezes o número de vagas não está refletida nos critérios utilizados para a distribuição das vagas docentes. E, apesar desse grande aumento do número de alunos, a FEM continua fazendo o esforço para formar engenheiros de qualidade, como sempre. Talvez esse seja um dos fatores que acabe não demonstrando exatamente a quantidade de trabalho que a Faculdade tem, porque talvez o número de alunos em sala de aula não esteja bem refletido na Deliberação Cepe-A-011/99, que define a carga didática. Mas, nesse período, a FEM, através de acordos bilaterais, sempre manteve um intercâmbio bastante importante com universidades

européias, inclusive em programas de duplo diploma, e que antecedem muito o programa Ciência sem Fronteiras. Então, esse já era um pioneirismo. Esses aspectos também não estão refletidos no critério utilizado pela subcomissão da CVD. As atividades extracurriculares da FEM, como todos sabem, têm estado em destaque e colocaram a Unicamp no calendário das grandes competições que acontecem no exterior. Outro ponto interessante, mas que também não se refletiu nesses critérios, é que em um dos programas de pós-graduação da FEM, dos três que ela possui, há um programa de incentivo à capacitação científica que faz uma interface entre a graduação e a pós-graduação, permitindo a formação de engenheiros mestres em seis meses ou no máximo um ano após a graduação. Esse programa conta hoje com a participação de cerca de setenta alunos, todos com bolsas patrocinadas por empresas. Ou seja, trata-se praticamente de um programa de iniciação científica independente das agências de fomento, e evidentemente que se somam às agências de fomento nesse programa. Na verdade, a bolsa de

IC dentro desse programa possui um valor muito próximo ao da bolsa de mestrado concedida pela Fapesp. Por tudo o que expôs, acredita que o número de vagas recomendadas para a FEM não faça justiça a todo esforço institucional que ela tem feito ao longo dos anos. Talvez ela não tenha feito mais do que as outras unidades, mas certamente não fez menos, muito pelo contrário. Acha que o critério estabelecido gerou certo desequilíbrio na distribuição. Entretanto, as unidades que receberam cinco, quatro, três vagas, as receberam por uma necessidade justificada. Mas é pela necessidade também que todas as outras unidades justificam as solicitações, e a da FEM havia sido por sete vagas. De alguma forma, a subcomissão *ad hoc* da CVD criou critérios, trabalhou com eles e fez a distribuição. Ou seja, é claro que essas diferenças na distribuição não são deliberadas, mas consequência desses critérios que de alguma forma não fizeram justiça a todo esforço institucional de grande parte das unidades. Leu o relatório da subcomissão e reconhece que a solicitação da FEM continha uma afirmação que deu margem a

interpretações distintas; a de que para que as disciplinas da Faculdade pudessem ser oferecidas em um padrão razoável, seguindo a “média Unicamp”, de 57 alunos por sala de aula, seriam necessários 87 docentes. E, claro, a comissão detectou que a FEM possuirá 88 até maio do próximo ano, quando será finalizado o último concurso. Na verdade, o que acontece é que mesmo com 88, nunca haverá mais do que 78 ou oitenta docentes, de fato, em sala de aula, por vários motivos, como licenças e outras situações. Espera que as considerações feitas aqui sirvam de subsídio para a distribuição do próximo ano, embora, como se referiu o professor Daniel, com a certificação dificilmente serão obtidas novas vagas. Como já citou, a FEM possuirá 88 docentes até maio, mas atende a 1.300 alunos de graduação e a cerca de seiscentos de pós-graduação. É três vezes maior que o ITA, que tem até reitor e mais professores também. Portanto, acha que critérios mais abrangentes e mais inclusivos seriam importantes para uma boa distribuição de vagas docentes, principalmente para o próximo ano. E declara novamente seu voto contrário à

proposta, reconhecendo, no entanto, que a subcomissão realizou o trabalho com base nos critérios que possuía, portanto, fez um bom trabalho. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE diz que tem convicção da dificuldade trazida pelo assunto da distribuição de vagas. Tem certeza de que a CVD tentou fazer o melhor trabalho possível, criar critérios, entretanto, em sua opinião, a FT foi analisada de forma totalmente equivocada. Primeiro, entende que o assunto deveria preliminarmente ter sido apreciado no Expediente de uma sessão da Cepe ou mesmo do Consu, para que depois a proposta fosse discutida na Ordem do Dia já tendo sido debatida entre os diretores, que teriam então a oportunidade de manifestar suas concordâncias ou discordâncias. Em relação à proposta feita pela subcomissão da CVD, considera equivocado o fato de a FT ter sido excluída da disputa pelas novas vagas, em função de ter recebido vagas durante a reestruturação realizada em 2012. Acha que a FT está sendo penalizada por ter tentado melhorar os cursos de graduação. Os diretores de outras unidades estão

descontentes com o índice, mas a FT sequer aparece na tabela. Acha que seu índice poderia ter sido calculado e ele ter sido chamado para discutir a questão. Quando a Faculdade elaborou a proposta da reestruturação de curso, a questão das vagas foi muito debatida. Existe um cronograma de atribuição dessas 11 vagas, que estão sendo divididas em cinco anos. Inclusive acredita que na Proposta Orçamentária de 2014 já estão previstas as três novas vagas do ano, mas elas estão definidas em função do aumento da carga didática, que é de 3.100 horas, correspondendo praticamente a um outro curso, com 11 docentes. Essas vagas deveriam ter sido discutidas em termos de demandas históricas, que a FT também possui, assim como outras unidades. Acha que no ano passado e retrasado nenhuma unidade foi proibida de se candidatar, propor reestruturação de curso ou propor curso novo, e a demanda ser analisada independentemente da distribuição anual. Desta vez, não foi levado em consideração que a FT propôs 11 vagas não para os cursos novos, mas sim para outras demandas históricas que a unidade possui.

Tentou expor essa questão no documento que elaborou, contendo 11 páginas, com base no roteiro enviado pela subcomissão às unidades. Se a CVD tivesse de antemão estabelecido que a FT estava fora da disputa, não teria perdido tempo em fazer uma proposta com tantos detalhes, e também teria condições de ter contra-argumentado. Quando a FT passa um docente da carreira MTS para a carreira MS, que é hoje o alinhamento que vem sendo realizado, perde capacidade didática porque esse docente da carreira MTS não tem atribuição de pesquisa. Quando ingressa na carreira MS, ele deve ter uma carga didática razoável para que possa se dedicar à pesquisa. A Faculdade tem tentado solucionar esse problema com a ajuda dos PEDs, que são 17. Essa é a realidade que possuem, e foi com essas justificativas que tentou convencer a CVD. Outro ponto em relação ao qual já se manifestou para o professor Alvaro é que não está garantido que a aposentadoria de um docente da carreira MTS terá reposição automática; essa garantia existe apenas para a carreira MS. Considera importante a reposição automática,

mas a FT está em um período de transição, ao passo que unidades antigas já estão estáveis. O único momento para justificar essa especificidade seria esse, mas não foram ouvidos. Não pôde analisar como estão perante as demandas das outras unidades. O relatório da subcomissão possui seis índices, e a FT se encaixa em todos eles, mas seus números não constam nele. Respeita todas as demandas, mas as necessidades da FT também devem ser levadas em conta pela Universidade. A Faculdade acabou de estruturar o curso de doutorado. Na realidade, a única atribuição de vagas novas para a FT foi feita em 2009, quando houve a transformação de Ceset para FT, e correspondeu a três vagas de professor titular. A partir de então, houve a reposição de uma professora por aposentadoria compulsória. Não sabe nem qual solicitação fazer. Não discorda do resultado, discorda de a FT não ter sido considerada no índice. Considera que isso poderia ter sido discutido previamente com ele, a subcomissão poderia ter explicado que havia outras demandas, mas não acredita que as demandas da FT sejam menores que as das

demais unidades. Gostaria de saber como está essa evolução, o que foi feito, pois acha que o fato de essas 11 vagas terem sido usadas, neste momento, como justificativa significa penalizar o que a Faculdade tem feito para tentar se reestruturar. O Conselheiro RODNEI BERTAZZOLI acrescenta que também faz parte da CVD, mas nos últimos meses teve de privilegiar mais a agenda acadêmica do que a administrativa, e acabou não comparecendo às reuniões, mas a área das Tecnológicas teve seu representante. O Conselheiro MARCELO KNOBEL diz que participou da CVD nos últimos quatro anos e por isso conhece a dificuldade que é conciliar, encontrar critérios, discutir com a diversidade da Universidade e com as demandas que existem em todas as unidades. Mas também concorda com as manifestações anteriores no sentido de que nem sempre, ao criar esses critérios, eles serão bem aceitos por todas as unidades. No caso da distribuição das vagas, algo que aparece claramente é que a demanda é maior, e naturalmente surgirão outras solicitações que não estão colocadas. Concorda integralmente

com o que foi levantado pelo professor Daniel em relação ao que faltou contemplar nesses critérios. Criticam tanto a questão dos *rankings*, dos números, e foi realizada uma fórmula com diversos elementos importantes, mas que também comporta diversas críticas, principalmente por deixar de lado a qualidade da questão acadêmica. Todos concordam que indicador de carga média didática é ruim, não é compatível com a realidade de cada unidade e não leva em consideração as especificidades de diversos cursos e a evolução que a Unicamp teve nesses anos. Durante quatro anos, participou de discussões em GTs que debateram a Deliberação Cepe-A-011/99, e não houve consenso para mudar o critério; espera que futuramente consigam alterá-lo. Concorda também com o que foi mencionado pelo professor José Geraldo. Acompanhou de perto as discussões para implantação dos novos cursos da FT e em nenhum momento foi citado que por desejar alterar sua estrutura, criar novos cursos e melhorar as condições dos cursos existentes ela ficaria impossibilitada de ter mais docentes. É sabido que a FT

e a FCA possuem as maiores cargas didáticas de toda a Universidade, e o fato de a FT não entrar nessa distribuição de vagas significa penalizar esses docentes que já estão em uma situação bem mais difícil do que a dos colegas do *campus* de Campinas, em geral. Então, entende as dificuldades de obtenção de valores adequados, de criação de critérios, mas acha que precisam rever essas questões, por isso acompanhará os colegas com o voto contrário a essa proposta. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO diz que também tem críticas a esse cálculo, mas chama a atenção para duas questões básicas que devem ser levadas em conta tendo em vista a dificuldade, de fato, de decidir sobre a distribuição. A primeira delas, já realizada por esta gestão, constitui um avanço notável, com a decisão da reposição automática das vagas decorrentes de aposentadorias, falecimentos e demissões. Isso garante um patamar mínimo para expectativas, para planejamento e até para a relação com a ampliação ou expansão dos cursos de graduação. A segunda questão é que percebe nesses indicadores uma

inovação importante, que foi levar em conta os alunos de pós-graduação. A Universidade historicamente tem um perfil original voltado para a pós-graduação, e isso não é considerado na Deliberação Cepe-A-011/99. Acompanha os colegas que a precederam, pois acredita que somente haverá um real avanço quando o cálculo se descolar dessa deliberação, quando for proposto um reestudo, um novo cálculo, uma nova deliberação que se adapte à realidade da Universidade, para que a carga didática não fique presa ao que ela é hoje, segundo essa Deliberação, que não reconhece novas ações, novas atividades, que não reconhece, enfim, a própria modernização do que é o ensino e a pesquisa na Unicamp. Portanto, estão presos a uma realidade de anos atrás. Gostaria de entender melhor como foi feito o cálculo da evolução entre número de ingressantes e número de professores. Porque pelo que entende, na tabela que resulta nessa hierarquização de unidades, onde inclusive o gráfico produz um indicador negativo para muitas delas, as unidades que estão no final da hierarquia são aquelas duplamente

penalizadas por não terem aberto novos cursos, por não terem expandido seu número de vagas além do previsto, enfim, aquelas que, ao longo do tempo, ficaram resignadas às suas condições de perda durante muitos anos. Então, não fez uma crítica tão cuidadosa como a do professor Daniel, nem um estudo detalhado como outros colegas fizeram, mas acha que esse ranqueamento, embora a intenção não seja esta, aplica uma dupla tributação às unidades que foram perdendo mais ao longo do tempo. Essa diferença percentual entre ingressantes e docentes não leva isso em conta. Pensando na implantação de novos indicadores, acredita que, assim como é feito na Proposta Orçamentária, os indicadores físicos das unidades, que se definem através da relação de teses, de programas de doutorado, dissertações, número de matrículas etc., deveriam ser levados em conta com o objetivo de caracterizar mais qualitativamente as unidades, considerando aspectos levantados por colegas que a antecederam que passam também pela pesquisa e por outros elementos que não somente pelo ensino, pela carga didática de sala de aula.

O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE AZEVEDO diz que qualquer distribuição de vagas é sempre difícil e delicada, pois envolve o futuro da Universidade. Então, de início, solicita a divulgação dos dados originais, inclusive para facilitar que induzam potenciais direcionamentos da unidade. O ano de 2014 se iniciará com revisão do Planes, avaliação institucional e tudo o mais, então esses dados serão bem úteis, principalmente em relação a estímulos a melhorias. Pergunta como ficaram os dados das unidades criadas após o período inicial considerado, 1994. E explicitará um pouco do seu entendimento para perguntar à professora Ítala o que ele está enxergando de forma diferente. Há três índices e, numericamente falando, eles deveriam ter números maiores para considerar a necessidade de vagas de cada unidade. Segundo esses índices, se a unidade tem uma carga didática alta, ela deveria obter vagas; se o segundo índice, que é misto, for alto, a unidade também merece mais vagas; e se o último índice, que é iniciação científica, da mesma forma, for elevado, a unidade merece mais vagas. As unidades não têm

controle dos dois primeiros índices, sendo o terceiro o único que permite um leve controle, e em relação ao qual podem se esforçar para tentar melhorar no futuro. Há também um problema claro de escala, porque o indicador DE pode ser negativo, e se isso ocorrer, todo o esforço feito no indicador 1 e 3 pesa ao contrário. Exemplifica com a última unidade do *ranking*, que é a Feec; se ela, dois dias antes de calculados esses índices, cancelasse 90% das bolsas de iniciação científica, subiria 11 posições. Portanto, estão estimulando algo que não é o que gostariam, em especial porque o indicador 2 pode ser negativo. E se o indicador é multiplicativo, qualquer mudança feita em um desses índices, em especial o que permite controle, que é iniciação científica, o reduz, dividindo-o por dez, o que divide também o resultado total por dez. E se a unidade está com índice negativo, ele se torna menos negativo, o que significa se aproximar do zero e subir no *ranking*. No exemplo que citou, a Feec deixaria de ser a 20^a colocada e passaria a ser a 9^a. Então, gostaria de entender o que compreendeu errado em relação a esses

índices, porque sua conta, realmente, o deixou muito preocupado. O Conselheiro MARIO JOSÉ ABDALLA SAAD diz que votará a favor da proposta, apesar de não concordar com ela. Acredita que não possuam alternativa, mas não pode deixar de comentar alguns aspectos. O grande problema é a questão dos critérios; é necessário que eles sejam analisados de forma cuidadosa, porque quando chega o momento da distribuição de vagas, as unidades irão disputá-las, e se não houver critérios objetivos, fica bastante difícil. Entende que a comissão fez um esforço muito grande, mas quando há a menção de se tentar uma correção histórica, acha importante que tenham ideia de como funciona uma universidade no exterior. Acha que as pessoas não compreendem, por exemplo, por que uma faculdade de Medicina necessita de muitos docentes. Qualquer instituição do exterior possui um número muito grande de professores, e a Unicamp talvez tenha a faculdade de Medicina com o menor número de docentes no Estado de São Paulo, apesar de ainda assim conseguir fazer um excelente trabalho. Algumas pessoas se

espantam com o fato de a FCM ter trezentos docentes e ainda considerar que esse número não é suficiente. Mas se pegarem como exemplo a Faculdade de Medicina de Harvard, que é a melhor do mundo, ela tem 16 mil professores. A relação é inversa: não é docente por aluno, é aluno por docente, porque há um serviço no hospital que tem de ser tocado, há os residentes, a pesquisa, as especialidades. Para ensinar um aluno a operar, não adianta um docente apenas; às vezes é preciso três – o anestesista, o cirurgião e o auxiliar da cirurgia. Quer dizer, são particularidades difíceis de serem discutidas aqui, mas que podem ser mais bem compreendidas se analisarem como isso funciona no mundo. Então, percebe que houve uma tentativa de fazer correções históricas, mas a FCM perdeu muitas vagas ao longo do tempo. Em 2000, ela possuía 408 professores, e agora está com cerca de trezentos. Ela perdeu dezenas de docentes e a reposição está sendo feita com quatro vagas, sendo uma para o curso de Fonoaudiologia e uma para o curso de Farmácia. Então, sua primeira proposta é que recomecem a discussão, não apenas

com base em índices, mas no que é tradicional nas universidades no mundo. Porque há casos em que não podem dizer que farão diferente dos outros, pois há coisas já estabelecidas e precisam entender por que foram feitas dessa forma. Não quer copiar nenhuma instituição, mas a Unicamp possui cinquenta anos, ao passo que algumas universidades possuem oitocentos anos de experiência. Acredita que devam se atentar para as experiências do mundo, para que não achem mais que a FCM tem muitos docentes. Outra sugestão é que as vagas sejam distribuídas por curso, pois considera penoso ter vagas ampliadas dentro de uma mesma faculdade, mas já destinadas a cursos específicos, no caso da FCM, Fonoaudiologia e Farmácia, que receberam uma vaga cada um. Restam, portanto, duas vagas para a FCM, que terão de ser divididas entre 15 departamentos, o que é uma missão muito difícil. Votará a favor, pois não tem alternativa, mas deixa essas sugestões, porque as comissões, embora tentem estabelecer o melhor critério possível e trabalhar de maneira isenta, às vezes, ao invés de promover a justiça, acabam

promovendo uma injustiça ainda maior, por não compreensão mais ampla do fenômeno de como funcionam as universidades no mundo. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que está ouvindo com muito cuidado e procurando apreender positivamente as críticas e sugestões. Mas o que a deixou preocupada é que a subcomissão preparou alguns gráficos para dar uma ideia de padrões adotados como referência. Ficou assustada com o entendimento de muitos colegas de que foram esses números que determinaram a proposta de atribuição de vagas. A subcomissão procurou explicitar alguns critérios que historicamente têm sido entendidos como fundamentais no desenvolvimento das unidades. Levantou esses dados e fez as primeiras contas sem identificar as unidades, para entender o processo. Estabeleceu um tipo de modelo para ser usado como referência, mas todas as decisões foram tomadas já de posse da documentação encaminhada por todas as unidades, após análise qualitativa das solicitações, inclusive analisando qualidade dos cursos de pós-graduação, pesquisa, produção,

internacionalização, porque nas questões encaminhadas pela subcomissão a unidade podia deixar claros esses itens. Então, isso foi considerado; os números foram levantados simplesmente para um padrão de análise. Respondendo ao professor Rodolfo, diz que a classificação não significa que as unidades com índices negativos são piores, mas que de acordo com os indicadores adotados chegaram àquele resultado numérico; entretanto, não foi somente ele que definiu a proposta. Consideraram o problema da licenciatura, dos programas de pós-graduação, da produção científica, da qualidade dos cursos de pós-graduação. E estar com índice negativo aqui não significa que a unidade é ruim; a vizinhança do zero foi adotada como padrão de normalidade, mas poderiam ter adotado outro número como padrão. Negativo significa estar abaixo da média de necessidade, e positivo, acima da média, de acordo com os critérios, com os dados encaminhados pelas unidades. Por exemplo, o professor Rodnei explicitou que a FEM solicitou sete vagas e a proposta foi de uma vaga. O professor Rodnei era, de fato, membro

não apenas da CVD, mas também membro da subcomissão da CVD, porém lamentavelmente não pôde comparecer às reuniões, apenas na final, na CVD. E os processos foram todos analisados por dois membros, mas os números foram produzidos depois. Cada solicitação foi analisada por um diretor ou um membro da comissão da área e de outra área, e a subcomissão analisou o parecer desses assessores. No caso da FEM, por exemplo, foi analisada por um membro da comissão e pelo diretor de uma faculdade mencionada pelo professor Rodnei na solicitação. E após as análises estatísticas e numéricas, a proposta final foi o resultado de uma análise de mérito, e também comparativa com as outras unidades. Por exemplo, a FCM solicitou 51 vagas, de um total de 59 a serem distribuídas entre as unidades. Já o IEL solicitou duas. Então, houve unidades cuja solicitação era explícita em relação a uma necessidade para este processo de atribuição de vagas. E a própria FCM mencionou em sua solicitação um número de vagas para os cursos de Farmácia e Fonoaudiologia. Portanto, a subcomissão não inventou nada,

ela analisou de acordo com a solicitação. O IB solicitou 14 vagas, e a FOP solicitou quatro, mas ambas explicitaram qual seria a necessidade exata para três ou quatro anos. O IFCH solicitou 17 vagas, mas era uma solicitação geral, ou seja, o número de docentes de que o Instituto precisa para repor seus quadros. O professor Daniel também se referiu a algo importante, que são as disciplinas oferecidas como disciplinas de serviço. Tudo isso foi computado nos números. O Imecc, que recebeu quatro das 15 vagas solicitadas, sem dúvida é a unidade que ministra o maior número de horas-aula de serviço: 20% da atividade didática da Unicamp é exercida pelo Instituto, e isso foi contemplado na análise realizada. O professor Rodnei e a professora Rachel mencionaram que a evolução do número de vagas parece não estar contemplada. Entretanto, o indicador 2 teve como objetivo justamente tentar capturar em um dado, para depois ser analisado qualitativamente em termos de evolução, o aumento do número de alunos, incluída a pós-graduação, e a diminuição do número de docentes. Então, a observação do professor

Rodolfo sobre a exclusão do indicador relacionado à iniciação científica no último ano geraria um reflexo muito pequeno, porque a análise foi feita de 1990 a 2013, e tudo o que for excluído prejudica a unidade. Esclarece ainda que o ProFIS está contemplado nos dados encaminhados pelas unidades. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO pergunta se os dados de iniciação científica vêm desde 1990. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que na verdade é mais recente, porque não possuíam os dados mais antigos. A Conselheira RACHEL MENEGUELLO pergunta se então os dados são referentes a um ano apenas. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO confirma que sim, pois não possuíam os dados anteriores. Em relação à FT e FCA, elas foram tratadas de forma diferenciada quando foram atribuídas 26 e 11 vagas, respectivamente. A subcomissão tentou incorporá-las à análise, mas não foram produzidos índices e curvas relativos a elas porque são unidades muito recentes e não possuíam dados sobre o período analisado. E esclarece que elas não ficaram fora da análise, a solicitação foi, sim,

considerada, entendendo que as três vagas e seis, respectivamente para a FT e a FCA, estabelecidas no ano passado, eram compatíveis com o que poderiam distribuir. E a FCA, além da distribuição, no ano passado recebeu uma vaga adicional justificada como a contratação de um professor para a área de Direito que também contribuiria com carga didática para a FT e para o IE. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE diz que existe uma diferença de princípio entre a FT e a FCA quanto a essas vagas. Na FCA, foi realizado um reestudo para as vagas, considerando a situação da Faculdade, mas ela não criou nada novo nesse momento. Já no caso da FT, foi aumento de carga didática, então aquelas 11 vagas são para atender a esse aumento decorrente da reestruturação. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que recorda que o argumento da FT não foi simplesmente aumento de carga didática, mas também nova responsabilidade. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE diz que possui todos os documentos, até porque foi muito cobrado pela Administração anterior para justificar as

vagas do aumento da carga didática, e não de demanda histórica. A Conselheira ÍTALA MARIA LOFFREDO D'OTTAVIANO diz que, com relação à Faculdade de Enfermagem, todos os membros da subcomissão se lembraram que, de fato, quando ela foi criada, foi afirmado neste Consu que não haveria necessidade de contratações. Mas a Faculdade encaminhou um longo documento muito bem justificado demonstrando que isso não correspondia às suas necessidades. E a subcomissão também recomendou que haja um tratamento especial com a FEnf, da mesma forma que foi feito com a FCA e a FT. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que também ficou desapontada com a posição do IEL nesse *ranking*. O Instituto solicitou apenas duas vagas porque ela participou da CVD em anos anteriores e conhece a dificuldade de se fazer essa distribuição de vagas; por isso o IEL sempre envia uma avaliação bastante realista. Sabia que seria difícil obter mais do que duas ou três vagas, mas esperava que essas duas solicitadas nesta distribuição fossem aceitas. Acha que três

indicadores são insuficientes para contemplar todas as especificidades das unidades. A Deliberação Cepe-A-011/99 é um problema para o IEL, por conta do número de alunos nas disciplinas, por exemplo. Recorda-se que outros critérios também eram utilizados na CVD exatamente por conta das especificidades das unidades. A professora Ítala disse que foram utilizados esses três indicadores, mas também outros critérios, e pergunta qual foi o peso atribuído aos indicadores em relação aos critérios, porque, pelo que entendeu, foram eles que definiram a classificação. A Conselheira LILIANE MARIA FERRARESO LONA diz que sua manifestação vai no sentido de tentar ajudar a entender esses critérios. Observou que muitas unidades estão com o IS negativo, que é calculado pela fórmula $IS=2xCD+4xDE+1xINI$. O único lugar onde pode haver um número negativo é o DE, porque os parâmetros CD e INI são positivos. E se observarem a equação do DE imaginando que uma unidade, desde 1990, tenha mantido o número de docentes e alunos, o DE corresponderia a zero, não seria negativo. Acha que o que

está acontecendo é que, por exemplo, uma unidade que tenha aumentado seu número de alunos com a criação do curso noturno, passando de setenta para 110 estudantes, teve sua carga didática dobrada, mas nenhum curso dobrou o número de docentes. No caso da FEQ, por exemplo, houve um aumento de quarenta vagas com a criação do curso noturno, e a carga didática foi dobrada, porém o número de alunos não dobrou. Já o aumento do corpo docente foi de aproximadamente 30%. Se por acaso o aumento de número de docentes for maior que o número de alunos, a unidade fica com índice negativo, apesar de estar tendo uma carga didática dobrada. Então, acha que é isso que está ocorrendo com muitas unidades que aparecem com índice negativo na tabela. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO diz que, como seus predecessores, reconhece a dificuldade de estabelecer critérios para julgar este tema e também considera que o indicador apresentado ficou confuso, pelo mesmo motivo apresentado pela professora Liliane. Fazendo as contas, tem a impressão de que os dados

apresentados na tabela das folhas 77 e 78 somam zero. E se eles somam zero, o IS que aparece na coluna dessa tabela não é exatamente o IS que aparece às folhas 73, até porque, para que esse coeficiente seja negativo, apenas duas coisas podem ter acontecido: o número de alunos aumentou menos que o número de professores, ou o número de alunos e de professores diminuiu. Só há essas duas possibilidades, mas pelos gráficos demonstrados pela professora Ítala nenhuma delas parece ter acontecido; o que parece é que o IS que consta lá na frente é um número que soma zero. Ou seja, depois de calcular o índice IS, que aparece às folhas 73, foi feita alguma conta para que a soma dos índices das unidades todas fosse zero e é por isso que algumas unidades aparecem com número negativo e outras com número positivo. Quer dizer, o número negativo ali é desvio com relação à média dos índices. Aquele índice, apesar de aparecer descrito como IS, não corresponde ao IS que aparece anteriormente, às folhas 73, mas a um desvio do IS das folhas 73 com relação à média. Se entendeu bem, não tem uma crítica com relação

aos indicadores isoladamente, mas com relação aos pesos, como já foi aqui comentado. Supondo que haja um aumento de 100% da carga média didática em uma unidade, entendendo-a como número de créditos dividido por número de professores, e ela tenha passado de oito para 16, o aumento foi de oito. Se isso for multiplicado pelo índice da carga didática, a unidade teve um aumento de 16. Se, por outro lado, o número de professores ficar constante e o número de alunos dobrar, o índice dessa mesma unidade aumenta em quatrocentos. Então, quando a unidade aumenta o número de alunos, ela não aumenta proporcionalmente a carga didática, porque esta é compartilhada com outras unidades, mas o fator dela aumenta em quatrocentos. Por outro lado, se a carga didática dobrar, a alteração será proporcionalmente muito menor. Isso ocorre porque há um fator de escala no item 2, que é o fator cem, que aparece embutido no próprio item, e depois há o fator quatro que aparece na fórmula do IS. Então, essa diferença que compõe o índice DE está sendo multiplicada por quatrocentos. Ou

seja, cada um dos três indicadores tem uma escala totalmente diferente e não foi feito nenhum esforço de uniformização, elas continuam diferentes e os valores foram somados sem levar isso em conta. É preciso tomar cuidado ao somar coisas que possuem escalas radicalmente diferentes porque, por exemplo, como mencionou, se houver um aumento de 100% do número de alunos, a carga didática não aumenta em 100% e o fator aumenta em quatrocentos, e mesmo que a carga didática seja toda atribuída a outra unidade, nessa outra unidade o aumento vai ser de oito. É uma diferença de grandeza espantosa. Está apenas fazendo uma sugestão para que, em um cálculo futuro, isso seja uniformizado. Além disso, como muitos outros conselheiros também já se referiram, acredita que um número maior de indicadores ajudaria bastante a diminuir essas divergências. Além disso, considera interessante que visualizem o índice antes e depois da inclusão dos professores, para analisarem se não foi provocada uma distorção ainda maior. É bem possível que fazendo a conta antes e fazendo a conta depois

dos indicadores, em lugar de ter aproximado as unidades, as tenham afastado, e se isso se comprovar, os indicadores estão aumentando a divergência, e não contribuindo para a melhoria da Universidade como um todo. Não tem certeza porque não possui os indicadores individuais, mas teme que isso tenha acontecido. Quer dizer, tem a impressão de que a Universidade ficou mais desigual depois dos indicadores do que antes. Porque se há dois dados com uma diferença muito grande e o que está no rodapé é mais favorecido percentualmente do que o que está na ponta, a divergência é ampliada. Sugere também que depois de concedidas as vagas, segundo os dados da tabela, apenas como um exercício final, observassem se isso não produziu um resultado mais distorcido ou mais disparatado do que o original. Se tiver acontecido, não quer dizer que tenham feito algo errado, mas que talvez os indicadores utilizados ou tenham um problema de escala, ou não estejam perfeitos, e que é preciso incluir alguns indicadores na lista. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO diz que também está com

dificuldade de entender. Sua primeira dúvida é por que esses indicadores foram propostos depois que aconteceu o evento. Quer dizer, entende que o indicador sempre deve ser amplamente divulgado, mas no momento em que é apresentado o indicador de algo que aconteceu no passado e cuja regra ninguém conhecia, isso fica obscuro. Agora, por exemplo, está difícil de saber o que falta para cada unidade melhorar o seu desempenho. Sentiu falta aqui, até para analisar os resultados de cada uma das unidades, quais foram esses números, se foi o critério das bolsas de iniciação científica que pesou, ou o da carga didática, se foi a variação de vagas; esse dado não aparece. Outro ponto, reforçando o que a professora Rachel mencionou, já possuem no orçamento qualificado um número muito grande de indicadores para cada unidade, seja de desempenho na graduação, seja de desempenho na pesquisa. E se faltam indicadores, que fossem aprimorados aqueles já existentes, e não criado um critério com apenas três indicadores, com fator de normalização, e sendo colocado posteriormente à análise.

Portanto, está bastante insatisfeito com a proposta e, em princípio, votará contrariamente a ela. O Conselheiro PETER ALEXANDER BLEINROTH SCHULZ diz que decidiu se inscrever porque a FCA foi mencionada algumas vezes durante a argumentação. Pede desculpas à professora Ítala, pois afirmou que a Faculdade não recebeu nenhuma vaga extra em 2013, mas em 2012, sim. Hesitou muito em fazer um pedido para a FCA por conta das 26 vagas, para as quais há um prazo para cumprir. Uma dessas vagas se refere à disciplina de Direito, entretanto, os dois professores dessa disciplina lotados na FCA dão conta de uma carga de disciplinas de serviço nas Engenharias, no IE, na FT, além de atuarem na FCA, nos cursos de Administração. Antes as disciplinas no *campus* de Barão Geraldo eram ministradas por horistas, uma situação que, na gestão passada, a PRG começou a equacionar. Entretanto, cada um desses dois docentes será responsável por 16 horas-aula, em nove disciplinas diferentes, em quatro unidades diferentes, em duas cidades distintas. Então, é uma situação que, no médio

prazo, terá de ser solucionada de alguma forma, talvez com um professor de Direito lotado em Barão Geraldo para compartilhar isso, mas não necessariamente com a atribuição de uma vaga para a FCA. De todo modo, considera que com a utilização de números indicadores dificilmente se chega a um consenso. Por exemplo, quando surgiu o índice H, houve vários *papers* criticando-o ou propondo melhorias. O professor Daniel mencionou, por exemplo, o número de matrículas, que é um dado importante. Também compartilha uma informação nesse sentido: no primeiro semestre de 2013, foram realizadas na Unicamp 90.944 matrículas, sendo 12 mil na FCA, que é líder do *ranking*, seguida pelo Imecc com 8.250, pela FT com sete mil, e em seguida FCM, FEM, IA e IFGW, que tinha, para seu espanto, cerca de 4.900 matrículas no primeiro semestre deste ano. Porém, esses números podem flutuar e são difíceis de serem usados como critérios. Declara que votará a favor da proposta, pois concorda com o professor Mario que não possuem alternativa. O Conselheiro ADALBERTO BONO MAURIZIO SACCHI BASSI diz que muitos

dos pontos que iria abordar já foram colocados pelos conselheiros que o antecederam. Então, se aterá apenas ao fato de ter, durante longo tempo, participado do GT do Consu para a FCA e, portanto, conhecer razoavelmente a situação em Limeira, inclusive da FT. Considera que o professor José Geraldo está completamente correto. Em primeiro lugar, porque a FT não é uma unidade nova, apenas mudou de nome. Em segundo lugar, porque as vagas que foram colocadas para a Faculdade foram específicas e justificadas para um determinado aumento de carga, portanto, acha que a exclusão da FT foi completamente equivocada. A Conselheira GLÁUCIA MARIA PASTORE diz que ouviu atentamente todas as falas e irá relatar um pouco de sua experiência como diretora que aguardava essas informações de vaga em anos anteriores. Não se recorda de nenhuma atribuição em que tenha ficado satisfeita; em todas elas houve uma sensação de injustiça, e acha que isso perpassa por muitos diretores aqui, hoje. O que acontece é que, realmente, é sempre difícil selecionar e considerar todos os

itens importantes em relação à atribuição de vagas de uma ou outra unidade ou da Universidade como um todo. Parabeniza essa subcomissão porque ela foi muito corajosa e ousou considerar outros aspectos. E acha que a rediscussão dos aspectos envolvidos com a avaliação acontecerá sempre, pois devem aprimorar cada vez mais. Os conselheiros mais antigos no Consu se recordam de que, muitas vezes, as vagas eram divididas igualmente entre as unidades, e era preciso se conformar com uma vaga quando a unidade sabia que precisava de oito, sete, seis e assim por diante. Então, saúda este atual trabalho. Obviamente, todas as manifestações têm muito a contribuir para que repensem o processo continuamente. Por exemplo, o fato de terem analisado as bolsas de iniciação científica é um bom começo, e podem incluir outros índices. Mas enquanto a deliberação de 1999, já citada por alguns conselheiros, permanecer em vigor, terão alguns problemas. Portanto, ela deve ser discutida e alterada, mas agradece a subcomissão e a CVD por terem trazido a discussão até aqui. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz

que já fez parte da CVD, por isso reconhece a dificuldade do trabalho. Na verdade, não vai se ater a nenhum caso ou comentário específico. Pergunta se está correto o seu entendimento de que estão em um processo de certificação dos docentes por unidade. Havia entendido que o número de docentes definido para a Universidade era de dois mil, e todos seriam substituídos automaticamente em caso de aposentadoria, demissão ou falecimento. Então, entende que esses 59 estão dentro dos dois mil. O MAGNÍFICO REITOR diz que são 131 reposições automáticas mais 59 vagas. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que da mesma forma que houve a certificação das unidades do ponto de vista dos servidores não docentes, estão certificando as unidades do ponto de vista dos servidores docentes. Esta lhe parece ser uma oportunidade única, rara, de que isso seja feito com critérios sólidos. Então, toda esta discussão talvez venha no sentido de que, a partir de janeiro, iniciem uma ação que analise a situação atual, verificando essa certificação, utilizando uma gama de índices mais ampla e, se for o caso,

considere que essas 59 vagas não estão definitivamente distribuídas, que elas podem considerar essa certificação, porque, caso contrário, simplesmente fecham a questão aqui e distribuem as 59 vagas da forma proposta. Então, poderiam deixar essa folga, distribuindo as 59 conforme a proposta e contando com as vagas de reposições automáticas que ainda virão. E continuariam na busca de um corpo de índices que os deixe mais confortáveis. Acha que essa certificação do número de docentes, que entende que exigirá que a cada cinco anos talvez seja feita alguma revisão, tem a ver com certa dinâmica das unidades, mas que não ocorre ano a ano. Aqui, na verdade, estão dizendo que daqui a tantos anos estarão em uma certa situação, porque um docente vai ser contratado, vai entrar na unidade, trabalhar, gerar *papers* ou então não vai dar certo, vai sair, portanto, é um processo longo. E as unidades também. A Feec, em 2000, tinha cerca de 115 docentes, hoje são aproximadamente noventa. Então, votará favoravelmente à proposta, pois reconhece o trabalho realizado, conhece a dificuldade, mas poderiam aprender com

todas essas observações e, utilizando índices que já são gerados, fazer um estudo de caso. A discussão trouxe elementos bastante interessantes de Estatística, Matemática, e acredita que poderiam ir em busca de índices mais robustos. Sempre estarão insatisfeitos, porque há diferentes perspectivas, isso é inegável, mas com um maior número de índices talvez se sintam mais confortáveis, porque entende que essa é uma discussão que não ocorrerá de forma tão frequente. A Universidade já terá os dois mil docentes e as reposições serão automáticas. Então, poderiam fazer um esforço de verificação dessa certificação que vai exigir um rearranjo interno, já que não querem passar dos dois mil, mas acha que podem fazer esse esforço, há tempo para isso. O Conselheiro ROBERTO PEREZ XAVIER diz que acompanhará a fala do professor Léo repetindo que realmente não é um exercício fácil a busca por critérios que sejam homogêneos e satisfaçam a maioria, o que é complicado, independentemente dos indicadores adotados, em função da diversidade existente na Universidade. É claro que se

solidariza com aqueles que, de certa forma, criticaram os critérios aplicados. Foi um dos membros da subcomissão e considera que ela fez um bom trabalho, mas entende que as unidades não contempladas se sentem desapontadas, e conhece isso de perto, pois o IG sempre esteve no fim da tabela, durante muitos anos, independentemente dos critérios adotados. Na distribuição de vagas do ano passado, o IG não recebeu nenhuma, entrou com recurso, mas não obteve resultado. Portanto, respeita a opinião dos colegas que votarão contrariamente à proposta, mas solicita que se lembrem que indiretamente também estarão penalizando aquelas unidades que foram contempladas. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI diz que algo que se depreende dessa discussão é a gritante falta de professores na Universidade, problema a que o movimento estudantil se refere constantemente. Os estudantes não possuem balizamento para definir qual índice é melhor, qual forma de distribuição é a mais adequada, por isso votarão favoravelmente à proposta. Primeiro porque a falta de professores precisa ser

sanada urgentemente; depois, porque não surgiu nenhuma outra proposta de distribuição ou, pelo menos, nenhuma outra forma de metodologia foi aqui colocada. Mas deixam claro que é preciso haver uma contratação massiva de professores. Fizeram uma comparação entre o número de docentes em 2009 e em 1989, ano em que a Universidade conquistou sua autonomia, e verificaram que seria necessário contratar 1.340 professores para igualar esse patamar. E certamente hoje essa diferença é ainda maior. O Conselheiro ALVARO PENTEADO CRÓSTA diz que as críticas feitas são bem-vindas, pois sempre podem melhorar critérios, principalmente quando se trata de indicadores, embora, como muitos conselheiros afirmaram, nunca seja simples estabelecê-los. E certamente há uma tendência dos diretores de ter uma sensibilidade maior em relação a suas próprias unidades, ao passo que o trabalho da subcomissão é analisar o conjunto e detectar quais as que possuem necessidades maiores. Em que pese a necessidade de aperfeiçoamento, de aumento do número de critérios, a proposta desta

subcomissão conseguiu chegar a um quadro que ele, como membro de outras CVDs e subcomissões da CVD no passado, vê como um avanço. Em anos anteriores, a distribuição era de uma ou duas vagas para cada unidade, depois as remanescentes eram distribuídas, sem critérios objetivos. Talvez os critérios adotados não tenham sido os melhores, mas ao menos partiram de alguns, e eles realmente podem ser um ponto de referência para um aperfeiçoamento futuro. Ressalta que as 59 vagas que estão sendo discutidas aqui não são as únicas disponíveis para reposição de quadro docente, pois há 71 vagas de reposição automática, que somadas às 59 resultam em 130. Isso é um avanço histórico na reposição de quadro docente na Universidade, é um número muito significativo que nunca alcançaram em anos recentes. Como a professora Gláucia já se referiu, muitos diretores não ficam satisfeitos; ele próprio, quando era diretor, também passava por esse descontamento, pois o IG, que possui cinquenta docentes, recebia uma ou duas vagas, no máximo, mas no ano passado não recebeu nenhuma, como já citou o professor

Roberto Xavier. Em relação a um dado citado pelo professor Daniel de que algumas unidades receberão o equivalente a 10% do seu quadro docente e outras 1%, em princípio, o objetivo era justamente este, tentar identificar quais precisavam de um equilíbrio maior em relação às outras. Essa diferença se deve a um ponto a que já se referiu em sua fala inicial, de que em alguns casos o tamanho e a idade das unidades influenciou. Mas são poucos casos, concentrados nos pontos extremos. Concorde com o professor José Geraldo no que diz respeito à questão das diferenças entre as carreiras MS e MTS. Inclusive já comentou com ele em outra oportunidade que provavelmente terão um problema futuramente na FT, porque a reposição é garantida apenas para as vagas de docentes da carreira MS, e a FT tem um percentual ainda muito expressivo de docentes MTS, então, isso certamente terá de ser analisado como um caso à parte, para que não haja uma distorção no futuro. Quanto à questão de os diretores conhecerem e discutirem previamente a proposta, essa é a ideia da composição da CVD, onde se

reúnem diretores que representam as respectivas áreas, portanto pressupõe-se que haja um contato daqueles diretores representantes das áreas e seus representados, para que cheguem aqui com conhecimento do que foi discutido tanto na subcomissão quanto na própria CVD. Talvez isso não esteja ocorrendo em todos os casos, e mais uma vez faz um apelo para que haja uma interação maior nesse sentido para que, não apenas na CVD, mas em outras comissões, seja possível chegarem aqui com os critérios e a discussão já conhecidos. Em relação à revisão da Deliberação Cepe-A-011/99, concorda que ela deve ser revista, pois contém distorções históricas notáveis, entretanto é a norma vigente e tem de ser considerada quando são utilizados indicadores que levem em conta a questão da carga didática. O MAGNÍFICO REITOR diz que, apesar do longo debate, não foi apresentada nenhuma nova proposta, o que indica que não estão diante de um problema simples. Houve várias críticas, algumas mais outras menos contundentes, muitas observações pertinentes foram feitas, mas não houve

nenhuma proposta de melhoria. Acha que os três indicadores utilizados mereceriam uma atenção maior, um aprofundamento mais detalhado, e como foi exemplificado por vários conselheiros, muitos outros indicadores poderiam ser introduzidos, assim como um ajuste mais fino dos pesos atribuídos. Portanto, há muitos aspectos que poderiam ser discutidos para que caminhassem para um sistema de distribuição de vagas que deixasse os diretores mais satisfeitos. Entretanto, se esse aperfeiçoamento for proposto agora, a decisão sobre a distribuição teria de ser adiada, e como não é um trabalho simples, tem dúvidas se conseguiriam fazer isso até a próxima reunião do Consu, o que significaria não ter essas contratações em 2014. Isso se justifica por algo que talvez tenha passado despercebido, que é o fato de o ano que vem ser ano eleitoral, o que exigirá que as homologações de concursos sejam feitas até o dia 04 de julho. Esse também é o motivo pelo qual o calendário das câmaras está levemente diferente, para que possam fazer as coisas a tempo. Se pesarem todos os argumentos colocados

aqui, considera preferível que a matéria seja submetida hoje à votação, para produzir os efeitos positivos dessas 59 contratações. Paralelamente, estabeleceriam um grupo de trabalho para discutir, *a priori*, indicadores de contratações docentes. Não acha interessante informar previamente os resultados dos estudos para facilitar a aprovação; considera melhor que antes sejam definidos os indicadores e o resultado encontrado seja baseado neles. Então, sugere a criação de um grupo de trabalho que aprofunde esse assunto, incluindo representações de todas as áreas, para que em uma próxima oportunidade possam aplicar os critérios com bastante segurança. E, respondendo ao professor Léo Pini, no fundo, formalmente ainda não é uma certificação, é quase como se fosse, portanto, poderiam caminhar nesse sentido. Lembra ainda que dois mil docentes não é o número de docentes que a Unicamp gostaria de ter, ela gostaria de possuir mais, mas o orçamento ainda não permite isso. Então, não havendo propostas, encaminhará à votação o parecer da CVD que consta da pauta e talvez em fevereiro, nas reuniões da CAD e

Cepe, já consigam compor esse grupo de trabalho. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE pergunta qual o procedimento para fazer a declaração de voto. O MAGNÍFICO REITOR responde que o procedimento é entregá-la por escrito à Secretaria Geral; além disso, se o professor desejar, pode externalizar o conteúdo agora. O Conselheiro JOSÉ GERALDO PENA DE ANDRADE diz que apenas deseja deixar claro que não votará contrariamente às unidades que estão recebendo vagas; o seu descontentamento se deve ao fato de a FT não aparecer no *ranking*, o que solicita que aconteça no próximo ano. O MAGNÍFICO REITOR diz que não é possível garantir isso para o ano que vem, porque não sabem se haverá vagas para distribuir, mas certamente será feito na próxima oportunidade. Não havendo mais observações, submete à votação a proposta da CVD de distribuição de cargos de professor doutor nível MS-3 para as unidades de ensino e pesquisa, sendo aprovada com 5 votos contrários e 5 abstenções. Portanto, a distribuição das 59 vagas ficou assim definida: FCM: 4, sendo 1 para o curso de

Farmácia e 1 para o curso de Fonoaudiologia; FEF: 3; FOP: 4; IB: 4, sendo 1 para o curso de Farmácia; FEnf: 5; IFGW: 1; IG: 5; Imecc: 4; IQ: 3, sendo 1 para o curso de Farmácia; FE: 4; IA: 3; IE: 2; IEL: 1; IFCH: 3; FCA: zero; FEA: 3; Feagri: 2; FEC: 3; Feec: 1; FEM: 1; FEQ: 1; FT: zero; IC: 2. A declaração de voto encaminhada pelo professor José Geraldo segue transcrita: “Declaro ter votado contrário à distribuição de vagas docentes MS-3.1 por não concordar com a FT ter ficado fora do *ranking* feito pela CVD.” Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa à discussão do item 01 do Adendo à Ordem do Dia – Proc. nº 01-P-19926/13 –, que trata do relatório da Comissão de Acompanhamento da Eleição de representantes discentes da Graduação junto ao Consu e CCG, realizada nos dias 11 a 14.11.13, para mandato de 01 ano, a partir de 1º.01.14. Informa que o destaque foi solicitado pela Mesa em razão do resultado da eleição, pois o quórum obtido, ou seja, percentual de votantes, permitiu apenas a eleição de quatro dos cinco representantes a que tem direito a representação discente da graduação. A

Deliberação Consu-A-07/07 estabelece que, não sendo preenchidas as cinco vagas, seria possível colocar um representante da pós-graduação para suprir essa vaga faltante. No entanto, se isso for feito, estarão descumprindo outro item da Deliberação, que é o de que não pode haver dois representantes titulares eleitos da mesma unidade. Então, pelas regras existentes, seriam eleitos quatro titulares da graduação mas não poderia assumir mais um titular da pós-graduação porque ele seria de uma unidade já representada na pós-graduação. A comissão de acompanhamento foi formada pelos professores Matilde e Teixeira Mendes, os servidores Iuriatan e Adilton e os acadêmicos Bruno e Jean. Consulta se algum membro da comissão deseja fazer alguma observação. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que falará em nome da comissão. A votação e a apuração transcorreram em clima de tranquilidade, sem ocorrências. A votação ocorreu entre os dias 11 e 14 de novembro, a apuração no dia 15 e o resultado foi enviado por *e-mail* para a Secretaria Geral no dia

19 de novembro. A comissão se reuniu no dia 03 de dezembro para reiterar a necessidade de que fosse apresentada uma Ata e as listagens da votação, como consta na Deliberação Consu-A-07/07. O DCE, então, protocolou no dia 05 de dezembro cópias das listagens, enviou uma planilha, mas não enviou uma Ata. A comissão se reuniu mais uma vez e constatou que, realmente, a eleição não alcançou o quórum mínimo de 30%, que considera bastante exigente, mas apenas 25%, e havia mais de um estudante eleito pertencente à mesma unidade, o que também contraria a Deliberação. Então, a comissão encaminhou uma consulta à PG sobre como proceder diante dessas questões, e o parecer recomendou que a comissão devolvesse a documentação ao DCE, que deveria encaminhar uma nova listagem que obedecesse às normas previstas na Deliberação. Entretanto, o DCE enviou um documento ratificando os cinco nomes, sendo dois da FE, assim como os nomes para representação junto à CCG. Portanto, o impasse permaneceu e por isso decidiram trazer a questão para o Consu. Para resolver isso, a exigência

de 30% de quórum precisaria ser alterada, o que não parece adequado fazer hoje, aqui. O MAGNÍFICO REITOR confirma que não há possibilidade de isso ser feito hoje. A Conselheira MATILDE VIRGINIA RICARDI SCARAMUCCI diz que a comissão sugere que, já que essa é uma questão antiga dos estudantes, seja proposta ao longo do próximo ano uma alteração dessa Deliberação para que o quórum seja reduzido a 15%, como o DCE sugere no seu documento. No entanto, não podem fazer nada a esse respeito no momento, a não ser que contrariem a Deliberação Consu. O MAGNÍFICO REITOR observa que a Deliberação é do Consu, portanto, se o Conselho quiser contrariá-la ou excepcionalizá-la, poderá, embora evidentemente não seja a prática mais adequada. Uma alternativa seria apreciar essa Deliberação no próximo Consu com essas duas alterações. Estão falando de um problema que tem duas partes: o quórum é suficiente para quatro, não para cinco representantes; além disso, persiste o problema de haver dois estudantes da mesma unidade. Ou podem, se o Consu assim entender, flexibilizar a Deliberação,

mantendo a indicação da forma como foi feita pelo DCE. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que este assunto volta à baila todos os anos e já se tentou flexibilizar o fato de que repetidas vezes há uma decisão unilateral de não aceitar as regras do Conselho Universitário. Acha que isso não é possível, uma vez que flexibilização é algo que não se aplica com relação a regras vigentes, principalmente no que diz respeito a haver mais de um estudante da mesma unidade, que pelo que se recorda ocorreu no ano passado ou retrasado. Portanto, não é um fato novo, não é surpresa para ninguém e deveria haver uma maior organização de todos os envolvidos para evitar que isso voltasse a acontecer. A lembrança que possui é que a última vez em que isso ocorreu foi estendido o mandato dos representantes discentes para que decidissem quem iriam indicar de cada unidade. Pode ser que não seja o mesmo caso, mas se recorda de repetidas e constantes manifestações de várias comissões que acompanham eleições discentes de graduação, principalmente com relação à flexibilização de regras. Isso não pode ser uma

prática comum, pois ela pressupõe que as regras não valem para a representação discente. Elas valem para a representação dos servidores, para a representação docente, para a consulta a Reitor, então não entende por que não vale para a representação discente, e pergunta como pode ser evitada a repetição dos mesmos incidentes. Sempre se propõe que a regra definida pelo Consu não pode ser aplicada porque há questões excepcionais, entretanto a aprovação da atual legislação teve participação de representantes discentes. O MAGNÍFICO REITOR diz que o ocorrido no ano passado de alguma forma se resolveu, porque, pelo menos teoricamente, a representação discente está completa, com os cinco estudantes de graduação e os quatro de pós-graduação. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que se recorda que foi estendido o mandato dos representantes até o Consu seguinte, para que não houvesse um vácuo de representação. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que, primeiramente, é interessante traçar um panorama geral de como são

realizadas as eleições da representação discente na Unicamp, que inclusive são acompanhadas nacionalmente pelo movimento estudantil, porque é uma das universidades em que há percentualmente maior participação dos estudantes, desde a organização do processo eleitoral, com a comissão eleitoral formada pelos centros acadêmicos, passando pelo processo, que é aberto à participação de todos os alunos. O processo eleitoral é organizado em conjunto com as eleições do DCE, o que facilita um processo de articulação dos estudantes, nos seus mais diversos espaços de representação, resultando em uma grande participação nas urnas. A Deliberação de 2007 foi elaborada pelos representantes discentes, inclusive no momento em que conseguiram retomar a organização do processo, pois no período de 2005 a 2007 as eleições da representação discente eram organizadas pela Secretaria Geral. Nessa época, a média de participação era de duzentos a trezentos estudantes, e nas eleições organizadas pelos estudantes aproximadamente quatro mil alunos participam do processo,

sem contar o número de estudantes que se dispõem a participar dos órgãos colegiados, que também é bem maior do que quando o processo era organizado pela Secretaria Geral. Acredita que o processo de eleição da representação discente da graduação deveria servir de exemplo para as eleições das outras representações. Tem certeza de que os estudantes da pós-graduação teriam totais condições de organizar o seu processo eleitoral. Inclusive no momento da homologação da representação discente da pós-graduação foi levantado como poderiam fazer com que um maior número de estudantes da pós-graduação participasse do processo de eleição. Se os próprios estudantes o organizassem, teriam muito mais condições de avaliar e construir um processo que esteja mais próximo da sua realidade. Em relação aos funcionários, no Congresso dos Trabalhadores da Unicamp deste ano foi aprovada uma resolução que coloca a proposta de organizar a eleição dos representantes dos funcionários de maneira muito semelhante à das eleições da representação discente da graduação, ou seja, em conjunto com a sua

entidade representativa, no caso o STU. Fazendo um paralelo entre os processos das duas representações discentes, nas eleições dos representantes da pós-graduação deste ano houve participação de 3% dos estudantes, ao passo que nas eleições da representação discente da graduação a participação foi superior a 25% dos estudantes. Portanto, não se pode questionar a legitimidade dessas eleições. Inclusive a ideia de organizar o processo em conjunto com o DCE se alinha com todos os fóruns e espaços de organização dos estudantes. No último congresso dos estudantes, foi aprovada uma proposta para que o quórum seja reduzido para 15%, mais adequado à realidade atual. É essa proposta que trazem aqui para o Consu. Considera importante levantar também outros pontos, como a expressiva participação dos estudantes no processo da consulta para reitor. Por tudo isso, acha que seria fundamental que o Conselho Universitário legitimasse a eleição, que foi muito aberta, como a própria comissão de acompanhamento colocou, não havendo inclusive nenhum recurso apresentado no processo de apuração, que foi muito

tranquilo para todas as chapas, para a comissão eleitoral, para os estudantes. É importante reconhecer a autonomia de organização dos estudantes. A proposta que estão apresentando ao Consu, por meio de ofício enviado pelo DCE, no dia 12 de dezembro, é que haja alteração da Deliberação Consu-A-07/07 tanto na questão do quórum, quanto na questão de não poder haver mais de um representante da mesma unidade, através da supressão do § 3º do Artigo 8º da Deliberação. O processo é organizado por chapas e não por votação individual nos representantes, então, para os estudantes é um item que não faz muito sentido, inclusive pela forma como organizam a representação discente. Concorda com o que a professora Claudia colocou que, sistematicamente, os estudantes problematizam esse item, porque realmente ele não está de acordo com a forma como se organizam, por isso a proposta de alteração. Vale retomar o exemplo levantado que já passaram pelo mesmo problema; na representação do ano retrasado, por exemplo, tiveram aqui duas estudantes do IFCH; na indicação deste ano, a

mesma questão foi problematizada e gerou uma longa discussão. Recorda que, mesmo em vigência, essa regra não tem funcionado, porque hoje os representantes titulares indicados para o Consu são os acadêmicos Icaro, Mariana, Bruno e ela, mas a Mariana e o Bruno não comparecem para que os outros estudantes possam estar nas reuniões. A Conselheira ISABELA CRISTINA RIGONATO AMANTE reafirma a questão levantada pela conselheira Diana de que todo ano ocorre o problema de haver mais de um representante da mesma unidade. Ele é recorrente porque, como a Diana também já mencionou, os representantes não são eleitos por unidades, mas por chapas, então, os estudantes votam em um programa que vai para além da sua unidade, é um programa para a Universidade. É muito importante que os estudantes que vão comparecer às reuniões, que vão acompanhar todo esse processo durante o ano, tenham a maior disponibilidade possível, e quando há muitas chapas concorrendo, como no caso deste ano, em que havia quatro, acaba ocorrendo de existirem pessoas das mesmas unidades.

Inclusive, no ano passado, sua chapa tinha apenas estudantes do IFCH disponíveis para participar da representação, então, se indicassem os dois representantes, os dois seriam do IFCH. Os estudantes votam com base nos programas apresentados pelas chapas, mas sabendo em quais representantes estão votando. Então, acha importante que os conselheiros entendam como funciona o processo e legitimem essa grande participação estudantil. Concorda com as propostas de alteração apresentadas, mas considera muito mais legítimo ter os cinco representantes da graduação do que colocar um representante da pós-graduação para ocupar essa vaga, até pela diferença no número de participantes nos dois processos. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que participou algumas vezes da comissão de acompanhamento da eleição para representante discente. No ano retrasado e no ano passado enfrentaram o mesmo conflito em relação a estudantes eleitos da mesma unidade. Concorda com a conselheira Diana que deve ser suprimida essa restrição da Deliberação. O MAGNÍFICO REITOR diz que as mesmas

questões foram levantadas em 2011 e 2012, no entanto ninguém propôs alterar a Deliberação para que o problema fosse resolvido *a priori*. E, agora, estão aqui com o fato consumado, diante de uma Deliberação que poderia ter sido alterada. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que era previsível que ocorressem problemas no processo como um todo, pois a eleição foi remarçada por conta de diversas atividades do movimento estudantil. Ela ocorreu em uma semana de provas, em uma véspera de feriado. Trabalhou na eleição e afirma que foi um processo com participação legítima. É uma eleição que chega até o estudante, que discute os problemas, que elege uma representação com base nas intenções e nos objetivos da sua categoria, não apenas com base no critério pessoal que às vezes uma eleição nominal favorece. Então, é preciso reconhecer a legitimidade dessa eleição, porque considerando a autonomia de organização dos estudantes no processo, não houve qualquer questionamento ou conflito por parte deles. As regras que constam da Deliberação Consu-A-07/07 não têm acolhimento

no movimento e é por isso que se cria toda a dificuldade. Reforça a colocação da conselheira Diana que realmente é uma deliberação dos funcionários também buscar a organização do seu processo eleitoral. Entendem que são os fóruns coletivos dos funcionários que devem decidir como serão eleitos aqueles que os representarão; esta é uma batalha que ainda terão de travar. No caso em questão, acredita que a solução para o impasse seja realmente homologar os eleitos e redefinir a norma, porque se simplesmente tolherem a participação dessa representação discente, isso vai gerar conflito, além de não resolver o problema. Pelo contrário; vai significar que de certa forma, nessas condições, o Consu não aceita essa representação, ao passo que ela tem o total lastro dos estudantes que participaram do processo. Inclusive a comissão já fez essa discussão e se houvesse a possibilidade de encaminhar ao Consu um parecer indicando essa reformulação da Deliberação, ela teria feito. Ele não foi elaborado porque o edital estabelece previamente as normas, então solicita

esclarecimento sobre qual é a forma mais rápida de refazerem esses termos da Deliberação Consu-A-07/07, para que possa ser homologada e viabilizada essa representação que tem toda legitimidade para assumir seu posto. O Conselheiro RICARDO DA SILVA TORRES pergunta à Mesa se seria possível a retirada de pauta para apreciação do tema, na próxima reunião, condicionando a homologação dos resultados da eleição à eventual mudança da Deliberação Consu. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES diz que participou da comissão e sua opinião é que não podem mudar a regra da eleição depois da apuração. Por mais que possa haver consenso, acha que é algo inadmissível, pois a eleição já ocorreu, ela tinha regras, as pessoas não concordaram mas não propuseram mudança e, agora, querem alterar as normas para que o resultado dê certo. Concorda que o quórum exigido é alto e que a questão de ter mais de um aluno de uma mesma unidade é um problema que eles têm de resolver, mas o que consta na legislação é isso. Possui uma proposta de encaminhamento, e é um encaminhamento

duplo. Um é que os estudantes elaborem uma listagem de acordo com o que a Deliberação estabelece. E a forma como farão isso, se alguns deixarão de comparecer às reuniões para que os outros participem, por exemplo, fica a critério deles. Mas acha que tanto essa regra quanto a que define o quórum têm de ser respeitadas, e a superação desse impasse não é atribuição do Conselho Universitário, mas de quem teve a delegação do Conselho para fazer a eleição e apresentar a listagem. Acha que é uma questão de diálogo e de médio prazo. Sugere, ainda, que a solução siga o procedimento dos anos anteriores: que os mandatos sejam prorrogados, hoje, e que o DCE indique nova listagem, seguindo as regras, e que antes da próxima eleição seja feita uma discussão para rever as normas para escolha da representação estudantil. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES observa que essa alteração não se dá sobre o regimento ou estatuto das eleições, mas sobre a Deliberação Consu no que se refere à posse dos representantes discentes. O resultado das eleições já foi aferido, assim como a posição dos estudantes.

O que vai ser decidido é se os estudantes terão ou não o direito a manter a sua representação. Existe uma contradição nas regras da Deliberação Consu, pois se um dos estudantes da FE não puder ser indicado, a graduação perde uma cadeira, que pertencerá à pós-graduação. No entanto, há apenas mais um candidato na pós-graduação, que também é de uma unidade já representada na bancada da pós-graduação. Então, de qualquer forma uma regra será descumprida. O Conselheiro ROBERTO DE ALENCAR LOTUFO reforça as palavras do professor Teixeira no sentido de que a Deliberação deve ser cumprida. Achou muito ruim o fato de o DCE não entregar a Ata da eleição. E como a Deliberação Consu será reavaliada, sugere para o Artigo 7º uma alteração que resolva esses problemas, que é passar novamente a eleição para a coordenação da Secretaria Geral. O MAGNÍFICO REITOR diz que a proposta do professor Teixeira, se a compreendeu bem, possui vários níveis e várias ações. A primeira é prorrogar o mandato atual até o final de março, quando acontece a próxima reunião do Consu. Nesta reunião,

seriam encaminhadas para apreciação as alterações para a Deliberação Consu-A-07/07, e se o Consu entender que ela deve ser modificada e isso viabilizar as ações pretendidas, elas serão efetivadas. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES diz que na verdade sua proposta é que para a eleição que já ocorreu valha a regra atual. Considera que precisa haver um tempo, daqui até a nova indicação do DCE, porque a indicação atual tem conflitos e quem tem de solucioná-los é a entidade a quem o Consu delegou a realização do processo. Outro ponto é que depois, independentemente se com a bancada atual, com mandato prorrogado, ou com os novos indicados, farão uma discussão se para a próxima eleição devem mudar as regras. Reitera que não considera aceitável que alterem as normas para adequar o resultado de uma eleição que já ocorreu. O MAGNÍFICO REITOR diz que agora compreendeu corretamente a proposta. Então, o mandato não precisa ser prorrogado. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES diz que não seria exatamente prorrogar o mandato. O caso é que

se até a próxima reunião do Conselho Universitário essa pendência da indicação dos eleitos não estiver resolvida, não haverá representantes da graduação, por isso pensou na prorrogação, por ser esta a última reunião do ano. O MAGNÍFICO REITOR observa que isso sempre pode acontecer, porque se a questão não estiver resolvida também na reunião do Consu, depois não adianta prorrogar o mandato. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES diz que sua proposta tinha apenas o objetivo de que não fiquem sem a representação, mas é evidente que a questão principal é a nova indicação de acordo com as regras. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que na Ata da 4ª Sessão Extraordinária do ano passado, às folhas 686, a partir da linha 14, ocorre a mesma discussão com o mesmo tipo de sugestão que, em março deste ano, foi seguida pelos representantes discentes. Então, o que está sendo proposto eles já conheciam há um ano, então poderiam ter solicitado a alteração das regras atuais. O MAGNÍFICO REITOR diz que então possuem duas propostas: a da representação estudantil

e a do professor Teixeira. Pergunta se na eleição do ano passado o quórum mínimo foi atingido. O Conselheiro ROBERTO TEIXEIRA MENDES responde que ficou um pouco abaixo de 30%, mas a Deliberação estabelece que se o número de vagas obtidas não for inteiro, será arredondado para o número inteiro mais próximo. Se o número resultar a partir de 4,6, sobe para cinco membros. Já se resultar em 4,4, serão quatro membros. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO pergunta se existe uma proposta formal de que essa bancada permaneça até março, quando a questão seria rediscutida. O MAGNÍFICO REITOR responde que não; quando se referiu a isso, estava tentando interpretar as propostas existentes. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO diz que, então, formaliza essa proposta. O Conselheiro ICARO DIAGONEL TURCI lembra que se colocarem um representante da pós-graduação, também estarão descumprindo a Deliberação, porque haverá dois estudantes da FEF. Pergunta o que será feito, nesse caso. O MAGNÍFICO REITOR diz que repetirá as três propostas, para que fiquem bem esclarecidos

do que irão votar. A primeira, do professor Teixeira, é de ficarem com quatro representantes, porque não há solução para a questão do quórum, e que nova indicação seja feita para que não haja coincidência de unidades. E, com isso, não acha que precise ser prorrogado o mandato, porque a indicação pode ser feita antes da próxima reunião. A proposta da representação discente é excepcionalizar a Deliberação Consu, homologando o resultado. A proposta do conselheiro Cláudio é de prorrogação do mandato atual, até a reunião de março de 2014, quando o Consu apreciaria as alterações na Deliberação. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES propõe um encaminhamento. Primeiramente, poderiam votar se homologam ou não o resultado agora, em caráter excepcional. Caso o resultado seja negativo, votam as outras duas propostas. O MAGNÍFICO REITOR concorda que podem votar dessa forma. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO pergunta se, caso o Consu decida pela homologação, haverá a discussão sobre as alterações na Deliberação em março. O MAGNÍFICO REITOR responde que

não necessariamente. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES NOVAES diz que os estudantes colocarão o assunto em discussão de qualquer maneira. O MAGNÍFICO REITOR concorda e observa que isso já deveria ter sido feito antes. Não havendo mais observações, submete à votação a excepcionalização da Deliberação Consu e consequente homologação das eleições, que recebe 11 votos favoráveis, 28 contrários e 1 abstenção. Portanto, não haverá excepcionalização. Em seguida, submete à votação a proposta do professor Teixeira, que recebe 22 votos favoráveis. Na sequência, submete à votação a proposta do conselheiro Cláudio, que recebe 17 votos favoráveis. Há 1 abstenção. Portanto, foi aprovada a proposta do professor Teixeira de que o DCE encaminhe lista de indicações conforme estabelece o § 3º do Artigo 8º da Deliberação Consu-A-07/07, contendo nomes de quatro representantes titulares e quatro suplentes, tendo em vista que o quórum mínimo estabelecido pela mencionada legislação para validação da eleição não foi atingido. A Conselheira DIANA NASCIMENTO MORAES

NOVAES observa que, como a homologação da nova indicação será feita durante a próxima sessão, é preciso estender o mandato dos representantes discentes até lá, para que possam exercer o voto. O MAGNÍFICO REITOR concorda, e diz que se equivocou ao interpretar a proposta do professor Teixeira; ela deve incluir a prorrogação do mandato. Portanto, submete à votação a prorrogação do mandato da atual representação discente da graduação até a reunião do Consu de março de 2014, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, diz que faltou informar que a primeira parcela do auxílio-alimentação, quando passou de R\$600 para R\$720, foi paga no dia 1º de fevereiro de 2013. Portanto, são 12 parcelas de R\$720; a parcela liberada agora será a décima segunda no valor de R\$720, e a partir de 1º de fevereiro, antecipada para o dia 25 de janeiro, paga-se já o valor majorado para R\$850, durante 12 meses. Registra que o professor Marcelo Knobel estava correto quando afirmou que o auxílio-alimentação é pago antecipadamente, pois não é considerado verba indenizatória. Mas a primeira parcela de

R\$720 foi paga em 1º de fevereiro, portanto, o anúncio estava correto do ponto de vista das datas. Nada mais havendo a tratar, declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Lêda Santos Ramos Fernandes, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Cláudia Masliaev que a digitasse para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 17 de dezembro de 2013.